



UFRRJ

INSTITUTO MULTIDISCIPLINAR

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO PATRIMÔNIO,
CULTURA E SOCIEDADE**

DISSERTAÇÃO

**A MEMÓRIA ARQUIVADA DA IGREJA NOSSA SENHORA DO
ROSÁRIO EM VASSOURAS/RJ.**

ANA PAULA DELGADO VIEIRA

Junho 2025



**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO INSTITUTO
MULTIDISCIPLINAR**

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PATRIMÔNIO CULTURA E
SOCIEDADE**

**A MEMÓRIA ARQUIVADA DA IGREJA NOSSA SENHORA DO
ROSÁRIO EM VASSOURAS/RJ.**

ANA PAULA DELGADO VIEIRA

Sob a Orientação do Professor

Dr. Bruno Nogueira Ferreira Borja

Coorientação da Professora

Dra. Isabel Rocha

Dissertação submetida como requisito para a obtenção do Grau de Mestre em Patrimônio, Cultura e Sociedade, no Curso de Pós-Graduação em Patrimônio, Cultura e Sociedade, Área de Concentração em Patrimônio Cultural: Memória, Identidades e Sociedade.

Nova Iguaçu, RJ

Junho 2025



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PATRIMÔNIO, CULTURA E
SOCIEDADE



TERMO N° 605/2025 - PPGPACS (12.28.01.00.00.00.22)

N° do Protocolo: 23083.038797/2025-15

Nova Iguaçu-RJ, 17 de julho de 2025.

ANA PAULA DELGADO VIEIRA

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Patrimônio, Cultura e Sociedade no Programa de Pós-Graduação em Patrimônio, Cultura e Sociedade, Área de Concentração Patrimônio Cultural: IDENTIDADES E SOCIEDADE.
DISSERTAÇÃO APROVADA EM 27/06/2025.

Documento não acessível publicamente

(Assinado digitalmente em 17/07/2025 16:04)

BRUNO NOGUEIRA FERREIRA BORJA

PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR

DeptCE/IM (12.28.01.00.00.84)

Matricula: ###084##

(Assinado digitalmente em 29/07/2025 14:33)

RAQUEL ALVITOS PEREIRA

PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR

DeptH/IM (12.28.01.00.00.88)

Matricula: ###628##

(Assinado digitalmente em 17/07/2025 12:18)

ROBERT DAIBERT JR

ASSINANTE EXTERNO

CPF: ###.###.486-##

(Assinado digitalmente em 21/07/2025 22:32)

JOSÉ ANTÔNIO DA SILVA

ASSINANTE EXTERNO

CPF: ###.###.406-##

(Assinado digitalmente em 17/07/2025 11:31)

Isabel Cristina Castro da Rocha

ASSINANTE EXTERNO

CPF: ###.###.197-##

Visualize o documento original em <https://sipac.ufrrj.br/public/documentos/index.jsp> informando seu número: **605**, ano: **2025**, tipo: **TERMO**, data de emissão: **17/07/2025** e o código de verificação: **ca3001a03f**

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Biblioteca Central / Seção de Processamento Técnico

Ficha catalográfica elaborada
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

VV658m Vieira, Ana Paula, 1974-
A MEMÓRIA ARQUIVADA DA IGREJA NOSSA SENHORA DO
ROSÁRIO EM VASSOURAS/RJ. / Ana Paula Vieira. - Volta
Redonda, 2025.
116 f.

Orientadora: Bruno Borges.
Coorientadora: Isabel Rocha .
Dissertação (Mestrado). -- Universidade Federal
Rural do Rio de Janeiro, PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
PATRIMÔNIO CULTURA E SOCIEDADE, 2025.

1. Igreja Nossa Senhora do Rosário. 2. Religião.
3. Cidade de Vassouras. I. Borges, Bruno , 1982-,
orient. II. Rocha , Isabel , 1954-, coorient. III
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PATRIMÔNIO CULTURA E
SOCIEDADE. IV. Título.

DEDICATÓRIA

*Dedico essa dissertação a todos os
escravizados que com suor e sangue
construíram o legado que hoje é reconhecido
como patrimônio cultural de Vassouras.*

AGRADECIMENTOS

"O presente trabalho foi realizado, com o apoio do Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001”.

“This study was carried out with the support of the Coordination for the Improvement of Higher Education Personnel - Brazil (CAPES) – Funding Code 001.”

AGRADECIMENTOS

Agradecer significa reconhecer que não estou e nem fiz nada sozinha, seguindo o princípio do pensamento africano *bantu* de ser, faço meu agradecimento para os mundos visíveis e invisíveis.

Mundo invisível

Ao Ser Supremo que o opera, meu muito obrigado, por fornecer a persistência nessa caminhada junto às memórias arquivadas da Igreja Nossa Senhora do Rosário em Vassouras. A Nossa Senhora do Rosário, essa ancestral útil, por mostrar que uma igreja é feita por, para e pelas pessoas. Aos escravizados e imigrantes, esses antepassados que, unidos como as contas de Rosário, a construíram e zelaram por sua memória. Aos meus guardiões e dos arquivos que permitiram o acesso às informações, muitas vezes escondidas nas caixas, estantes e acervos particulares, que contam a trajetória de um povo “arquivado”.

Mundo visível

A Cláudio Carvalheira, que se prontificou a me ajudar a adentrar novas portas, a dos arquivos, pela paciência em aguentar minha ausência no dia a dia e minhas intempéries de humor, se mostrando um verdadeiro companheiro. A Isabel Rocha, hoje minha Coorientadora, responsável por me abrigar no arquivo e me mostrar o quão mágico pode ser esse espaço; pela gentileza em dispor do seu tempo e conhecimento, nos muitos encontros ao longo dessa pesquisa. A minha amiga Gabriela Máximo, que me apresentou o mestrado como uma possibilidade de falar dos arquivamentos culturais e sociais. Aos meus orientadores, Cláudio Lima Carlos por aceitar minha pesquisa e Bruno Borja pelo desafio de me acompanhar, mesmo quando as incertezas estiveram presentes. Aos meus amigos do PPGPCS pelo apoio, em especial a Ana Carolina, Tânia e Gabriel, que caminharam de mãos dadas comigo, nas pesquisas, viagens e alguns pequenos surtos. Aos meus chefes e equipe de trabalho do Arquivo Público de Vassouras, por suportarem meu afastamento físico e psíquico. Aos professores da UFRRJ e UFJF que me forneceram subsídios para discussão do tema. Ao grupo Jongo Caxambu Renascer de Vassouras e sua líder Cláudia Mamede, por dividir comigo sua história familiar e seu processo de resistência da tradição jongueira. Ao pároco José Antônio, Cláudia Lavinhas e toda a comunidade da Igreja N.S. do Rosário pelo acolhimento e confiança, despertando em mim o sentimento de pertencimento. A Dona Itália, *in memoriam*, pela gentileza em me receber e compartilhar o Rosário no olhar de uma família imigrante e guardiã, os Di Fazio. A equipe dos arquivos do IPHAN e da Irmandade N. S. da Conceição pelo apoio nas pesquisas, ressaltando aqui a dedicação de Isabel Rosa. Ao Willian

e Mariana que permitiram dar olhos de ver Rosário às pessoas distantes. Aos meus motoristas Carlos e Luiz que percorreram comigo as muitas estradas dessa jornada. A minha família que aceitou pacientemente meu sumiço. Sem ambos os mundos aqui elencados, esse trabalho não seria possível.

RESUMO

VIEIRA, Ana Paula D. **A Memória Arquivada da Igreja Nossa Senhora do Rosário em Vassouras/RJ** 2025. p. Dissertação (Mestrado em Patrimônio, Cultura e Sociedade). Instituto Multidisciplinar. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Nova Iguaçu, RJ, 2025.

O presente trabalho pretende analisar o processo de arquivamento da memória da Igreja Nossa Senhora do Rosário em Vassouras/RJ, com suas múltiplas interfaces no contexto social, político e religioso do século XIX, e como ela sobreviveu até os dias atuais. Viabilizando a realização de uma reflexão, com apoio de fontes bibliográficas relacionadas ao sistema de resistências dos africanos e seus descendentes, durante o período de criação do catolicismo popular brasileiro e suas Irmandades. Além disso, pondera, ainda, que o Rosário tem sido ao longo dos séculos e, portanto, tradicionalmente, abrigo das maiorias excluídas.

Considerando sua importância no contexto de representatividade da memória desses grupos juntos à cidade, buscou-se desenvolver uma elucidação do não reconhecimento das esferas públicas diante desse marco patrimonial cultural na atualidade. Para tal, adotou-se o método qualitativo e exploratório de fontes primárias, localizadas junto à comunidade e nos acervos arquivísticos com fundos judiciário, executivo, legislativo, cartorário, eclesiástico, incluída a imprensa jornalística.

Embasada no conceito de memória arquivada de Ricoeur, mostrando que o mesmo aparece como um aliado social na manutenção da cultura. Utilizando de licença poética da oração do santo Rosário para narrativa no Capítulo 1 abordamos a historicidade através dos Olhos de ver, Rosário de mostrar; no Capítulo 2 apresentamos as pessoas, simbolicamente representadas por cada uma das unidades, Conta por conta e no Capítulo 3 trabalhamos a religiosidade, suas transformações, adaptações e a reconstrução cultural, Tijolo por tijolo. Foi possível verificar que os acervos consultados contêm uma gama de informações pertinentes, adormecidas e inexploradas que servem de sustentação para o reconhecimento do patrimônio cultural da cidade de Vassouras.

Palavras-chave: Igreja Nossa Senhora do Rosário; Religião; Memória; Arquivo; Vassouras;

ABSTRACT

VIEIRA, Ana Paula D. **A Memória Arquivada da Igreja Nossa Senhora do Rosário em Vassouras/RJ** 2025. p. Dissertação (Mestrado em Patrimônio, Cultura e Sociedade). Instituto Multidisciplinar. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Nova Iguaçu, RJ, 2025.

This study aims to analyze the process of archiving the memory of the Church of Our Lady of the Rosary in Vassouras, Rio de Janeiro, with its multiple interfaces in the social, political, and religious context of the 19th century, and how it has survived to the present day. The research enables a reflection, supported by bibliographical sources related to the system of resistance of Africans and their descendants during the formation of Brazilian popular Catholicism and its Brotherhoods. Furthermore, it considers that the Rosary has traditionally served, throughout the centuries, as a shelter for excluded majorities.

Considering its importance in representing the memory of these groups within the city, the study seeks to elucidate the lack of recognition by public spheres regarding this cultural heritage landmark today. To this end, a qualitative and exploratory methodology was adopted, using primary sources located within the community and archival collections of the judiciary, executive, legislative, notarial, and ecclesiastical sectors, including the journalistic press.

Grounded in Paul Ricoeur's concept of archival memory, which emerges as a social ally in the preservation of culture, the research also employs the poetic license of the Holy Rosary prayer as a narrative guide: in Chapter 1, "Eyes to See, Rosary to Reveal," we address historicity; in Chapter 2, "Bead by Bead," we present people, symbolically represented by each unit; and in Chapter 3, "Brick by Brick," we examine religiosity, its transformations, adaptations, and cultural reconstruction.

The findings demonstrate that the consulted collections contain a range of relevant, dormant, and unexplored information, which provide essential support for the recognition of the cultural heritage of the city of Vassouras.

Keyword: Church of Our Lady of the Rosary; Religion; Memory; Archive; Vassouras.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Planta Sesmaria do Bonito e Vassouras em 1818.....	26
Figura 2 - Projeto da Rodoviária no Centro Histórico	32
Figura 3 - Localização do Rosário em relação a Matriz e ao Cemitério Municipal.....	35
Figura 4 - Planta da Cidade de Vassouras, 1858/1861	40
Figura 5 - Igreja Nossa Senhora do Rosário, Município de Vassouras/RJ	41
Figura 6 - Notícia para realização da construção do Campanário	42
Figura 7 - Conclusão do Campanário.....	43
Figura 8 - Foto datação do Campanário, 1952	43
Figura 9 - Igreja N.S Rosário/Retábulo-Mor	45
Figura 10 - Imagem Nossa Senhora da Conceição	45
Figura 11 - Praça Raimundo Correia	46
Figura 12 – Notícia do Casamento de Thereza.	49
Figura 13 – Registro de Casamento de Thereza.	54
Figura 14 – Doações da elite pós república.	61
Figura 15 – Jongo Renascer.....	70
Figura 16 – Banner de Cacálo.	70
Figura 17 – Jongo na porta do Rosário.	71
Figura 18 – Grupo de Jongo no Rosário.....	72
Figura 19 - Santa Sofia, Turquia.	87
Figura 20 - Santa Sofia, Vassouras. Fonte: INEPAC, 2013	88
Figura 21 - Conta de lagrimas de N. Senhora Fonte: A própria autora, 2025.....	91

Figura 22 - Terço de conta de lágrimas de N. Senhora	91
Figura 23 – Construção do Campanário Fonte: Sacristia da Igreja, Década de 1950	95
Figura 24 – Coroação de Nossa Senhora do Rosário Fonte: Dona Conceição Comunidade do Rosario, S/D.....	97
Figura 25 – Coroação de Nossa Senhora Fonte: Claudia Telles, Comunidade do Rosario, S/D.....	99
Figura 26 - A reza do terço na igreja do Rosario Fonte: Acervo Pessoal, 2025	100

LISTA DE SIGLAS E ABREVIações

APMV	Arquivo Público da Prefeitura Municipal de Vassouras
CEPEDOC	Centro de Pesquisa e Documentação
CF88	Constituição Federal de 1988
DAF	Diretoria de Arquitetura e Folclore
EMVP	Escritório Médio Vale do Paraíba
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
INEPAC	Instituto Estadual do Patrimônio Cultural
MES	Museu da Escola Superior
PMV	Prefeitura Municipal de Vassouras
SPHAN	Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
TJRJ	Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	15
CAPÍTULO 1: UM ROSÁRIO DE IDENTIDADES ARQUIVADAS.....	23
1.1 Um terço de história	23
1.2 Um terço de geografia	30
1.3 Um terço de arquitetura	39
CAPÍTULO 2: O ESQUECIMENTO: IRMÃOS ENTRE SI E NÃO ENTRE OUTROS	48
2.1 Os Mistérios “Gozosos” da dinâmica de sociabilidade	48
2.2 Os Mistérios “Dolorosos” das Irmandades.....	58
2.3 Os Mistérios “Gloriosos” dos Festejos no Rosário	66
CAPÍTULO 3: SILENCIAMENTO DE UM TOTEM.....	73
3.1. Um Credo de Cosmo visão religiosa afro/cristã.	73
3.2 Uma Ave-Maria para Nossa Senhora do Rosário e o Rosário	84
3.3 Um Pai Nosso de Cultura e Memória Arquivada	93
CONSIDERAÇÕES FINAIS	101
REFERÊNCIAS	104
ANEXO A – Registro Panorâmico 360° da igreja nossa senhora do rosário	114
ANEXO B – TERMO DE AUTORIZAÇÃO DA PAROQUIA NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO.....	115
ANEXO C – CERTIDÃO DE CASAMENTO JOÃO MACHADO TOSTES E THEREZA MARIA.....	116

INTRODUÇÃO

*Senhora do Rosário
foi quem me trouxe aqui,
Se a água do mar é santa,
eu vi, eu vi, eu vi!¹*

O arquivamento de uma memória patrimonial não está condicionado ao processo permanente de esquecimento ou silenciamento, mas sim ao ato de ignorarmos uma recordação de relevância. Seus rastros de existência ficam espalhados em fragmentos no tempo e no espaço, aguardando por um despertar. Os questionamentos do porquê e como esse processo ocorre, variam de acordo com as formas de escolhas e fatores utilizados para seleção e preservação dos lugares de memória.

O presente trabalho pretende analisar como a memória arquivada da Igreja Nossa Senhora do Rosário de Vassouras pode representar grupos excluídos do contexto patrimonial cultural pelas políticas públicas.

Para delimitar o objeto, foram encontrados alguns fatores de relevância ao longo do processo de identificação, localização e recorte temporal, haja vista que seu elemento de estudo é permeado na religiosidade, envolvendo a finitude da existência humana no território de Vassouras/RJ. Essa localidade foi palco de inúmeras passagens históricas ao longo de sua existência, nascida pela vontade única da necessidade de estabilidade política e social na transposição da Colônia para o Império, que viria a ser sustentado no período áureo do café durante o século XIX no Brasil (ROCHA, 2011, p. 40).

Localizada no Vale do Paraíba do Sul Fluminense, região considerada a maior produtora mundial de café nesse período, a Vila de Vassouras foi instalada em 1833 às margens da estrada da Polícia, tendo um traçado característico dos mineiros. Esse núcleo urbano foi reconhecido como referência nacional de cidades pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), tombando-o como Conjunto Paisagístico e Urbanístico (Processo nº566-T-57 inscrito no livro de tomo Arqueológico, Paisagístico e Urbanístico em 26 jun. 1958).

Embora tenha sido o primeiro sítio urbanístico tombado no Brasil, podemos dizer que nesse caso foram excluídos, de forma sistemática, lugares de memórias das minorias sociais

¹ SILVA, Luciana Micaela Correa. Versos retirados de um ponto de Preto Velho, elemento integrante dos ritos religiosos de matriz africana. Disponível em: <https://pt.scribd.com/document/412451504/Preto-Velho>. Acesso em: 26 mar. 2024.

da época, entre eles a Igreja do Rosário, o Largo da Força² (Manoel Congo) e o enterramento Judaico (Memorial Judaico) no antigo Asilo. Desses, a Igreja Nossa Senhora do Rosário, com sua Irmandade dos homens de cor, se tornou marco arquitetônico dos africanos e seus descendentes escravizados. Segundo relatos, ela foi construída com resquícios do material da Igreja Matriz, em local onde já ocorriam práticas religiosas, festividades e decisões coletivas, cujos primeiros documentos de solicitação de instalação dessa irmandade datam já de 1828.

No entanto, sua presença física, a Igreja, tem o primeiro registro na Planta de Vassouras (1857/1861), e não deixa dúvida quanto a ser parte integrante da formação da Vila. Nesse sentido, Rosário torna-se objeto de pesquisa como suporte específico para contextualização das escolhas e exclusões da sociedade e do poder público quanto ao processo de patrimonialização e reconhecimento das múltiplas culturas formadoras do país, com recorte na religiosidade africana em Vassouras.

Os espaços de religiosidade traziam mais que o culto à espiritualidade. Junto com suas irmandades, também possuíam os poderes implícitos dos domínios sociais e políticos em pleno século XIX, como se pretende comprovar no presente estudo, em torno da Igreja Nossa Senhora do Rosário em Vassouras/RJ. A questão a ser investigada é: por que, até o presente momento, a existência da Igreja do Rosário não foi utilizada como representatividade cultural da população que a forjou? E por que os poderes públicos, em nenhuma de suas esferas, não se manifestaram para criar mecanismos que permitissem o processo de reconhecimento e inclusão desse bem como patrimônio cultural deixado pelos escravizados africanos e seus descendentes? (BRANDI, 2011, p. 27).

Caberia a provável imposição do processo de silenciamento social, proferido historicamente pelas elites dominantes e pelos órgãos que a deveriam proteger? Essas detentoras das escolhas de representatividade, que deixaram rastros na contemporaneidade, com intuito de manter a aniquilação da memória de agentes formadores da nossa cultura coletiva, sobreviveram silentes esses agentes ou foram igualmente “apagados”?

Na perspectiva de responder os questionamentos acima e tendo em vista que em passado recente, a exclusão das ditas minorias e o retorno ao Estado religioso voltaram ao cenário nacional, com sérios riscos para as religiões de matriz africana, tornam o presente estudo relevante. Contudo, é preciso compreender como esse processo se deu historicamente,

² ROCHA, Isabel. Nome atribuído em sua pesquisa sobre o enforcamento de Manoel Congo. Arquivo do ETMVP. Tema em pesquisa em andamento por Gabriel Sena, Curso de Pós-graduação em Patrimônio, Cultura e Sociedade, UFRRJ, PPGPACS, 2025.

dando destaque para algumas culturas e seus descendentes, enquanto outras foram apagadas sistematicamente no âmbito da memória coletiva. Sendo necessário analisar e compreender os caminhos que levaram e a razão por que alguns espaços passaram por arquivamento latente ao longo de anos, levando, assim, à invisibilidade de sua importância, um desafio necessário para salvaguardar a diversidade cultural.

A investigação dos motivos dessa exclusão vem de encontro a reivindicar os direitos de demonstração de grupos ativos na contextualização do processo construtivo da cidade de Vassouras. Tendo em vista que seu aporte apelativo é de turismo cultural, utilizando o processo de tombamento como subsídio central na importância da cidade no contexto nacional, no presente caso, isso fica bastante visível, pois só no final do ano de 2022 a igreja do Rosário é incluída no circuito religioso. E, mesmo assim, essa inclusão não se fez com base em referência, lembrança ou citação de que esse espaço de religiosidade pertenceu aos africanos e seus descendentes na zona periférica urbana. Agentes esses que foram atuantes ativamente em um dos últimos redutos escravagistas do Vale do Paraíba do Sul Fluminense, onde a religião católica foi imposta pela elite na linhagem explícita das famílias abastadas, algumas até com títulos nobiliárquicos.

O objetivo principal é analisar o arquivamento das memórias sociais e culturais da Igreja/Irmandade Nossa Senhora do Rosário na cidade de Vassouras/RJ, enquanto os objetivos específicos tratam de:

1. Avaliar qual o simbolismo da Igreja Nossa Senhora do Rosário como representatividade cultural;
2. Identificar as formas de apagamento na preservação da memória social dos escravizados de Vassouras no campo da religiosidade;
3. Analisar a importância da preservação da memória nos espaços de religiosidade.

Fazendo uso do recorte teórico, para além da relação documento/monumento (LE GOFF, 2003), interpretando as representatividades religiosas como um símbolo de poderio social e cultural através dos tempos, falar do divino é abarcar e envolver-se com a identidade de uma sociedade e seus múltiplos caminhos, étnicos e morais. O fato de consagrar ou banalizar suas estruturas está ligado historicamente ao processo de identificar uma herança cultural e sua linhagem³, no sentido africano do ser. O produto elaborado para legitimação do

³ As raízes africanas não eram concebidas como localizadas em um lugar [...] mas num grupo de parentesco, nos ancestrais, numa posição genealógica (SLENES, 2006, p. 147).

poder dos grupos dominantes passa pelo julgamento das classes sociais, onde a formação cultural se apresenta como um divisor efetivo (BOURDIEU, 2007, p. 75).

O processo de esquecimento imposto aos negros, como um dos construtores efetivos da cultura brasileira, desembocou nas mazelas sociais, perpassadas por anos de degradação do poderio efetivo de coerção, obrigando-os a perda ou apagamento constante dos rastros e suas marcas exteriores (RICOEUR, 2018, p. 428).

Negar nosso passado e moldar nossa história e de nossas cidades de acordo com os desejos e aspirações das elites nacionais, sempre ligadas às referências culturais e urbanísticas vindas do hemisfério norte (primeiramente europeus e depois norte-americanos). Esse foi o mote de sucessivos governantes brasileiros que desde a nossa independência manifestaram uma costumeira má vontade com os aspectos materiais e imateriais que remetiam à nossa condição de ex-colonizados (LIMA CARLOS, 2008, p. 23)

Esse caminho nos conduz a um perigoso modo de eliminar vestígios da colonização, na busca incessante de criar uma identidade nova, projetada pela república (LIMA CARLOS, 2008). Tese defendida por Rocha (2007, p. 45), ao nos apresentar a cidade de Vassouras e suas tentativas de conscientização, junto à população local, da importância do acervo cultural a ser preservado.

Os diversos centros urbanos, a arquitetura rural, as inúmeras manifestações culturais, o acervo arqueológico, o acervo arquivístico, histórico e natural, a conquista das diversas etnias, em suma, caracterizavam a tentativa de se amearhar a comunidade com o objetivo de se reverter a desvalorização construída pelas elites dominantes e pela república em relação ao império (ROCHA, 2011, p. 45).

Contudo, a lacuna que encontramos pode ser muito maior que o racismo étnico, mas um conjunto de exclusões, das quais Stein (1990, p. 158) descreveu, entre outras, as impostas aos imigrantes europeus com pouca ascensão social, apesar de livres ou brancos. Ao analisar a formação da região descrita por Maia Forte (1933), constata-se que as grandes famílias tiveram origens mineiras e até mesmo o traçado urbanístico seguiu essa linha de pensamento com algumas particularidades (TELLES, 1968, p. 29).

Silvério (2013, p. 54) narra que, nas tradições africanas em geral, a identidade de um grupo étnico pode ser expressa por um único ancestral “útil”, ou seja, os que deixaram descendentes, possibilitando sua linhagem e perpetuação das origens ancestrais. Origens que Slenes (2006) e Daibert Jr (2015 e 2021) apresentam como sendo do povo *bantu*, pertencentes à África Central, que na diáspora formaram maioria no Sudeste brasileiro. Nesse ponto, a Igreja Nossa Senhora do Rosário, com sua Irmandade de “homens de cor” na cidade de Vassouras, poderia representar a ancestralidade local, servindo de destaque na arquitetura urbana, quebrando as narrativas das eternas famílias nobres como únicas ocupantes desse espaço (CONCEIÇÃO, 2015).

O processo de tombamento do município encontra-se marcado por falas como a “evocação do prestígio da nobreza rural do café ou das famílias ilustres”. Destaques à parte, Miranda (2012) relata que seu acontecimento pode ter sido para evitar a desapropriação de propriedades dos descendentes dessas famílias, para construção de um terminal rodoviário no século XX, enterrando a lembrança de dias de opulência e poderio dos que se diziam fundadores da cidade.

O fato preponderante é que os aspectos tangíveis e intangíveis são pontos fundamentais para a avaliação dos impactos provenientes da conservação urbana e servem de divisor sociocultural, haja vista a localização, os frequentadores e práticas nesses espaços. Trazer à tona essa discussão corrobora novos olhares e futuras perspectivas, englobando o debate sobre relações raciais no Brasil, que é permeado por uma diversidade de termos e conceitos (GOMES, 2012) possibilitando-nos, assim, um maior entendimento de que a cidade não se edifica sozinha e faz parte de um processo de autenticidade conforme a Carta de Brasília (CURY, 2004, p. 326).

É preciso sensibilizar as comunidades para o tema da autenticidade do patrimônio cultural, fornecendo modelos para o conhecimento adequado e sua valorização, para sua conservação e proteção, fomentando seu desfrute artístico, espiritual e seu uso educacional, cuja raiz comum sejam a memória histórica, os testemunhos e a comunidade cultural (CURY, 2004, p. 326).

Essa autenticidade vem muitas vezes implícita na cultura de seus formadores e habitantes com suas múltiplas expressões e conhecimentos. Não se pode deixar passar despercebido que a religiosidade traz consigo um diferencial na constituição integradora da sociedade, e que a imposição da religião do branco, ao longo do período de colonização até o século XIX, sempre foi uma ruptura do direito de escolhas do negro. Weber (2004) nos apresenta que essa dominação da igreja católica sobre os indivíduos era quase uma formalidade imperceptível⁴. Assim, para que sua crença tradicional pudesse ser vivenciada, o negro precisou criar métodos e mecanismos de aculturação, tentando estabelecer correspondência entre as divindades africanas, colocando-as no mesmo pé de igualdade com os santos católicos (MUNANGA, 2023, p. 51). Abrindo novos caminhos na manutenção de sua fé, fugindo dos possíveis conflitos diários junto à religião católica. O cristianismo era usado como importante aparelho de subordinação, enquanto as religiões africanas representavam resistência ideológica e social, sendo necessário, dessa forma, chamar de outra maneira (DAIBERT JR, 2021).

⁴ Embora a grande maioria dos documentos do século XIX se iniciem com a expressão “no anno da graça de Nosso Senhor Jesus Christo”

A busca por semelhanças entre os santos era uma constante, seja pela cor ou elementos afins, dentro das mestiçagens culturais, nas quais o catolicismo era o elemento dominante (MELLO E SOUZA, 2002, p. 143). A trajetória percorrida por Nossa Senhora do Rosário esteve intimamente ligada aos escravizados, antes mesmo da travessia do Atlântico. A oração do Rosário foi adotada com o intuito de substituir os salmos, aproximando assim os mais pobres e iletrados dos ritos religiosos cristãos (AQUINO, 2019, p. 18). Em especial na africanidade *bantu* que dominava a cidade. Observa-se então, que a representativa transculturada da santa seria vista como um *nkisi*, ou seja, uma divindade (PENA, 2016), assemelhado seu poder de transformar a vida dos devotos, uma intercessora entre os mundos visíveis e invisíveis.

Os caminhos percorridos para a sobrevivência das tradições ancestrais africanas passaram por múltiplos altares, podendo ser representados por Agostini (2002) ao narrar a Pedra do Caboclo Pena Preta de João Moleque, um curandeiro em Vassouras. Localizada nas matas, hoje Fazenda Galo Vermelho, encontra-se ao lado desse altar a céu aberto uma representatividade da Árvore de *Nsanda* Transplantada, que teria, segundo a tradição *bantu*, dado origem aos povos africanos (SLENES, 2006), caracterizando o local de culto ligado ao antigo calundu, religião centro-africana vinda para o Brasil e responsável pelo tratamento de tormentos e angústias (DAIBERT JR., 2015, p. 9).

Outro marco cultural na Igreja de N. S. do Rosário em Vassouras foi trazido à luz por Conceição (2015).

Além dos espaços das fazendas, no perímetro urbano de Vassouras havia um local no qual os negros exerciam suas práticas festivas, dentre elas, o Caxambu, e religiosas sem qualquer empecilho das autoridades responsáveis pela ordem pública. Em Vassouras, como em todo o Brasil, a Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos era o local da devoção dos cativos, estando a respectiva localizada na parte periférica da zona urbana (CONCEIÇÃO, 2015, p. 64)

O caxambu ou jongo⁵ dança quase uma brincadeira *bantu*, tida pelo etnocentrismo branco dominante como manifestação de selvageria e lascívia, transforma-se em valiosa forma de recuperação da identidade, típica de uma cultura lúdica, feliz e de grande religiosidade (SIQUEIRA & SOUZA, 2015, p. 6). A trajetória do caxambu/jongo junto à comunidade escravizada africana e seus descendentes aparece, na porta da igreja do Rosário e nos processos judiciais do século XIX, confirmando a narrativa de Máximo (2019) ao dizer

⁵ CALDAS, Tânia Maria de Araújo. Tema em pesquisa em andamento no Curso de Pós-graduação em Patrimônio, Cultura e Sociedade, UFRRJ, 2025.

que os acervos da cidade de Vassouras são uma fonte inesgotável de dados a serem coletados. Farge (2022) nos fala dos milhares de vestígios que perfazem esses espaços, esquecidos e pouco frequentados, mas que guardam consigo um arsenal de informações.

Como se, desse mundo desaparecido, retornassem também vestígios materiais dos instantes mais íntimos e menos revelados de uma população as voltas com o assombro, a dor ou fingimento. O arquivo petrifica momentos ao acaso e na desordem, aquele que o lê, que o toca ou que o descobre é sempre despertado, primeiramente por um efeito de certeza. A palavra dita, o objeto encontrado, o vestígio deixado tornam-se representações do real. Como se a prova do que foi o passado estivesse ali, enfim, definitivo e próxima. Como se, ao folhear o arquivo, se tivesse conquistado o privilégio de “tocar o real” (FARGE, 2022, p. 18).

Portanto o esquecimento definitivo está ligado ao apagamento de rastros e deve ser imobilizado (RICOEUR, 2018, p. 435), assim o conceito de memória arquivada precisa ser trabalhado como um aliado social na manutenção da cultura. Ricoeur (2018) descreve todos os passos para reconhecer uma memória que foi arquivada pela sociedade, classificando-os em Seção: I – O espaço habitado, II – O tempo histórico, III - O testemunho, IV - O arquivo e V – A prova documental. Usando desses passos foi possível analisar a Igreja Nossa Senhora do Rosário em Vassouras.

No **Capítulo 1** abordamos a historicidade através dos *Olhos de ver; Rosário de mostrar*; seu processo de formação da Irmandade e Igreja N. S. do Rosário em Vassouras, RJ. Pedindo licença poética para se socorrer da devoção e prática da tradição católica da oração do Santo Rosário, composto por três terços, aqui também, em analogia, uma tríade para contar a trajetória da própria Igreja. Lembrando que são necessárias cento e cinquenta Ave-Marias para contemplação dos Mistérios, ou seja, subdivididas em três partes de cinquenta, o Terço.

No **Capítulo 2** apresentamos as pessoas, simbolicamente representadas por cada uma das unidades, *Conta por conta*, que perpassa a reza do Rosário e do Terço católico. Esse dedicado a acompanhar e meditar sobre as narrativas dos principais episódios da vida de Jesus, denominados Mistérios⁶, divididos em três conjuntos: Gozosos, Dolorosos e Gloriosos. Na prática do Rosário os Mistérios representam a contemplação e a passagem da vida de Jesus e Maria, aqui apropriados de apenas três como no século XIX, para persistir na ideia do 1/3, Terço. Seu recurso ajuda a contar sobre as pessoas que cercavam e frequentavam a igreja perfazendo os fatos e memórias.

No **Capítulo 3** trabalhamos a religiosidade, suas transformações, adaptações e a reconstrução cultural, *Tijolo por tijolo*. Mediante a abordagem de crença, mito e rito,

⁶ Considerados apenas aqueles reconhecidos pela Igreja Católica no século XIX, motivo pelo qual os Mistérios Luminosos não foram incluídos.

seguiremos a base das orações que perfazem o Rosário: o Credo, as Ave-Marias e os Pais-Nossos, sem elas não é possível executar a tradição. Assim como esses elementos alicerçam o Terço, a igreja serviu de ponto central para manutenção dos vínculos de convivência, garantindo a salvaguarda das origens culturais entre os que a frequentavam. Os saberes e memórias que atravessaram o oceano ganharam uma nova oportunidade de disseminação readaptada. Os itens abaixo foram divididos no intuito de dinamizar e esclarecer como funcionou e prevaleceu o conhecimento ancestral e como a igreja Nossa Senhora do Rosário se torna um *totem*. Na cosmovisão *bantu*, o *totem* pode representar um antepassado, mantendo uma relação de parentesco ou mística com ele, considerando seu aliado sagrado (ALTUNA, 1985, p. 136).

Portanto, buscar a Igreja Nossa Senhora do Rosário e suas diversas narrativas nesses espaços arquivísticos, também invisibilizados, ajudou a mostrar o quanto esses acervos contêm uma gama de informações pertinentes, adormecidas e inexploradas que servem de sustentação para o reconhecimento do patrimônio cultural de Vassouras. O processo de desarquivar fatos mostra que a memória possui a propriedade de conservar certas informações, remete-nos, em primeiro lugar, a um conjunto de funções psíquicas, que posteriormente afloram uma identidade afetiva de pertencimento (LE GOFF, 2003), fazendo com que o uso dessas memórias arquivadas as faça ressurgir de todas as maneiras viáveis na busca incessante de perpetuar a história. Ademais, reconfigura espaços, símbolos e retóricas; emerge heróis, enterra monstros, cultiva e transmite a boa lembrança, aperfeiçoando o aprendizado, visto que é bem verdade que somos as nossas memórias, melhores ou piores, elas nos fazem ser quem somos, independentemente do que façamos ou mudemos, nossa aparência ou nome, elas permanecem.

CAPÍTULO 1: UM ROSÁRIO DE IDENTIDADES ARQUIVADAS

*Olhos de ver, Rosário de mostrar*⁷

1.1 Um terço de história

*IGREJA, f. a congregação dos Fiéis debaixo de seus legítimos Pastores. A Igreja Universal, todos os fiéis unidos em huma só crença, e Batismo, que reconhecem por seu Pastor universal ao legítimo fundador de S. Pedro. O templo, ou casa de oração. (BLUTEAU, 1789)*⁸

O verbete acima auxilia no entendimento do que era *igreja*, na virada do século XVIII para o XIX. Quando se fala ou se ouve a palavra simples e pura, muitas vezes não se pensa como esta fez e ainda faz parte da história, seu contexto ao longo do tempo e seus fundamentos de formação. Geralmente associamos a um templo edificado para receber pessoas em busca de atos litúrgicos, onde os fiéis procuram entrar em comunhão com Deus.

No entanto, na morfologia, oriunda do grego *ekklesia*, *assemblei*, enquanto para etimologia o verbo *ek-kalein* significa *chamar fora/convocar*, juntas compõem a *assembleia dos chamados*. Para o cristianismo, o que se vê nas passagens bíblicas⁹ davam sentido a essa interpretação como um entendimento geral utilizado pelos cristãos, indo além das explicações gramaticais. A igreja é relacionada a uma concepção de divindade, onde Cristo fez uma analogia entre os dois mundos (céu e terra, visível e invisível) uma convocação aos seus apóstolos e seguidores. Os escritos de Mateus (8:17) esclareceram o lugar de cada indivíduo: E se não os escutar, dize-os à igreja; e se também não escutar a igreja, considera-o como um gentio e publicano.

Nesse sentido, sinaliza o uso da *igreja* com a autoridade dada aos que o seguirem para fornecer o perdão, junto a permissão de estar na glória dos céus. Mostrando por essa passagem bíblica que não somente a Pedro foram dadas as chaves da *igreja*, mas a todos que o

⁷ BRITTO, William. Igreja de Nossa Senhora do Rosário de Vassouras e seu entorno. Fotografias aéreas produzidas por drone. Disponível em: https://www.skypixel.com/photo360s/my-product-f590a001-13d5-4f83-8052-5778956a4131?utm_source=copied&utm_medium=PCWeb&utm_campaign=share&sp=0,https://www.skypixel.com/photo360s/my-product-70a9671e-8d0b-4c96-a758-3163ce2636a1?utm_source=copied&utm_medium=PCWeb&utm_campaign=share&sp=0,https://www.skypixel.com/photo360s/my-product-bc50f5cb-e4a6-4382-9efa-1832ee0c561c?utm_source=copied&utm_medium=PCWeb&utm_campaign=share&sp=0 . Acesso em: 21 ago. 2025.

⁸ BLUTEAU, Raphael. *Diccionario da Lingua Portugueza*. Lisboa, 1789.

⁹ BÍBLIA. João 6:44 – “os eleitos”.

acompanharem. Na verdade, essa autoridade transmitida ao Apóstolo¹⁰ reconhece nesse um ímpeto apaixonado e perseverante em propagar e manter acesa a chama da fé, adquirida na caminhada ao lado do Mestre Jesus. E por fim temos a *igreja* ainda na formatação religiosa como o corpo de Cristo, juntando o humano ao divino e nomeando o templo, na analogia de onde a cabeça comanda todas as outras partes e por isso, Jesus seria a *cabeça/igreja*, assim estar em comunhão com ela é fazer parte do corpo de Cristo.

Acima podemos ver os conceitos implicando a fé, Weber (2004, p. 44-45) nos fala que é necessário abandonar as representatividades religiosas e valer-se de um pensamento mais peculiar dentro das diferenças e manifestações cristãs, no sentido de compreensão dos usos da *igreja* na história. Desse modo, sua característica institucional resultou no domínio por séculos entre os que a cercavam, sua força política na interferência do meio social.

Neste contexto podemos incluir Paty do Alferes e, logo a seguir Vassouras, como tantos outros lugares na formação colonial brasileira. Esta seguiu os pré-requisitos simbólicos para caracterização da Vila. Entre esses, a presença da *igreja* desde o início, na disputa de territorialidade, na medida em que sua construção determinava o local da urbanização, elemento que por si só ceifava as vontades do doador e proprietário do terreno cedido para edificar o templo. Como as terras representavam ascensão econômica e consequentemente política e social, ter uma *igreja* em seu no território significava compartilhar poder. Maia Forte (1933, p. 21-30), sobre Paty do Alferes, descreveu a disputa travada que teve início em 1816, passando por dois proprietários sucessores de uma promessa de doação de 8 braças de terra, de testada, por 12 ½ de fundos, onde a capela já existente serviria de marco para a futura Igreja Matriz, registro fundamental na constituição da Vila e da Freguesia.

A fazenda dos Alferes, a primitiva sesmaria, fora doada pela Coroa Portuguesa que, em troca, recebeu a promessa da edificação de uma igreja, por casamento essas terras foram passadas a José Francisco Xavier e posteriormente seu irmão Manoel Francisco Xavier. Mas tantos foram os argumentos em detrimento de perdas que o processo levou quase cinco anos para oficializar a nova Vila, tudo envolvendo a construção da prometida Matriz. Por fim, com ganho de causa para a Coroa, a Vila foi oficializada nas terras da Fazenda de Paty pertencente a Antônio Luiz Machado, com o compromisso firmado de que a obra da igreja seria custeada por Xavier. O que vimos no relatório do Presidente da Província apresentado na Assembleia Legislativa em 1844: “Pela Lei de 30 de maio de 1844, autorizasse a presidência a aceitar,

¹⁰ Também eu te digo que tu és Pedro, e sobre esta pedra edificarei a minha igreja, e as portas do inferno não prevalecerão contra ela (BÍBLIA, Mateus 16:18),

depois de concluído, o templo que o capitão-mor Manoel Francisco Xavier estava construindo e ofereceu para servir de matriz à freguesia do Paty do Alferes” (MAIA FORTE, 1933, p. 30).

A própria palavra freguesia, do latim, *filli ecclesiae*, traduzida como *filhos da igreja*, apropriada pelo poder político-administrativo das antigas vilas romanas, para demarcação e distribuição territorial, feita pelas *paróquias* conhecidas devotadas à religiosidade católica: Freguesia de Nosso Senhor, Freguesia de Nossa Senhora, ou ainda os Santos, Freguesia de Santa Rita, Freguesia do Rosário, entre tantos outros. O agrupamento de pessoas para os sacramentos (batismo, eucaristia, confissão, crisma, ordem, matrimônio e unção dos enfermos), os rituais litúrgicos e outros atos eclesiais vinham regrados pelo convívio social, em alguns acompanhados pelos festejos e por decisões políticas forjadas nas alianças, nem sempre formais, feitas nesses encontros.

Retornando à constituição da Vila, coração/sede das Freguesias, no ano de 1820, por decisão na Mesa do Desembargador do Paço foi consolidada a Freguesia de Nossa Senhora da Conceição do Paty do Alferes, no sítio do Paty por ser plano, central e cruzar as estradas de acesso às demais Freguesias vizinhas. Por redução de denominação Vila do Paty do Alferes, durante oito anos essa não floresceu e nem concretizou os elementos obrigatórios para que sua normatização administrativa se tornasse efetiva. No ano de 1828, as novas regras eleitorais possibilitaram a ascensão dos *homens bons da terra* na disputa por cargos onde passariam a deter o poder de mudanças. Nessa disputa encontramos as famílias que dominavam as terras do Paty até Sacra Família, essa mais próxima de onde viria a ser Vassouras tendo elegido dois membros, Laureano Corrêa e Castro e Francisco José Teixeira Leite, ali estava feita a “infiltração” que seria marco nas mudanças adiante (MAIA FORTE, 1933, p. 78).

Em votação unânime pelos vereadores do Paty foi acatada a transferência do povoado para Vassouras como sítio ideal na substituição, por se tratar de um local central. E em 15 de janeiro de 1833 é expedida pela Regência Trina o decreto de nascimento da Vila de Vassouras extinguindo a Vila do Paty do Alferes (TELLES, 1968, p. 21).

Contudo não só por ser um ponto central, encontro de estradas para o sertão, o sítio de Vassouras foi critério para escolha, pois esta já tinha uma Capela cujas reformas e transformações arquitetônicas já haviam sido iniciadas, numa clara alusão para se tornar uma *verdadeira matriz* (TELLES, 1968). Como já dito, os templos religiosos possuíam uma importância singular no surgimento dos povoados, carregavam consigo a designação de convivência religiosa e social.

Partindo do pressuposto de que as *igrejas* são objetos na salvaguarda da memória, e que essa vem de encontro para fortalecer as identidades, tanto individualmente como coletivamente, restituir sua memória arquivada é restituir a identidade esquecida ou silenciada. Somente assim, poderemos fazer da ipseidade o que é determinante para diferenciar um ser do outro, como um ponto de confiabilidade do testemunho que encontramos nos arquivos (RICOEUR, 2018, p. 155-174).

Seguindo esse pensamento sobre o fato do documento ou ipseidade, trazer elementos para compor a memória criando uma identidade nas pessoas, nesse sentido, o mais antigo mapa das sesmarias em Vassouras, permitiu resgatar o início da Vila em questão (Figura 1), em particular a localização do Rosário, na Sesmaria do Rio Bonito cuja denominação persiste no local, hoje alto do Rio Bonito.

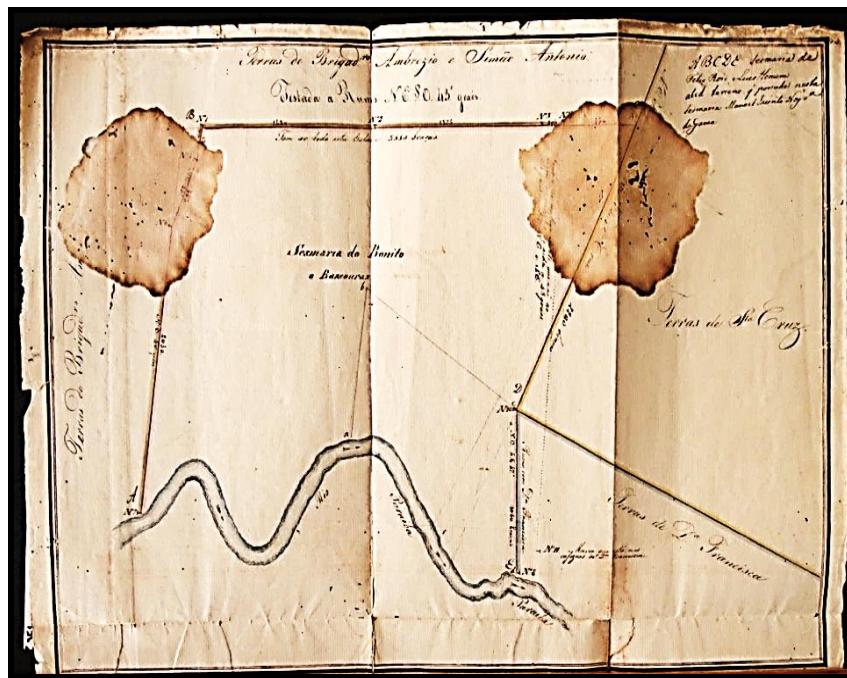


Figura 1 - Planta Sesmaria do Bonito e Vassouras em 1818

Fonte: APMV, 1786.

Na planta das Sesmarias, nitidamente consta o rio Paraíba do Sul, delimitador ao norte entre Valença e Vassouras (Bassouras, no mapa), onde está o Rio Bonito (Bonito, no mapa). Os proprietários sesmeiros e limítrofes eram: Manoel Jacinto Nogueira da Gama (Valença), Francisco Rodrigues Alves (Vassouras) e Luiz Homem de Azevedo (Bonito).

Mas, os anos se passaram e as alianças sociais e matrimoniais proporcionaram novos familiares, aparentados e agregados, esses que trouxeram subdivisões e acordos políticos de interesses múltiplos. Exatamente assim o povoado de Vassouras tomou a frente de Paty e se elevou a Vila em 1833. “Com o tempo, começam a infiltrar-se e fazer parte da câmara,

fazendeiros da zona de Sacra Família e de Pau Grande, como Ambrósio de Souza Coutinho, os Gomes Ribeiro de Avellar, os Correa e Castro e os Teixeira Leite” (TELLES, 1968, p. 21).

Dentre esses acordos, em 1823, encontra-se aquele feito pelo casal formado pela filha de Luiz Homem de Azevedo, Ana Maria do Espírito Santo e seu marido João Teixeira Gomes, que faz doação à Irmandade de Senhora da Conceição de Sacra Família de trezentos e sessenta braças de terras para o patrimônio da Capela de Vassouras. Terras, posteriormente, permutadas com Francisco José Teixeira Leite, tendo em vista que a Estrada da Polícia cortava sua propriedade.

As terras da Irmandade seguiram sistema de foreiros, Nossa Senhora da Conceição, padroeira da Capela futura Matriz, passou a ser dona do território, e seu patrimônio gerido pela nova e homônima Irmandade criada. Assim, tudo que fosse edificado sobre as terras da Irmandade de Nossa Senhora da Conceição de Vassouras passaria por regras desta, desde o pagamento do imposto, o laudêmio, taxa de venda do imóvel, até o tempo de construção das casas que estivessem sobre o seu domínio (TELLES, 1968, p. 23).

Sempre a *igreja* em lugar de destaque e poderio, servindo ao povo e para o povo, ou seja, a perpetuação da palavra, não como um documento escrito, mas como uma potência do Espírito Santo (WEBER, 2004, p. 133). Contudo, é possível ver que a vida cristã servia como um alicerce e também como uma segregação, pois o templo e sua localização demonstravam o *lugar* de seus frequentadores/fiéis na sociedade. A igreja do branco livre e de família nobre (o homem de bem) e a igreja do negro escravizado pobre eram separadas, sendo a primeira no centro urbano e a segunda na periferia. Aqui também se implantou desse jeito, quando foi organizada a recém-formada Vila de Vassouras.

No movimento da população da Província do Rio de Janeiro em 1850 foi discriminada a situação de cada grupo (batismo, óbito e casamento) conforme os registros paroquiais, destacando o que foi denominado de livres e escravos (FERRAZ, 1853). Para Vassouras foi computada uma população de 28.638 em Vassouras. Dividida nas duas antagônicas categorias sendo 9.428 de pessoas livres e 19.210 de escravizados, deixando evidente que o local era composto por, aproximadamente, 70% de origem negra. Com isso, surge outra problemática latente, a de que o negro, livre ou escravizado, não seria bem quisto nos espaços de convivência social do branco, incluindo as *igrejas*. Rosário, nesse contexto, serviu para maior segregacionismo¹¹, visto que até ela, a convivência era obrigatoriamente conjunta na Matriz.

¹¹ Como no resto do território brasileiro.

Mediante a releitura da Religião Tradicional Africana¹², não cabe falar de uma multiplicidade de “religiões” na África Negra, posto que equivalesse reconhecer a nossa ignorância da espiritualidade do africano (ALTUNA, 1985, p. 369) que necessitava de um templo que o representasse, não só pelos entraves sociais e étnicos, mas também por um processo de identidade e memória transplantada de suas origens. Essa que jamais poderia ser praticada na *igreja* do branco, local em que a construção de sua formação única e hegemônica deveria ser seguida, pautada na dominação de unicidade na crença religiosa cristã.

Por outro lado, Slenes (2006, p. 277-286) nos diz que as senzalas do Sudeste brasileiro teriam se constituído em sua grande maioria de africanos oriundos da África Central, compartilhando uma mesma herança cultural e, mais ainda, seriam do mesmo grupo etnolinguístico respectivamente *kongo*, *mbundu* e *ovimbundu* todos reunidos sob a denominação comum: povo *bantu*.

Além da linguística que favorecia a troca de informações, outro elemento fazia parte da pertença desses povos, a cosmovisão de mundo, ou seja, a maneira de nascer, viver e morrer estava enraizada nas tradições originais de matrizes africanas *bantu*, onde os *minkisi* (divindades da natureza) se tornaram os santos católicos, na analogia feita como processo de resistência da manutenção dos saberes, ritos, mitos e crenças (DAIBERT JR., 2021). Altuna (1985) nos fala que para esses povos todas as instituições, econômica, política ou social, se atinham em um conceito religioso e que a tradição *bantu* apresenta uma visão espiritualista de existência fundamental, trazendo Deus como a causa primária de ambos os mundos, visível e invisível.

Evidenciando aqui que os templos religiosos de tradição africana tinham sua dinâmica única de práticas ligadas aos frequentadores, abrindo o precedente de que era necessário no mínimo dois em Vassouras para poder atender aos fiéis, isso se lembrarmos que o cristianismo era imposto a todos como religião oficial no Brasil no século XIX (BRASIL, 1824, Art. 5ª).

CONSTITUIÇÃO POLITICA DO IMPÉRIO DO BRAZIL (DE 25 DE MARÇO DE 1824) - EM NOME DA SANTÍSSIMA TRINDADE.

TITULO 1º

Do Imperio do Brazil, seu Territorio, Governo, Dynastia, e Religião. [...]

¹² ALTUNA, Luís O. A Religião Tradicional Africana contém elementos de cada uma das denominações apontadas. Assim, o Colóquio de Abidjan, 1961, decidiu chama-lhes “Religiões Tradicionais”, ou “Religião Tradicional Ancestral ou Africana”, ou simplesmente, “Religião Africana”. In: [Título da obra]. Local de publicação: Editora, 1985, p. 368-369.

Art. 5. A Religião Catholica Apostolica Romana continuará a ser a Religião do Império. Todas as outras Religiões serão permitidas com seu culto doméstico, ou particular em casas para isso destinadas, sem fôrma alguma exterior do Templo.

Conforme o quantitativo acima, tão extenso de pessoas, apresentado no movimento da população da Província do Rio de Janeiro, da perspectiva do Império, se fazia mais que importante não deixar com que o paganismo se espalhasse por indiferença na construção de templos cristãos. Não esquecendo, que o “rebanho cristão” dos *Homens de Cor* era maioria. Para não perder o domínio exercido pelo clero e o processo de aculturação religioso já estabelecido, os negros receberam uma Irmandade para ter como sua e, conseqüentemente, erguer a igreja. Isso possibilitou que a cultura ancestral sobrevivesse a todo patrimônio simbólico cristão, o que não significa dizer que ela tenha saído imune a todas as restrições e perseguições pelas quais passou (DAIBERT JR., 2021, p. 11).

Esse direito vinha junto a uma série de obrigações¹³, a serem cumpridas, como aceitar os sacramentos, começando pelo batismo, ato de declaração dos arrependimentos junto a Deus e Sua plena aceitação em suas vidas, passando a fazer parte de seu corpo, a *igreja*. Para os africanos e afrodescendentes de Vassouras a catequização já havia atravessado o mar *bantificada*, chamada de outra maneira como uma vingança das religiões ancestrais (DAIBERT JR., 2021). E o batismo, aqui reconhecido como um processo de renascer em novas terras, outro mundo. Esse mesmo batismo e os óbitos registrados pelas paróquias, ainda não estudados na sua totalidade, trazem algumas referências aos povos negros em Vassouras, permitindo localizar a cidade como um berço da África Central. Vianna (2009) confirmou essa predominância ao analisar alguns processos de Inventário *post-mortem*, nesses ela confirmou a representatividade significativa de negros de origem *bantu* estudados por Slenes (2006).

Diante de uma população negra tão extensa em 1850, permite supor a necessidade de templo cristão para eles. A ideia de que esse fosse próximo a Matriz de Nossa Senhora da Conceição, representa uma concordância na dinâmica social, concedida pela elite local. Assim, no caminho de chegada à Vila, no limite entre o alto do Rio Bonito e Bassouras, a Igreja Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos, foi edificada a 580 metros de distância da Matriz. Não perfazendo um percurso longo da zona urbana da Vila, mas ao mesmo tempo não tão perto, permitindo liberdade de sociabilidade entre as pessoas que a frequentavam.

¹³ Na concepção *Bantu*, as relações sociais seguiam lógicas de parentesco e reciprocidade, enquanto no mundo dos homens de bem, brancos, os favores eram pagos com obrigados ou ações, conforme a estrutura social dominante da época.

1.2 Um terço de geografia

A área indicada para tombamento expressa sentido de urbanização ordenada no significado ao respeito à topografia, localização dos centros comercial, residencial, cívico, administrativo, religiosos, assistência social, funerária e paisagística. Na concepção urbanística de Vassouras manifesta-se com clareza, correspondência lógica e sincera do viver e morrer em coletividade organizada¹⁴.

Paulo Thedim Barreto, relator do processo de tombamento, vislumbrou na geografia da Vila de Vassouras possibilidades, em um passado recente, que futuras gerações a considerassem um modelo de representatividade do *viver e morrer em coletividade organizada*, mas o questionamento que permeia essa ideia é a ausência de um olhar mais longo, tanto no passado mais distante (s. XIX) quanto às periferias presentes naquela ocasião (década de 1950). Nesse sentido, até onde podemos afirmar que o conjunto agraciado contemplou todos os agentes formadores da cidade?

Indo mais atrás, e nas obrigatoriedades formalmente assumidas para a legitimação de uma Vila, constatamos que além da igreja era preciso o centro administrativo, a Casa de Câmara e Cadeia, terrenos para residências e claro, o Pelourinho. Cabe aqui um breve relato sobre a rapidez do crescimento urbanístico local, que em 1833 contava com uma capela e quatro ou cinco casas, em 1835 já computava boas casas com vidraças, o que era uma raridade no país. Em 1846 um chafariz central era providenciado para sanar o abastecimento de água, em 1849 já possuía perto de cem casas e alguns bons prédios, e em 1857 se torna cidade (TELLES, 1968, p. 27-37).

Todo esse acelerado, não se fez sozinho ou pela simples vontade dos homens de famílias nobres, mas sim pelas mãos de escravizados arrancados de suas terras, ceifados em suas identidades. O apagamento da força de trabalho, que muitas vezes pagou com a própria vida para que as pedras pudessem trilhar as ruas, as telhas estivessem sobre os tetos das casas e o badalar do sino da matriz alcançasse os fiéis, não é falado no Processo de Tombamento. O suor e sangue que constitui o patrimônio, reconhecido após cem anos pelo governo federal como memória a ser resguardada, deixou suas marcas na contemporaneidade. E claro não foi passível de destaque nada do povo que realmente fez dele um *conjunto urbanístico e*

¹⁴ BRASIL. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). Processo de Tombamento nº 566-T-57. Livro de Tombo Arqueológico, Paisagístico e Urbanístico, 26 jun. 1958, p. 09.

arquitetônico, do século XIX, de valor apreciável, que mereceu ser preservado (Proc. de Tombamento 566-T-57 IPHAN, 1958, p. 09).

Algumas questões interligaram o processo de tombamento à provável desapropriação do imóvel pertencente, à época, à centenária e nobre família da cidade (MIRANDA, 2012). Fatos que corroboram para mostrar o quanto as decisões das minorias dominantes – descendentes daqueles que detiveram o poder político, econômico, social e cultural no século XIX imperial – ainda vigoravam na década de 1950, na Vassouras republicana, como se verá mais ainda, embora o discurso oficial fosse outro.

Foi o seguinte: um dia, eu tinha feito umas fotografias de Vassouras e eu fui pegar as cópias na ótica que era ali perto do Ministério [Palácio Gustavo Capanema] [...] e encontrei com o Alcides Rocha Miranda, que viu aquilo e disse: “Você mostrou ao Rodrigo essas fotografias?”. Eu falei: “Não sei se o Rodrigo se interessaria por isso”. Ele me levou ao oitavo andar, entrou na sala e falou com o Rodrigo [...] O doutor Rodrigo falou: “Pega esse material todo, faz um resumo disso e faz uma proposta de tombamento”. Não sabia nem o que era tombamento; depois ele me disse o que era tombamento, e eu fiz realmente uma proposta de tombamento de Vassouras, do núcleo histórico de Vassouras. Foi o primeiro tombamento de um conjunto do século XIX (TELLES APUD THOMPSON, 2010, p. 82)¹⁵.

Cabe destacar a magnitude desse tombamento para a memória cultural do município e do país, contudo não se pode ignorar o fato de que a ideia partiu a esmo dos munícipes, por intermédio do recém-formado arquiteto Augusto Carlos da Silva Telles (1923/2012)¹⁶, carioca de nascimento com ascendentes na cidade de Vassouras, sendo ele próprio um dos herdeiros diretos do espólio de Francisco José Teixeira Leite (Barão de Vassouras, 1804/1884).

O desejo da coletividade vai de contraponto aos eventos desenrolados com a iniciativa do jovem arquiteto e seus estudos para salvar o legado e a memória da sua família na cidade, para quem ele já desenvolvia estudos técnicos. Nos anos posteriores apareceram, tardiamente, bem explicitado o descontentamento de parte de alguns afetados diretamente pelo ato, travestidos de moradores, atribuindo à Silva Telles como único responsável direto pelos danos/progresso gerados pelo tombamento. A notícia veiculada era bem clara sobre não ter havido qualquer entrave da Prefeitura ou qualquer órgão público, por ação direta de Silva Telles que transformou em patrimônio nacional o centro urbanístico da antiga Vila, atravancando o progresso (Correio de Vassouras, 03/02/1963, p. 01).

¹⁵MIRANDA, Alcides Rocha; ANDRADE, Rodrigo Melo Franco de. Alcides Rocha Miranda era arquiteto do IPHAN e Rodrigo Melo Franco de Andrade foi o primeiro diretor do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN). In: THOMPSON, A. Memórias do Patrimônio. Rio de Janeiro: IPHAN/DAF/Copedoc, 2010.

¹⁶ Sobre a vida e obra do arquiteto e professor Alcides Rocha Miranda, com carreira reconhecida nacional e internacionalmente e diversas publicações, vide Instituto de Arquitetos do Brasil – Seção Rio de Janeiro. Disponível em: <http://www.iabrj.org.br>. Acesso em: 30 mar. 2024.

O fato era que esses moradores sonhavam com outros destinos para área tombada e não tinham noção da importância do conjunto paisagístico arquitetônico do qual eram possuidores ou representantes desses, travestido de um simples habitante local.

[...] um modesto vassourense,

[...] lembrou a necessidade de ser construída uma estação Rodoviária em uma de nossas praças, sugerindo, na mesma ocasião, que a estação poderia ser erguida na praça Eufrásia Teixeira Leite, em frente a Prefeitura Municipal, no local ocupado por um Jardim. Disse que não haveria nenhum inconveniente no desaparecimento da referida praça, uma vez que existe outra e mais importante nas proximidades (CORREIO DE VASSOURAS, 22/06/1952).

Apesar do projeto desse terminal rodoviário não ter se concretizado no local citado¹⁷, fica evidente que a obra só foi redirecionada mediante a proibição pós-tombamento em 1958. A planta divulgada à época (Figura 2) demonstrava a dimensão e escala, caso fosse executada na Praça Eufrásia Teixeira Leite, invadindo a área fronteira à casa dos herdeiros do “nobre e ilustre” antepassado.

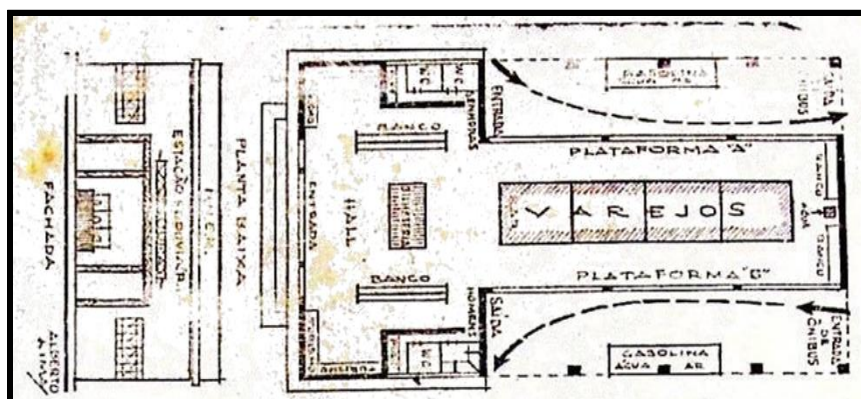


Figura 2 - Projeto da Rodoviária no Centro Histórico

Fonte: Correio de Vassouras, 13.05.1962, p. 8.

O tempo se encarregou de arquivar mais essa incômoda memória das discordâncias e da luta contra o tombamento. No caso da Rodoviária, e nisso se constitui o poder de reconhecimento pessoal, já que Silva Telles repetiu o ato de sua avó no enfrentamento do poder público para manter o legado do pai. Dentre os abandonados livros de Atas da Câmara de Vassouras, no de 1915 consta a mesma casa perdendo o seu jardim de entrada para que seja alargada a rua principal do centro urbano. Gerando o que não deve ter sido o primeiro, mas importante, desconforto com aqueles citados por Taunay como reminiscências dos ancestrais (TAUNAY, 1939, p. 197), cujos argumentos serviam para os dois momentos, 1915 ou 1952.

¹⁷ A Rodoviária Maurício de Lacerda só será edificada em 1968, na Rua Irmã Maria Agostinho, nem tão longe do local original, apenas na face posterior e uma das quadras da Praça Eufrásia Teixeira Leite (ATA DA CÂMARA, 02/10/1968, p. 193)

O Sr. presidente da Câmara, com a bôa intenção de aformossar a nossa cidade de Vassouras, tem de algum modo exorbitado dos limites de suas atribuições [...] não lhe fomentamos oposição não, applaudimos a sua boa vontade em querer melhorar a nossa Vassouras, mas lastimamos que s. exa. no excesso de actividade e zelo esteja a prejudicar os proprietários (O MUNICÍPIO, 04/03/1915, p. 01).

Outros embates se sucederiam em futuro próximo, e novamente o terreno urbano da família no mesmo endereço foi cobiçado pelo Poder Público pelo Decreto nº 49/1932 do Prefeito Maurício de Lacerda¹⁸, que promoveu a desapropriação do pomar nos fundos da propriedade para abertura da Rua Nilo Peçanha. Gerando uma disputa que se estendeu até os anos de 1936 (PMV, Fichas nº 707/1934 e nº 179/1936) tendo como solicitante a Sra. Eugênia Teixeira Leite da Silva Telles. A conclusão desse impasse termina com a perda definitiva do terreno sobre a alegação de abandono do imóvel, para o qual setor público declarava o bom uso em prol da comunidade.

Em correspondência de 01 de junho de 1933 ao prefeito, a mesma senhora mencionava como argumentação de próprio punho que, em vez de cortar a propriedade com uma rua, deveria conservá-la por seu valor cultural.

A violação da integridade da propriedade ideada e realizada pelo Barão de Vassouras, propriedade onde nasci e me criei, é para mim um sofrimento intolerável, dados os sentimentos affectivos que me ligam a essa chacara. Mais que isso, chacara em questão, de onde irradiaram para todo o Brasil resultados importantíssimos de tantas conferências políticas ali realizadas - deveria a cidade de Vassouras procurar, ao contrário de atravessar essa chacara com uma rua, conserva-la piedosamente como um patrimônio histórico memorativo de seu glorioso passado, o que já foi em parte determinado por bem inspirado e patriótico acto de V.S (Carta de 01/06/1933, Acervo Pessoal, Olganira Carvalheira)¹⁹

Naquele momento, a reclamante estava apenas lembrando ao mesmo Prefeito sobre seus os atos para as comemorações de Centenário da Vila de Vassouras de 1833/1933, vindo de encontro ao pedido de manutenção e salvaguarda do monumento/casa erguido no século XIX. O patrimônio histórico sendo utilizado para os interesses, espelho que distorce o que reflete (QUIJANO, 2010, p. 129).

¹⁸ LACERDA, Mauricio de (1888–1959). Presidente da Câmara e Prefeito (1915 e 1931), responsável pelas grandes reformas urbanísticas do início do século XX, importante político brasileiro, além de tribuno e escritor. Pertenceu à Academia Brasileira de Direito do Trabalho, elaborou o primeiro Código do Trabalho (1918), foi Deputado Federal (1929–1930), Embaixador no Uruguai (1931) e fiscal da Fazenda Municipal do Distrito Federal (1932). Dentre seus filhos esteve o jornalista, deputado e governador Carlos Lacerda. Dados biográficos retirados de Associação Nacional de Tribunais (ANDT). Disponível em: <https://andt.org.br/academicos>. Acesso em: 03 mar. 2021.

¹⁹ Secretária Municipal de Educação, Cultura e Saúde (1984–1988); Vereadora (1988–1992). O acervo consultado pertenceu ao Dr. Francisco Furquim Werneck de Almeida, casado com uma Teixeira Leite, e foi transferido, por termo de doação assinado por Álvaro da Costa Franco, seu neto, em 29 ago. 1984, para a pessoa física de Olganira Carvalheira.

A essa altura é inevitável inter-relacionar as históricas discrepâncias ocorridas entre setor público e seu modo de entender o valor histórico, ora obrigando sua salvaguarda, ora ceifando o patrimônio em benefício próprio. O que ainda é possível ver na atualidade e que em Vassouras antecedeu a criação do patrimônio histórico nacional, mais uma memória arquivada.

No Brasil, somente em 1936 com o debate sobre a nova estrutura do então Ministério da Educação e Saúde (MES) e conforme edição de 13/01/1937 no Decreto nº 378, art. 46, foi criado o SPHAN. Integrado à estrutura do Ministério na categoria de Instituições de Educação Extraescolar dos Serviços relativos à Educação, inclusive com objetivos como àqueles já defendidos por Maurício de Lacerda para Vassouras.

[...] fica criado o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, com a finalidade de promover, em todo o País e de modo permanente, o tombamento, a conservação, o enriquecimento e o conhecimento do patrimônio histórico e artístico nacional (BRASIL, 1937, art. 46).

Retornando ao processo de tombamento em 1958, fica claro que o governo nacional se manteve diretamente ligado a apenas um grupo da sociedade local, enquanto os demais não foram reconhecidos como detentores ou inseridos no contexto escolhido para representá-los. Deixando de lado identidades constituidoras da cidade, cancelando a política cultural dos Estados colonialistas para a exploração dos povos, reprimindo os modos de vida ameríndios e africanos (BORJA, 2013, p. 40). Apontando que a ênfase na identidade resultava, também, na ênfase da diferença; ao mesmo tempo em que a busca da identidade por parte de um grupo social evocava a diferença deste em relação à sociedade, ou ao governo, ou a outro grupo e instituição (GOMES, 2012, p. 41).

Um ponto marcante na geografia da Vila de Vassouras é que esta constituiu uma identidade de exclusão, das diferenças sociais, como a que distinguiu quem morava na frente da Matriz e quem morava na parte de trás. Aos fundos da igreja, exceção a João Evangelista Teixeira Leite (14 Janelas) estavam as residências simples, e de pessoas menos abastadas como o Colégio Fernandes, os comerciantes, escriturários, pessoas fora da elite cafeicultura. E as casas frontais maiores, algumas de dois andares, com seus proprietários, na maioria, descendentes de mineiros, com atuação na Câmara e nas Irmandades que julgavam importantes, caracterizando a elite local não só por suas posses, mas pela linhagem familiar, em que o sobrenome passou a representar o poderio, mesmo após a falência financeira de alguns desses. Até hoje, em Vassouras, se qualifica o interlocutor através da pergunta *de qual família você é?*, de cuja resposta depende o reconhecimento social (MAIA FORTE, 1933, p. 61-71).

Concluindo, a geografia da Vila falava por si só, qual era o lugar de cada um nesse processo de convivência. E claro, a igreja Nossa Senhora do Rosário não poderia passar ilesa, fora do centro urbano, foi edificada na zona periférica e nas terras do Alto do Rio Bonito (Figura 3).

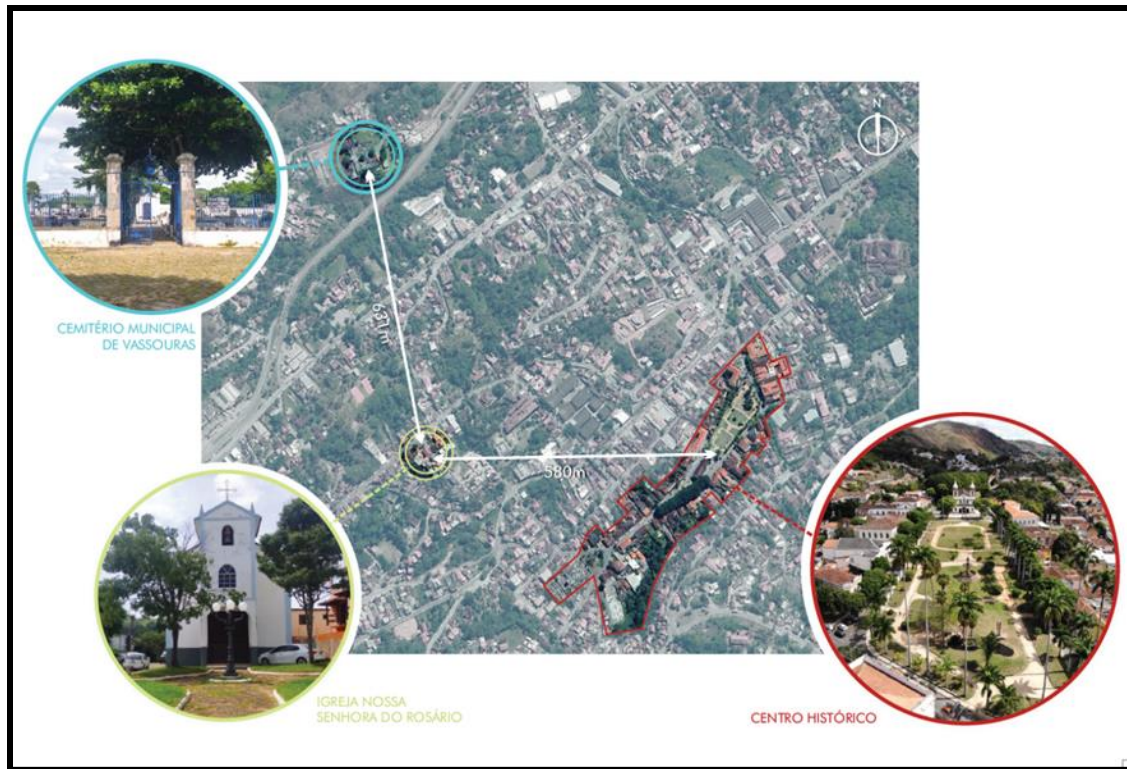


Figura 3 - Localização do Rosário em relação a Matriz e ao Cemitério Municipal

Fonte: Mariana D'Aguila, 2024, sobre Google Earth.

Os afastamentos não se restringem aos corpos, mas também a localização espaço temporal, aqui se depara com o etnocentrismo, que nos faz acreditar que seus valores e sua cultura são os melhores, os mais corretos e isso lhes é suficiente, não querendo aniquilar ou destruir o outro, mas sim somente evitá-lo (GOMES, 2012, p. 53). Quase se vendo e se sentindo assim, a igreja N. S. do Rosário, representante da maioria social de Vassouras, se põe a uma certa distância para a Vila/Centro Histórico, da elite, hoje dizendo a esta: *Dou as costas a quem me deu as costas*.

Mas, há algo que iguala todos, a morte e essa se fez presente em coletividade no ano de 1880/1882. Em meio a epidemia de febre amarela, que ceifou ricos e pobres, brancos e negros, livres e escravizados, sem cerimônia e sem distinção de título ou do lugar das pessoas na sociedade, ela teve o dom de aproximar a todos através do medo, de não saber o que se passava e até quando poderia se estar nesse mundo, fator de mobilização social.

O centro da cidade dispunha do único cemitério urbano, pertencente à Irmandade Nossa Senhora da Conceição, esse se viu lotado e interditado pela Junta de Higiene do Rio de

Janeiro (VASSOURENSE, 05/10/1884). Outro local se fez necessário²⁰ mas também não suportou por muito tempo, pelo crescente número de vítimas. Então através de doações e desapropriação junto à Câmara, inclusive do caminho para se chegar nele, um novo cemitério foi constituído fora do núcleo urbano no alto de uma colina. Segundo o presidente da Junta Central de Higiene, Dr. Domingos José Freire, apesar de não ser muito grande, tendo apenas 2.925,00m², o local serviria perfeitamente para atender a cidade. Sugerindo, ainda, que a própria Irmandade Nossa Senhora da Conceição construísse seu solo santo, ao lado deste cujo terreno tinha a mesma área. Proposta só possível de ser feita por uma Junta da Capital, em resposta aos irmãos que não aceitaram a ideia de serem enterrados no cemitério Municipal, que abrigaria todas as pessoas, inclusive os escravizados e pobres²¹. Assim como a igreja que se frequentava influenciava na posição dentro do contexto social, a última morada que o corpo ocuparia também fora usada como sinônimo de *status*.

Nesse diálogo cabem dois parênteses, o primeiro envolvendo a morte de Benjamin Benatar em 15/04/1859, marroquino, comerciante bem estabelecido na cidade e amigo de vários irmãos das duas principais e ricas Irmandades de Vassouras: a de Nossa Senhora da Conceição já descrita acima, criada para gerir o patrimônio da Vila com caráter religioso, e a da Santa Casa de Misericórdia, detentora do hospital responsável por atender aos doentes. Até aquele momento, nada poderia ser um problema, mas a questão de conflito se instalou pois Benatar se declarou judeu. Portanto, não poderia ser enterrado no único campo santo (cemitério) existente na cidade, pois pertencia à instituição católica, conforme as normas ele precisaria ter se convertido. Os entraves do enterro se estenderam por dias, o corpo foi embalsamado para aguardar a autorização de alguém com poder de decisão acima do vigário, seu amigo. O que não aconteceu, sendo realizado o enterro somente no dia 23/04/1859 no jardim da Santa Casa de Misericórdia, com a presença dos irmãos, família e amigos, isso provavelmente após apelo de Brites, a viúva, a um dos irmãos e Provedor perpétuo dessa instituição (ROCHA, 2002, p. 23-24), que vivia com a negra Laura no sobrado de 14 janelas no alto da colina que domina a cidade.

²⁰ Local onde hoje se encontra um grande supermercado, na avenida Paulo Torres.

²¹ Afinal, como poderia a elite branca da Irmandade conviver pós-morte com os pobres e escravizados, um muro não seria suficiente para delimitar o território daqueles que compareceram com recursos financeiros para Matriz e para Rosário. A impossibilidade divisão de território pelas classes sociais pelos locais e ambientes como representativa demonstrativa de pobre, rico – branco, negro – livre, escravizado (BORDIER, 2007; WEBER, 2004; entre outros) ficaria comprometida em Vassouras. O que não é o caso.

O importante nesse fato é observar o quanto a elite local segregava, portanto, o ser judeu passou a ser um problema de pertencimento, que até então não fora. Levantando a questão da sua opção religiosa criou-se um fosso no contexto social, mesmo não sendo das famílias abastadas/elitizadas, Benatar vivia entre eles, a ponto de seus filhos serem apadrinhados por esses na Igreja que agora se recusava a receber seus restos mortais.

A *igreja* neste ponto conseguiu demonstrar seu poder institucional nos ritos e atos de convivência dos indivíduos, ao colocar de fora do único cemitério no centro urbano um membro ativo dessa sociedade. Corroborava com a exclusão a questão da religião. Religião esta que tivera a mesma origem a do negado, o judaísmo. O pensamento de exclusão do século XIX onde situamos o caso Benatar, vem sendo ressignificado nos dias atuais dentro de ambas as religiões, releitura dos líderes institucionais, no intuito de retirar o estigma do povo judeu e reconhecer sua identidade na história cristã.

Citar o caso Benatar, permite retomar a proposta dos novos cemitérios vista acima a partir da sugestão da Junta Comercial que eles ficassem vizinhos, inimaginável para a época. Serve para contextualizar a inviabilidade, até mesmo no percurso fúnebre, de uma possível divisão de muros²², parede de meia, entre os cemitérios na cidade, parede de meia entre brancos elitizados e escravizados e seus pobres. Mesmo sendo um caso de higiene pública, enterrar os corpos da então elite, não poderia ser em qualquer lugar. Na Ata da Câmara uma discórdia entre os vereadores e o padre foi travada, tudo por conta de sua recusa em benzer as covas do novo Cemitério, o municipal, acordo firmado com a instituição pública antes da construção desse novo campo, que o mesmo religioso depois não estaria cumprido.

O padre alegava que sem os muros ou uma cerca para delimitar o espaço, os animais profanavam o local onde estariam recolhidos os corpos, esses que haviam carregado a chama divina de Deus e que poderiam ainda causar danos à saúde pública; nada faria. A celeuma vai parar nos jornais, com alguns defensores do Padre na postura adotada em um momento de medo da morte, pela doença que percorria as ruas. Enquanto o poder público insistia no descaso do padre junto a suas obrigações como sacerdote, esquivando a Câmara da responsabilidade de construção do muro.

Sessão Extraordinária em 10 de junho de 1882 – [...]

Sr. Presidente foi declarado que convocava a câmara extraordinariamente para resolver uma questão momentosa, que ultimamente se levantou [...]

²² Figura simbólica, seria obrigado a ser construído também no percurso fúnebre para separar o cortejo de cada grupo.

O cemitério considerava-se prometido desde que teve a sua planta aprovada pelo presidente da província, dependendo apenas da benção do vigário, sob cuja promessa de benzer cada uma das covas à proporção dos enterramentos a câmara repousou, e em consequência mandou abrir o novíssimo cemitério. Mais de um cadáver já foi inhumado no novíssimo cemitério, mas nenhum teve sua cova benta, **talvez por serem escravos, ou infelizes pobres** (O MUNICÍPIO, 04/03/1915, p. 01, grifos nossos)

Tudo isso gerou uma comoção que termina com a construção do muro e de seu portão, este se mantém até os dias atuais como um símbolo de entrada para o local de descanso eterno da população em geral. Estando diante desse portão, olhando no horizonte a esquerda do observador, encontra-se a Igreja Nossa Senhora do Rosário, hoje simbolicamente dizendo aos seus, *te acompanho à última morada*.

Dentro desse contexto, voltando a observar a localização dos bens na Figura 03, pelos olhos do Rosário estariam em desacordo com Lamego (1963, p. 167), quando apresenta a cidade de Vassouras como *um erro geográfico*. O autor registra ainda que, por outro lado, a cidade foi o melhor exemplo de uma fundação urbana paradoxal, onde o espírito dos grandes senhores só se preocupava com os cuidados urbanísticos. Cuidados esses contra eles mesmos no trato aos símbolos, em que apropriados para entendimento de poucos e representatividade de muitos, a espiritualidade dos invisibilizados e oprimidos, simbolizada aqui pelo Rosário, fala com tirocínio, sutilmente, usando a geografia urbana consolidada pela elite e seu descaso com os pobres e escravizados, até agora não percebido.

1.3 Um terço de arquitetura

No caso dos povos latino-americanos e mais especificamente daqueles que formam o Cone Sul, é possível diferenciar várias heranças. A primeira é o resultado das culturas pré-colombianas, a contribuição indígena; a segunda é o legado europeu inicial; a terceira herança foi a crioula e a mestiça, à qual se soma a contribuição africana; e finalmente, o legado das diferentes migrações a partir do fim do século passado²³.

O processo arquitetônico está intimamente ligado às manifestações políticas e culturais de um povo, através da percepção humana, o modo de ver o mundo ao seu redor, as técnicas utilizadas para gerar construções partem do pressuposto do conhecimento de quem as executa. Para tanto não se pode negar a diversidade encontrada no Brasil sobre autenticidade e identidade tão cara para a Carta de Brasília (CURY, 2004, p. 323), reconhecendo inclusive a importância das múltiplas técnicas construtivas empregadas por esses povos.

Portanto a identidade ganha lugar de destaque quando da fala sobre autenticidades culturais coligadas, quando o conhecimento de um se agrega ao do outro, nascendo novas expressões e conceitos na área da arquitetura, com signos a elas inclusos. A junção desses movimentos serviu para dinamizar também a urbanização, inclusive pela adoção dos materiais empregados nas edificações (pedra ou barro, com os vegetais), isolados ou em conjunto se fazendo presente, representando uma memória dos que por aqui passaram e contribuíram ao longo do tempo.

Ao embater esses valores com Vassouras – localidade que trazia consigo toda a variedade cultural dos povos citados na Carta de Brasília –, é possível identificar as influências e métodos aqui empregados nas edificações. Por mais que Silva Telles (1968) identifique e enalteça o vidro, como material raro presente desde as primeiras construções locais, demonstrando a riqueza de seus colonizadores, o barro e a madeira se fizeram presente até porque estradas estavam sendo abertas removendo espécies vegetais e corte de morro.

Sendo a pedra, barro e cal, muito empregados na Europa e abundantes em todo o Vale do Paraíba, a madeira e a argila eram de conhecimento e uso dos grupos indígenas e africanos. Não podendo ignorar que a execução dessa arquitetura ficou a cargo dos escravizados que deveriam respeitar os ‘projetos’.

²³ CURY, Paulo. Carta de Brasília. São Paulo, 2004, p. 324.

Nas zonas rurais do vale, muito provavelmente ocorreu o mesmo que na Inglaterra: aproveitou-se da própria terra que havia sido escavada para acomodar o extenso programa arquitetônico em torno de quadriláteros funcionais. Nessas fazendas brasileiras foram construídas olarias domésticas, provavelmente com picadeiros, pipas mais ou menos sofisticadas e fornos do tipo meda, que se auto consumiam e desapareciam após a conclusão das obras. A fartura da mão de obra, principalmente nos intervalos da entressafra agrícola e a abundante matéria prima permitiam que cada unidade agrária tivesse sua própria produção. O excedente, provavelmente, era transferido aos vizinhos, ou armazenado para consertos e ampliações futuras (ROCHA, 2012, p. 293).

Portanto, de fato, o que sobrevive não é o conjunto daquilo que existiu no passado, físico e/ou simbólico, mas uma escolha, efetuada pelas forças que operavam no desenvolvimento temporal do mundo e da humanidade (LE GOFF, 2003, p. 525), direcionado a quem se encontra nesse mundo, como a invisibilizada Igreja Nossa Senhora do Rosário. Até que se prove o contrário, seu primeiro registro físico está na Planta da Cidade de 1858 (Figura 4).



Figura 4 - Planta da Cidade de Vassouras, 1858/1861

Fonte: Biblioteca Nacional, 1858 a 1861, cart164664, det.

Conceição (2015, p. 70) relata que resquícios de materiais da Matriz serviram na obra do Rosário, certamente se referindo a descarte de material de obra, reuso. Um fato que corrobora essa narrativa foi relatado em 1838, quando a Vila recebeu uma subvenção do governo da Província assomada aos recursos oriundos de uma subscrição entre os moradores/irmãos, para expansão da então capela que se tornaria Matriz, chegando as obras até 1850, faltando apenas a conclusão do forro e do assoalho, segundo Telles (1968, p. 26-37). Ainda que as Irmandades de N. S. da Conceição e a do Rosário tenham sido criadas em 1828,

a materialização da segunda só ocorrerá depois de 1850 (Vide 2.2. Mistérios Dolorosos, sobre a Irmandade).

Apesar de não apresentar hoje o seu aspecto original, sem dúvida ele era mais significativo na contextualização social local em sua época. Nesse contexto, a igreja adquire um processo de autenticidade, se considerados os valores junto à diversidade das tradições culturais, sendo uma realidade no tempo e no espaço, exigindo respeito por parte de outras culturas e nos aspectos inerentes aos seus sistemas de pensamento (CONFERÊNCIA DE NARA, CURY, 2004, p. 320-321). Inclusive, respeito àquela arquitetura igualmente mutilada.

A escassez de documentos sobre o Rosário com relação a sua construção ainda não permitiu a confirmação exata da data de sua edificação, sendo essa falta mais um sinal de esquecimento junto à memória e à fidelidade ao passado (LE GOFF, 2003, p. 423). A localização de algum resquício, de uma imagem mais antiga, seria como uma reconciliação, necessária para resgatar a identidade perdida do monumento e dos descendentes de escravizados invisibilizados nessa Igreja. A foto mais antiga mantida em sua Sacristia até os dias de hoje, demonstra sua simplicidade nos arranjos externos, seu isolamento urbano e a degradação latente, o próprio abandono (Figura 5) quando da construção do Campanário.

A Igreja, nessa data, estava em plena decadência, suas paredes cheias de marcas de abandono: infiltrações e perdas, exceto de uma porta com um grande arco que remete o observador a um passado que foi mais glorioso, aí reduzido ao descanso em dois bancos, mas sobreviveram as arandelas apagadas e desprotegidas pela falta do beiral substituindo os antigos lampiões.



Figura 5 - Igreja Nossa Senhora do Rosário, Município de Vassouras/RJ
Fonte: Sacristia Igreja N.S. do Rosário de Vassouras/RJ, S/D.

Diante da imagem é possível ver a singeleza do cruzeiro no alto de seu telhado, único item que naquele momento simbolizou ser aí um templo sagrado, não apenas uma morada, uma construção qualquer, mas a morada de todos, com uma única porta metaforicamente dividindo os mundos externos e internos da espiritualidade.

As notícias desse período nos falam de um orgulho em reviver a Igreja, não no seu passado, mas sim com uma nova identidade, a dos imigrantes, igualmente excluídos. Além da foto anterior, foram localizadas notícias de jornal em relação ao novo campanário, primeiro durante sua construção e depois já concluído. Segundo alguns moradores vizinhos, essa obra teria sido subsidiada por um português.

Na matéria jornalística (Figura 06) é possível verificar um ato de momento coletivo ajudando na obra, mantendo a idéia de construção popular, comunitária, com materiais e recursos próprios do local, onde o grau de autenticidade fica implícito em cada legado e deve ser dimensionado em função de ditas heranças (CURY, 2004, p. 324). Nesse sentido, a Carta de Brasília, reconhece o percurso do patrimônio ao longo de sua própria história consagrando a intervenção.

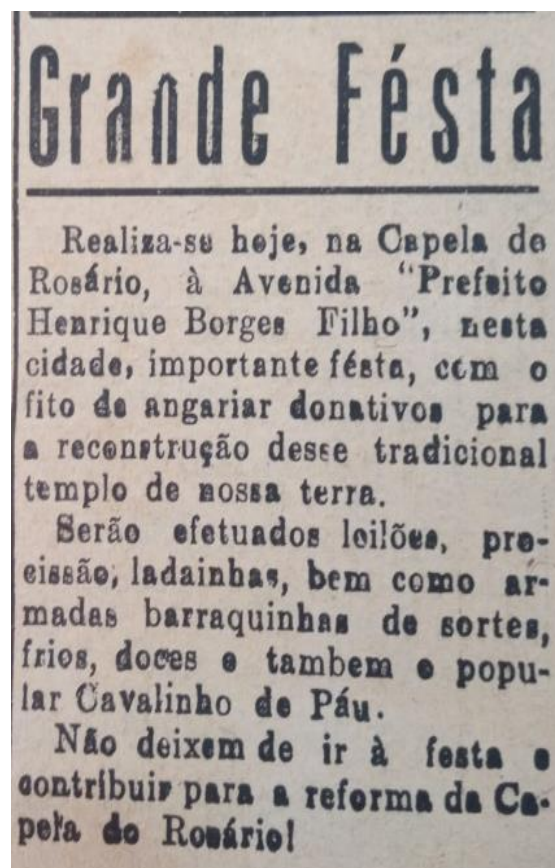


Figura 6 - Notícia para realização da construção do Campanário

Fonte: Correio de Vassouras, ano XVII, n° 827-828, p. 01.

Observa-se, ainda, que essas obras modificariam a fachada do templo, mantendo apenas dois objetos: um par de bancos em pedra que ladeavam a porta (convite para sentar-se à entrada) e o cruzeiro, em ferro, vazado, agora no alto do Campanário (Figura 7).



Figura 7 - Conclusão do Campanário.
Fonte: Sacristia Igreja N.S. do Rosário de Vassouras/RJ, s/d.

Construção essa, objeto de notícia citada (Correio de Vassouras, 26 de outubro de 1952), como sendo a “Grande Festa” para angariar donativos na reconstrução desse *tradicional templo de nossa terra*, obra que ficou registrada na nova torre com a datação de sua inauguração em 12 de dezembro de 1952 (Figura 8).



Figura 8 - Foto datação do Campanário, 1952
Fonte: Ana Paula Vieira, 2023.

Apesar de não ter seu reconhecimento por nenhuma esfera pública como um monumento cultural até a presente data, o órgão de tutela estadual (Instituto Estadual do

Patrimônio Cultural - INEPAC) incluiu parte do acervo de Rosário, no catálogo de Inventário da Arte Sacra Fluminense (INEPAC, 2013), como se vê:

1. Porta na lateral da nave (Ficha nº 2911/2013)
2. Cristo Crucificado (Ficha nº 2912/2013)
3. Imagem Santa Sofia (Ficha nº 2913/2013)
4. Pia batismal (Ficha nº 2909/2013)
5. Retábulo-Mor (Ficha nº 2908/2013)
6. Imagem Nossa Senhora do Rosário (Ficha nº 2916/2013)
7. Imagem São José (Ficha nº 2918/2013)
8. Imagem São Benedito (Ficha nº 2944/2013)
9. Sino menor (Ficha nº 2919/2013)
10. Sino maior (Ficha nº 2921/2013)

Antes de continuar a analisar esse acervo, é preciso entrar na Igreja. A porta principal abre direto na nave, sem anteparo, com suas duas fileiras de seis bancos de madeira cada, com caminho ao centro até o altar e nas laterais. Nas paredes laterais, estão afixados, como na maioria, os quadros da Via Sacra, representação da Paixão, Morte e Ressurreição de Cristo, sete em cada lado. Uma alegoria teatral contada, que serve como nos narra Pereira (2003, p. 01-06), de fonte privilegiada para discussões de identidade e alteridade, assim como os Ciclos da Natividade (Anunciação, Nascimento e Visitação), em ambas as passagens as narrativas utilizadas provêm de releituras bíblicas, muitas vezes servindo para entendimento dos iletrados. Entre os quadros da Paixão de Cristo encontram-se quatro nichos, dois de cada lado, sendo um deles dedicado à Santa Rita de Cássia (italiana padroeira das causas impossíveis). Santa essa que na igreja do Rosário adquire conotação de ligação com imigrantes italianos, frequentadores assíduos e de notoriedade nesse espaço, cujo vínculo se verá mais à frente.

A pia batismal, situada à esquerda do acesso principal, na lateral direita da nave, a escada de acesso ao pequeno coro e ao campanário. Sob os pés do cristão, ao atravessar a nave, o revestimento do piso está em ladrilho hidráulico, em desenho geométrico, comum em muitas construções e reformas desde o final do século XIX/início do XX. Esses foram adotados por serem resistentes à água, portanto mais duráveis, confeccionados em cimento e coloridos à base de óxidos de ferro²⁴.

²⁴ LAMAS, Márcia Lopes; LONGO, Orlando Celso; SOUZA, Vicente Custódio de. A produção de ladrilho e o ofício de ladrilhar: método de produção de ladrilhos do século XVIII aos nossos dias. *Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material*, São Paulo, v. 26, e09, p. 1–22, 2018. DOI:<https://doi.org/10.1590/1982-02672018v26e09>. Disponível em: <https://revistas.usp.br/anaismp/article/view/148057>Acesso em: 5 fev. 2025.

Olhando à frente temos o altar-mor, que se restringe ao trono central onde repousa a imagem da Padroeira. Possui seis degraus, como o número de bancos em cada fileira, os seis castiçais do altar, os seis nichos, permitindo supor serem propositais. Rosário, no último patamar, com Cristo glorioso a seus pés, no terceiro patamar do trono. Ao lado desse, nos nichos do Retábulo estão, à esquerda, São José, o patrono universal da igreja católica, e à direita São Benedito, o africano negro, filho de escravizados, protetor dos pobres. O INEPAC registra todas essas imagens, exceto o Cristo e seu Sagrado Coração, confirmando se tratar de peças do século XIX, dando destaque a Benedito que aparece com uma possível escultura de fatura baiana.

Uma observação nesse ponto se faz necessária, a semelhança do trono, nesse retábulo, com o da Matriz de Nossa Senhora da Conceição, uma réplica em menor proporção e mais modesta no douramento conforme podemos comparar nas Figuras 09 e 10, seria esse mais um resquício trazido da primeira Capela da Conceição para o Rosário, reuso?



Figura 9 - Igreja N.S Rosário/Retábulo-Mor
Fonte: Ficha N° 2908/2013 – INEPAC.



Figura 10 - Imagem Nossa Senhora da Conceição
Fonte: Ana Paula Vieira, Acervo Pessoal.

Por outro, defronte ao altar, subindo a escada da torre encontram-se os dois sinos, o menor, tem imagens da cruz e a flor-de-lis que representa a Virgem Maria e sua Anunciação e submissão, “Eis aqui a serva do Senhor; faça-se em mim segundo a tua palavra” (Bíblia, Lucas 1:38). O sino maior, também com cruz e o Brasão do Império – mais um reaproveitamento? –, demonstrava o poderio da Corte em Vassouras com seus títulos doados/comprados/permutados de nobreza. Os sinos traziam o sentido de comunicação conforme do som dos badalos emitidos, aviso das horas, de missas, de morte e assim por diante como um código. Sua função se restringia aos escravizados por ser um trabalho braçal

e perigoso, para esses africanos era sinônimo de igualdade cultural tendo em vista que na faixa atlântica litorânea da África eram usados pelos poderes político e religioso (sacerdotes). Portanto, no Brasil os toques tomaram uma conotação africana, vista ainda na atualidade como o barravento e o samba de caboclo usado na Bahia, além de trazer as batidas rítmicas na capoeira, no baião e no samba. Essa troca permitiu incorporar na cultura brasileira os sinos do *agogô*, *adjá*, *gã*, usados no tambor de Mina e nos Candomblés.

Na religiosidade africana, os sinos são utilizados para conexão com a espiritualidade ancestral uma similaridade com as celebrações católicas, tal como representavam o momento mais importante da liturgia das missas, quando o pão e o vinho são consagrados em corpo e sangue de Cristo, pontos de contato para a aculturação²⁵. Espanta tamanha importância dada ao Rosário, seriam também os sinos materiais de reuso retirados da primitiva Capela da Conceição e trazidos para aproveitamento nessa *igreja* periférica?

Por fim, o atual largo, ao lado de fora à praça, agora Raimundo Correia²⁶ (Figura 11), segundo relato de alguns moradores já foi denominada Manoel Francisco Rodrigues, conforme a planta de 1973, onde consta do registro com o segundo nome e a solicitação de averbação de terreno em 1979 com o nome do primeiro (PMV, Processos nº 523-525/1979).



Figura 11 - Praça Raimundo Correia
Fonte: Ana Paula Vieira, Acervo Pessoal, 2024.

²⁵ GALANTE, Rafael. Essa Gunga Veio de Lá: Tradição Africana nos Sinos do Brasil. São Paulo: TV USP, 2023. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=TKOaAjd7bts>. Acesso em: 21 mar. 2025.

²⁶ Correia, Raimundo da Mota de Azevedo. Sinfonias. Rio de Janeiro: Garnier, 1883. Disponível em: <https://mundoeducacao.uol.com.br/literatura/raimundo-correia.htm>. Acesso em: 25 abr. 2024.

Sua disposição representa uma cruz apontando para a igreja, como um tapete a sua frente. Ultrapassando a arquitetura da praça, na verdade este símbolo aparece no início da oração do rosário na recitação do credo e caracteriza a narrativa cristã da crucificação de Jesus, trazendo ali o simbólico: em nome do Pai, do Filho e do Espírito Santo. Para o povo *bantu* a cruz também representa o Cosmograma *Bakongo* que mesmo com a adesão do cristianismo não abandonaram ou diluíram suas tradições da terra-mãe (DAIBERT JR., 2015, p. 22), por se tratar de uma explicação do desenvolvimento da vida através de todos os seus estágios: concepção, nascimento, maturidade e morte (FU-KIAU, 2024, p. 164). Elemento que falaremos mais adiante no Capítulo 3, que trata da religiosidade, aqui somente a imagem para contextualizar nosso terço de arquitetura.

As dimensões do terreno da igreja aparecem no processo nº 1.782/1968 da Prefeitura de Vassouras, onde consta uma solicitação do padre Pedro Marques Pascoal para regularização do território junto ao Rosário, o que acabou se concretizando somente em 2002. Estabelecendo 430,00m² na Avenida Prefeito Henrique Borges Filho, no Alto do Rio Bonito, onde se encontra edificada a Igreja Nossa Senhora do Rosário, e devidamente registrado no Cartório do 3º Ofício de Vassouras, na matrícula nº13.387 em 12 de julho de 2002 e averbado na Prefeitura pela Diocese de Valença. Tudo tal como se caracteriza hoje.

A importância de determinar os limites de um território faz parte da dinâmica arquitetônica, se levarmos em consideração sua função em criar, planejar e construir ambientes. Sem a delimitação do espaço, sua atividade não consegue fornecer as informações e expressões determinantes à vida humana. Nessa perspectiva, respeitar a diversidade cultural e a polaridade dos locais, onde é possível ver que o universo possui dois lados, o do eu e o do outro, com dois aspectos, dois polos opostos com muitos graus de diferença, molda o patrimônio a ser trabalhado nas suas múltiplas áreas. Somente embasado nesse entendimento consegue-se respeitar a memória portadora de uma mensagem espiritual do passado, em que as obras monumentais de cada povo perduram no presente como um testemunho vivo de suas tradições seculares conforme apregoado na Carta de Veneza (CURY, 2004, p. 91).

CAPÍTULO 2: O ESQUECIMENTO: IRMÃOS ENTRE SI E NÃO ENTRE OUTROS

Conta por conta.

2.1 Os Mistérios “Gozosos” da dinâmica de sociabilidade

NOTICIÁRIO

No dia 16 do corrente effectuou-se na Igreja do Rozario o casamento da parda Thereza escrava da fazenda da Cachoeira, do dr. Antonio Lazzarini, com o sr. João Machado Tosta, natural de Portugal, residente ha muitos annos nesta freguezia, e habil official de carpinteiro.

O Sr. Machado Tosta offereceu, e foi accita a quantia de 900\$000 para a alforria da Thereza que no acto do casamento recebeu a carta de liberdade.

É um acto digno de louvor do Sr. Tosta em libertar a escrava Thereza para fazer della sua legitima esposa, constituindo deste modo o laborioso artista uma família honesta.

Aos noivos nossos parabéns desejando que seu proceder sirva de estímulo para outros casamentos congêneres, com o que muito ganhará o progresso do nosso país (VASSOURENSE, Ano II, nº 29, 22/07/1883, pg. 01).

A presente notícia impressa na primeira página, destaque no jornal de Vassouras/RJ²⁷ na derradeira vigência da escravidão, não era surpreendente, afinal outros casamentos de escravizados libertos no ato foram publicados. O impacto é a evidência dada a esse casório, primeiro informe no Noticiário da cidade ao centro da página. O que teria levado o jornal a publicar o ato dessa forma?

Dentro dessa interrogação o Capítulo se propõe a expor os agentes formadores da cidade de Vassouras e seus lugares no contexto social, sempre em torno da construção da igreja Nossa Senhora do Rosário e seu processo de exclusão diante da diáspora africana e das lutas vividas por esse povo pela sobrevivência no solo brasileiro. Essas lutas, até hoje em conflito, deixaram para seus descendentes a incessante busca por reconhecimento como integrantes da constituição da nação e do seu patrimônio cultural.

A secular notícia (Figura 12) trouxe vestígios de como os escravizados eram vistos e retratados, com Thereza o jornalista vislumbra uma inclusão dos negros numa nova identidade que vai circular nos grupos sociais. Considerando que para o Estado, tanto naquela data quanto no presente, a narrativa usada permanecerá sempre a do colonizador europeu e sua hegemonia, pois, normalmente, o que é preservado são os grandes feitos nacionais e dos

²⁷ Todos os textos desse subcapítulo têm como base essa notícia jornalística.

grupos dominantes do passado (VILLARES & BORJA, 2020), persistentes até hoje no racismo estrutural.

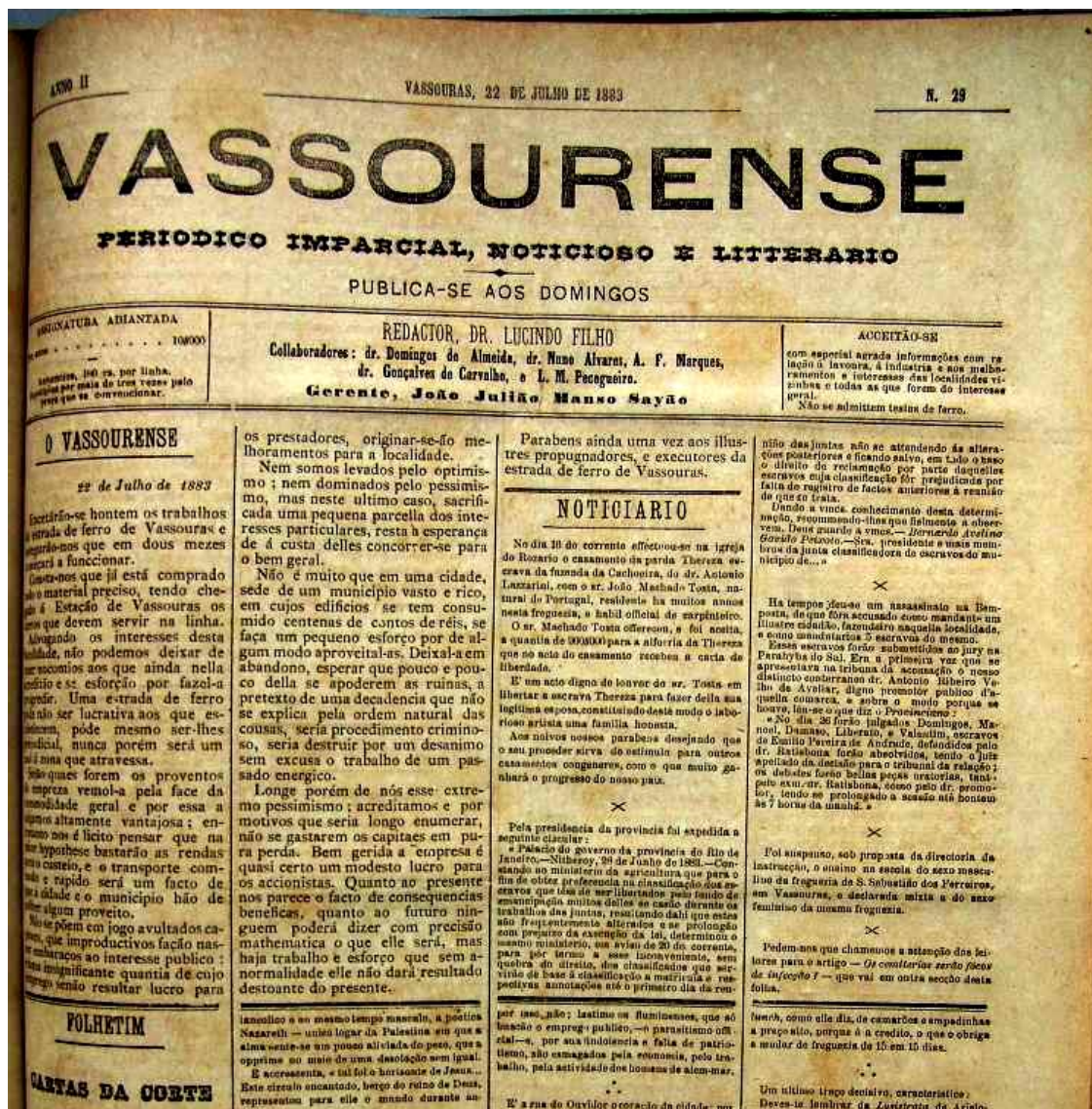


Figura 12 – Notícia do Casamento de Thereza.

Fonte: Vassourense, Ano II, nº 29, 22 de julho de 1883, p. 01

Cabe destacar que a cidade de Vassouras, apesar de seu desenvolvimento nos anos oitocentistas, demorou a ter imprensa jornalística²⁸ por resistência da própria elite que temia as animosidades geradas com as notícias, tendo em vista os vínculos de parentesco entre essas pessoas. O cuidado no trato e a divulgação dos acontecimentos locais era ato de extrema cautela, particularmente quando envolvia os escravizados. Pois os jornalistas estavam diante de uma sociedade escravocrata, ter um casamento com declarada alforria, informado na

²⁸ SOUZA. História do Jornalismo no Brasil, 1984. O primeiro jornal impresso de que se tem notícia foi a edição de O Município, em 15 jul. 1873, com redatores Lucindo Filho, Rodolpho Leite Ribeiro, Herculanio de Figueiredo e Alberto Brandão.

primeira página e em lugar de destaque, permite levantar a discrepância. Ao longo das pesquisas em outros dados jornalísticos, a grande maioria trazia informações em fatos relacionados às perdas senhoriais tais como: fugas, desacatos, homicídios, ofensas físicas, roubos, infrações ao bem viver, todas seguidas ou não de prisões, publicadas na íntegra inclusive as sentenças. As notícias, raras e com ênfase, diretamente ligadas à vida privada desses negros, eram sobre ofertas de trabalho de ganho, e alguns poucos registros de casamento.

Altuna (1985) relata que para o *bantu* os casamentos são um fato social, pois organizam e estabilizam a transmissão da vida e de bens culturais, e por isso jamais pode pertencer somente aos indivíduos, carregando, sobretudo, a perpetuação de linhagem, gerando, portanto, uma nova comunidade, fundamentando uma aliança entre os grupos. Simbolicamente um rito de passagem, além de ser um ato religioso e jurídico, em que o indivíduo envolvido se propõe a um processo indissolúvel perante a sociedade, o que corrobora com o pensamento cristão e a época de notícia acima. Outro fator marcante da cultura africana, citado por esse autor é a evidência do pagamento em aquisição da noiva, conhecido por alambamento. Esse consiste em a família do noivo entregar certas quantias, objetos, animais recebendo em troca a “mulher” prometida em forma de um novo valor “a noiva”, essa que enriquecerá o grupo do marido com filhos e seu trabalho. O termo alambamento vem do verbo *kimbundu* que significa, prestar homenagem ao futuro sogro por meio de presentes convencionais, ou seja, uma indenização, situação similar ao caso da Thereza, a escravizada cujo senhor assume o papel do cedente, corroborando para o trato dado aos negros africanos de coisificação²⁹, pensamento que atravessou o Atlântico gerando memórias subterrâneas. Essa parte integrante das culturas de maioria excluída e dominada, onde não se trata mais de lidar com os fatos sociais como coisas, mas de analisar como os fatos sociais se tornaram coisas (POLLAK, 1989, p. 3).

A memória teria, assim, a capacidade de contar as histórias possibilitando saber de onde se vem como povo, sendo importante quando se trata de determinar o próximo passo, transmitindo a compreensão do patrimônio que cerca a comunidade inserida nele (MBURU, 2023, p. 126). O que se observa no Processo de Liberdade³⁰ solicitado por Thereza: “Parda Thereza, escrava do Dr. Lazzarini, com 25 anos de idade e de serviço de roça, tendo a quantia de seiscentos mil reis para se alforriar, visto que este seria mais ou menos o seu valor por não ter prenda alguma a ser apenas do serviço de lavoura” (PROCESSO DE LIBERDADE, 1883).

²⁹ OLIVEIRA, 2018; POLLAK, 1989. Conceito discutido no Capítulo 3.
³⁰ ARQUIVO DO TJRJ/IPHAN. Documento nº 102.663.844-018.

A escravizada se apresentou como parda, esse termo, segundo Santos (2021) foi muito discutido pela elite econômica e acadêmica do meio do século XIX até o início do XX, se referindo originalmente à cor do leopardo ou do pardal, e quando aplicado a pessoas evidenciava seu caráter de mestiço na condição parda. Os pardos e pretos, embora constituam dois grupos raciais distintos são classificados como “população negra” pela legislação vigente no Brasil, desconsiderando suas múltiplas ascendências indígenas, africanas e europeias (SANTOS, 2021, p. 9). Abrindo um fosso no processo identitário de quem era esse pardo e a qual grupo pertencia: branco com negro ou negro com indígena³¹? Questionamento que possibilita duplo sentido de categoria social no contexto de ser livre, liberto ou escravizado. Essa identidade somente pode ser usada no plano do discurso e aparece como uma criação de um *nós* coletivo, no dizer de Gomes (2012), então esse coletivo representava o que sou e meu lugar de pertença no mundo, levando o “pardo” para um hibridismo transcultural de cosmo percepção, possibilitando viver em dois lugares distintos dentro da sociedade.

Oliveira (2018) trouxe a ideia do sucumbir o negro pelo processo de assimilação, seja pelo físico ou pela cultural, sempre foi um projeto colonial quando se tratava de criar uma nação hegemônica aos moldes europeus. Por isso a teoria do branqueamento da raça repercutiu mais uma vez no pensamento de que sofremos de “africanofobia” ou “negrofobia”, conceitos aplicados pelo autor para descrever o quanto ainda é latente a repulsa em aceitar as raízes vindas da África na brasilidade.

Portanto, se Thereza era parda ela podia se tornar uma mulher livre sem maiores danos à sociedade, usando o negacionismo de suas origens, forjado pelas elites dominantes que operavam o sistema de políticas sociais. Assim, por aquele ato, passou a integrar o contexto desse pertencimento, socialmente aceitável na visão elitista, independente se um dia foi escravizada de pais, avós, tios, primos e toda uma geração de negros, seus antepassados.

Trazendo para a memória coletiva, esse apagamento se reflete também nos patrimônios hoje que representam toda uma linhagem, que assim como Thereza também se tornou uma quimera. Quijano (2010, p. 130) nos alerta sobre possuímos tantos e tão importantes traços históricos europeus, em tantos aspectos, materiais e sujeitos justapostos, mas tão profundamente distintos, e olhando em nosso espelho eurocêntrico, o que vemos são imagens parciais e distorcidas de uma realidade, que precisa ser revista e corrigida trazendo para essa visão refletida os demais sujeitos integrantes da formação do povo brasileiro

³¹ O termo cafuzo, conforme a nomenclatura usual, não foi encontrado nos arquivos pesquisados para Vassouras. Na localidade, a população era registrada como parda, considerando que o movimento populacional da Província do Rio de Janeiro já dava os indígenas como dizimados.

Não se pode, até hoje, falar de relações raciais no Brasil a partir da formação de identidade, tendo um país plural e mestiço, seria como mistificar a diversidade novamente na descrição de uma Thereza escrava (VASSOURENSE, Ano II, nº 29, 22 de julho de 1883, pg. 01). O mesmo princípio se aplicava à identificação de pessoas negras, deve-se também ao fato de que a “raça” ainda nos remete ao racismo, aos ranços da escravidão e às imagens que se construíram sobre “ser negro” e “ser branco” no Brasil (GOMES, 2012, p. 45).

Esse racismo aparece muitas vezes de forma institucional, contudo na presente pesquisa se reduz naquilo que refere ao patrimônio cultural e seus muitos caminhos de escolhas como parte da representação de memória nacional. Como se pode avaliar o que realmente pertence segundo a concepção do outro de valoroso e se isso deveria ser preservado para as futuras gerações como simbólico? As instituições são feitas de e por pessoas com suas ideologias de pensamento, o que se reflete nas patrimonializações, afinal são essas pessoas que farão todo o processo de reconhecimento, do que deve ou não ser mantido, como um marco da formação cultural nacional, estadual e/ou municipal. Não se pode perder no horizonte que essas instituições são órgãos de governo, em que a ação política interfere diretamente na vida dos cidadãos, nesse sentido o que se observa é a força do clamor das maiorias excluídas social e politicamente, só é considerado quando acontecem os embates populares e públicos.

O Estado instituiu no discurso constitucional, através da Seção II da Cultura no Art. 215, que é seu dever garantir a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso as fontes de cultura nacional e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais (BRASIL, Constituição 1988). Entretanto, as normas de valorização desses direitos até bem pouco tempo eram pautadas tão somente no tombamento, a democratização desses entraves apareceu munida de incertezas de como proceder quando não se trata do padrão/patrão colonial europeu. Separados hoje por termos divisórios como material/tangível e imaterial/intangível, o Estado mantém o papel de qualificar as escolhas e o caminho de reconhecimento cultural, das referências dos vários grupos que fogem ao romantismo elitizado, aqueles das políticas públicas implantadas na era colonizadora. As implicações do método de conservação desaguaram em uma exclusão natural das categorias que usavam a difusão oral e tradicional dos saberes, ou seja, as tradições indígenas e africanas e suas origens, a religiosidade, danças, contos e construções não permeavam o imaginário europeu como valoroso e integrante no conceito de patrimônio da nação, conforme descrito por Oliveira.

A principal diferença é que o conceito de patrimônio imaterial alimenta a ideia dicotômica de separação entre a dimensão material ou física (tangível) e a imaterial ou não física (intangível) do bem. Entendemos esta separação como o maior obstáculo ou desafio para uma melhor compreensão do sentido e significado histórico, político e cultural da patrimonialização da cultura afro-brasileira ou alguns de seus aspectos construtivos (OLIVEIRA, 2018. p. 15).

Como poderemos, diante do exposto, saber se a Igreja do Rosário onde se efetuou o casamento da “*parda Thereza escrava*” representava ou não uma referência cultural, se o sistema guardião de sua memória ainda é falho nesse papel, o imóvel assim como a escravizada resistem na luta por um reconhecimento, quebrando padrões cotidianos de exclusão.

De volta ao pedido de Thereza quanto a sua liberdade, se declarando analfabeta, registrada sob a matrícula nº 9.772, passou a ter como curador o advogado Antônio José de Abreu Cezar, mesário da Irmandade de N. S. da Conceição, irmandade da Matriz, dos homens brancos e livres, que intermediou sua alforria, concretizada em menos de um mês de instalado o processo, 16 de julho de 1883, por 900\$000 (novecentos mil reis).

O que abre uma lacuna no valor real de Thereza, que na inicial do processo se ofereceu por 600\$000 (seiscentos mil reis), ou seja, trezentos mil a menos. Quem teria socorrido a escravizada e acrescido o excedente financeiro relatado para satisfazer seu intento junto ao senhor?³²

Poderia este ter vindo do fundo de liberdade mantido por alguma instituição religiosa (irmandades, do Rosário pelo vínculo aos negros, ou o da Conceição pela presença do Curador como seu tesoureiro), não há como comprovar a existência desses fundos. Então, talvez pelo seu futuro marido, o sr. João Machado Tosta natural de Portugal, “residente ha muitos annos nesta freguezia, e habil official de carpinteiro”? Isso justificaria a urgência determinada pelo prazo exigido para o casório (Figura 13).

³² O valor nominal de pessoas escravizadas estava em franca depreciação devido aos movimentos abolicionistas que ganhavam força no final da década de 1880. Em inventários de 1880, uma mulher da roça era avaliada em 1.500\$000 réis; em 1885, o valor médio havia caído para 500\$000 réis.

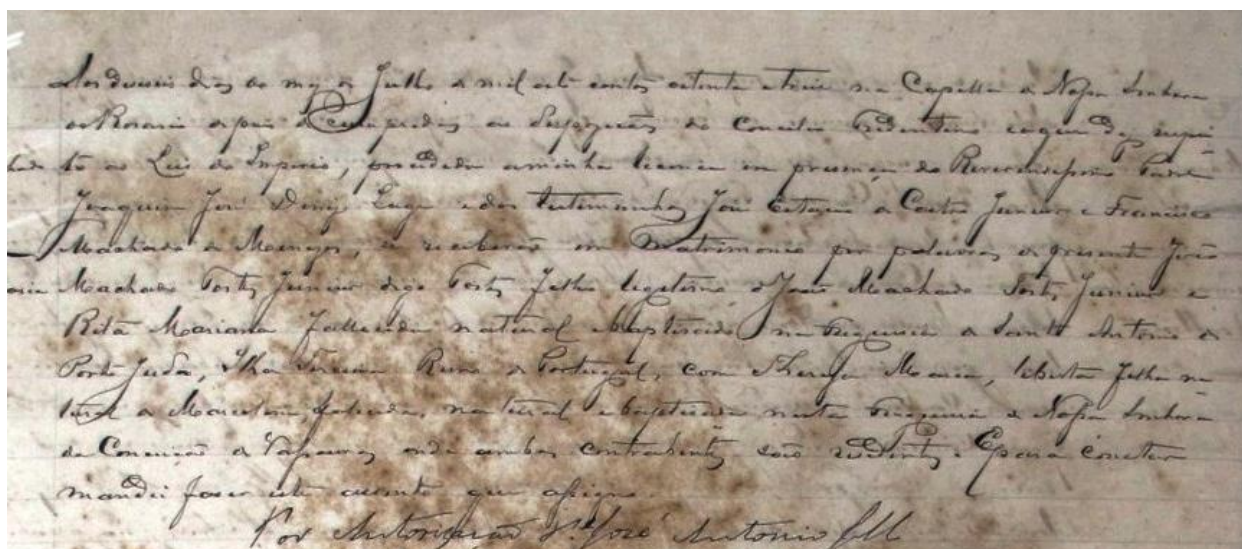


Figura 13 – Registro de Casamento de Thereza³³.

Fonte: Centro de Memória Paroquial – Dr. Joaquim Jose Teixeira Leite quial, Livro 4, fls 44v.

Pertencente o Sr. Tosta ao grupo de imigrantes que se deslocaram para Vassouras, grupo esse que também não gozava de influência na localidade, a não ser por alguns poucos que obtiveram ascensão na união conjugal junto às famílias elitizadas. Esses imigrantes representavam a classe trabalhadora livre, entre a classe média baixa e os escravizados, ou seja, os operários – os *eiros*– sapateiros, marceneiros, pedreiros, carpinteiros, obreiros, entre outros. No caso dos portugueses, Stein (1990, p. 161) relatou que viviam nos arredores da cidade, lugar denominado como “O Valão do Português”³⁴, e que acabavam se casando algumas vezes com ex-escravizadas devido à proximidade de convivência social, ou quando conseguiam juntar algum dinheiro buscavam a família em sua terra natal, outros retornavam, e na pressa deixavam o adeus nos jornais.

O movimento de incentivo aos imigrantes se intensificou no Brasil em meados do século XIX quando dois importantes fatores fizeram parte desse momento, o da necessidade iminente de trabalhadores e a tentativa de embranquecimento da população como o *da parda Thereza* (OLIVEIRA, 2018, p. 13). Relembrando que o país liderou a escravidão africana no

³³ Transcrição do Registro de Casamento: Aos dezesseis dias do mez de Julho de mil oito centos oitenta e três na Capella de Nossa Senhora do Rosario depois de compridos as despozições do Concílio Tridentino e as que de sujeito as Leis do Império, precedida a minha licença na presença do Reverendissimo Padre Joaquim José Diniz Lage e das testemunhas José Esteves de Castro Júnior e Francisco Machado de Menezes, se receberam em Matrimonio por palavras do presente João Machado Tostes Júnior, digo Tostas filho legítimo de João Machado Tostas Júnior e Rita Mariana falecida natural e baptizado na Freguesia de Santo Antônio do Porto Juda, Ilha Terceira, Reino de Portugal, com Thereza Maria, liberta filha natural de Marcolina, falecida, natural e baptizada nesta Freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Vassoura, onde ambos contraentes são residentes. E para constas mandei fazer este assento que assigno.

³⁴ Não foi possível se localizar o Valão, contudo o Bairro da Carvalheira obteve esse nome por conta do primeiro dessa família que migrou de Portugal e da grande quantidade de familiares seus nessa localidade de Vassouras.

mundo e foi o último a abolir esse processo, portanto, o quantitativo de Vassouras com 70% de negros não estaria longe do restante do território brasileiro.

No ano de 1882 o jornalista A. Vaz Pinto publicou anotações sobre Agricultura relatando as mudanças e implementação na lavoura cafeeira vassourense, corroborando o discurso do Conselheiro de Estado da Guerra Bourepaire Rohan (1812/1894). As primeiras discussões sobre a legalização e aceite desses novos trabalhadores aparecem em 1883 com os debates sobre a “Democracia Rural” de André Rebouças. Chegando, em 1884, a proposta de uma sociedade anônima feita pelos fazendeiros para efetivação dos imigrantes, estava sendo debatida, questão que se arrastou por longos dois anos com a fundação da Companhia Agrícola e Colonizadora de Vassouras (MARTINS, 2009).

Mas não foram dias de glória e opulência que esses desbravadores braçais livres conseguiram. A promessa local nunca foi de posse a terra, mas sim de exploração, de uma nova forma institucionalizada, onde a escravidão velada aparece nas entrelinhas dos contratos oferecidos. Nas regras de aceite como colono em uma das Fazendas aparecia entre elas: todo o cultivo, extração e organização ficavam a encargo do colono, sendo o lucro após a retirada da despesa dividido com o proprietário da terra; devendo manter a manutenção e sendo estipulada a permissão de outros tipos de cultivo; todos os alimentos e criações extras deverão ser vendidos aos locatários, salvo esses não quiserem; não podem ter animais cavalar ou muar dentro dos terreiros da fazenda; não pode plantar milho no cafezal tendo que capinar ao menos três vezes ao ano o terreno e cuidando das ervas e formigueiros; conservar as testadas e caminhos; obrigando-se a não caçar, e por fim:

Obriga-se a viver na melhor harmonia possível com todos e **a não ter negócios com escravo algum quer da fazenda quer de fora**; sujeitando-se no caso do não cumprimento desta condição a ser expulso e a perder todas as benfeitorias que houver feito, sem que para isso tenha de receber indenização alguma dos locatários, da mesma forma é obrigado tendo de retirar-se por sua livre vontade (VASSOURENSE, Ano III, nº 29, 20/07/1884, p. 02, grifo nosso).

Nitidamente, a dominação dos direitos de liberdade no viver e conviver se apresentava, em que o dono da terra era também o dono de ambos, inclusive nas escolhas pertinentes aos vínculos pessoais que cercavam os imigrantes/trabalhadores condicionados ao seu território. Na falta de oportunidade e manutenção financeira que possibilitasse sua sobrevivência e da família, muitas vezes essas pessoas se submetiam a aceitar a “lei inventada” nos contratos, ceifando os sonhos trazidos do além-mar de uma vida melhor.

Buscando um lugar de pertencimento e alento para os dissabores, esse grupo também encontrou na Igreja N. S. do Rosário um abrigo seguro; nas muitas quermesses e arrecadações para manutenção do templo encontravam-se famílias com sobrenomes: Amaral, Brandão,

Grecco, Jordão, Marthuchelli, Motta, Pisani, Tontella, Vasconcellos³⁵, entre outros, todos de origem migratória alguns até com estabelecimentos instalados no Alto do Rio Bonito³⁶.

Essa minoria social, ou melhor dizendo, maioria trabalhadora e simples aparecia comprovada também no Processo Judicial ocorrido em 1884³⁷ nos arredores da Igreja do Rosário; onde João Fagundes Pimentel, português da Ilha de São Miguel agride Luiz Custodio Lopes, brasileiro negro e jornaleiro de profissão. As testemunhas arroladas foram: Pedro José da Silva, ferrador; Vicente Lopes, carpinteiro; Manoel José Brandão, marceneiro, tendo sido ainda apontada como cúmplice do réu Maria Paulina de Jesus, cearense lavadeira e engomadeira, chancelando o proletariado que habitava o Alto do Rio Bonito, o caso vai parar nos tribunais e, conseqüentemente, virou notícia dos jornais³⁸.

Outro fator relacionado sobre a vizinhança da Igreja do Rosário estava na sua proximidade com a Fazenda da Cachoeira, a 4 km de distância e pertencente ao Dr. Antonio Lazzarini, médico e fazendeiro imigrado em 1843. Em Vassouras fez aliança por casamento com a elite local, ao desposar uma das filhas do Barão de Vassouras, faleceu em São Paulo pobre aos 70 anos³⁹. Sua esposa que foi citada no pedido de liberdade feito por Thereza, mesmo passando a fazer parte da elite local, casou-se com total separação de bens, Lazzarini atendia a população simples de Vassouras sendo um dos médicos da Santa Casa de Misericórdia e atuou ativamente na epidemia de *cholera-morbus*.

Os italianos que chegaram em larga escala na cidade também criaram vínculos com Rosário, não só de vizinhança, mas de guardiões, dentre esses uma família em especial se destacou, os Di Fazio, como frequentadora da comunidade até os dias atuais. Nos relatos orais e bibliográficos foi possível verificar o vínculo, desde a virada para o século XX, Archangelo Di Fazio, covoqueiro, casou-se em 1912 com Sophia Maria Montuoro, doméstica, filha de outra família italiana, os Grecco; segundo a família ele teria recebido a chave da igreja no pós abolição. Isso, pouco antes, do término da “Irmandade dos Homens de Cor”, em 1915. Como se Rosário fosse o *N’singa-dikânda*, ou seja, o elo moral, social, espiritual, cultural e físico entre os membros da comunidade, criando uma união que se perpetua nas gerações que por ela passam (FU-KIAU, 2024, p. 85).

³⁵ Nomes dos colaboradores das Festas do Rosário em 1893, levantamento realizado pela autora do estudo.

³⁶ COMUNICADO de junção das firmas de Victor Martuchelli & Irmão e de Daniel Grego e Marinho, com sede no lugar denominado Rio Bonito. Jornal Vassourense, 10 set. 1893.

³⁷ ARQUIVO DO TJRJ/IPHAN. Documento nº 104.664.553-012.

³⁸ Jornal Vassourense, ano II, n. 48, 02 dez. 1883, p. 3.

³⁹ Jornal Vassourense, ano IX, nº 39, 29 de set 1890, p. 01. Segundo a notícia, “era italiano, chegou no Brasil em 1843 e durante muitos annos residio neste município, onde, pelo casamento se allia a uma das mais distinctas famílias do lugar”. O que o jornalista não insere é que fora genro do Barão de Vassouras, residindo à época de Thereza, na fazenda da Cachoeira, como proprietário.

A política migratória implantada no Brasil era vista pelas classes dominantes como uma nova forma de manter e operacionalizar a valorização do capital cafeeiro, o que não vai se aplicar no território vassourense, que viu nesses imigrantes outro método de trabalho, do escravizado ao meeiro, tentando a todo custo segurar o patrimônio (a terra) que já se encontrava perdido, pelo uso do novo sistema econômico nacional, consolidando uma base capitalista (BORJA, 2022, p. 171).

Neste momento de grandes mudanças, políticas, sociais e econômicas, a *Igreja Nossa Senhora do Rosário*, localizada na zona periférica e pertencente aos negros e escravizados, e agora aos subjugados imigrantes, atravessa o século XIX/XX. Aguardando por dias melhores como seus filhos/fiéis/frequentadores, por *um acto digno de louvor*, onde a sua memória seja reconhecida como parte integrante do processo de formação da cidade de Vassouras. Reconhecimento *com o que muito ganhará o progresso do nosso país*, em se redimir junto aos escravizados e seus descendentes, no intuito de aceitar o quão diverso foram os povos que constituíram nossa nação, hoje chamados de brasileiros.

Esses dados retratados aqui por Thereza, que se pudesse falar, o que ela nos diria, contaria que sua libertação foi um acordo para a fuga da escravidão ou uma troca dela, da lavoura para os afazeres de uma mulher casada. Questionamentos que permearão nosso imaginário, de uma vida mais simples ou de uma busca de afirmação e aceitação social. Mulher, parda/negra e escravizada quais perspectivas poderia ter no sistema de domínio patriarcal, machista e racista que a permeava.

Sim, ainda temos muitas *Therezas* que buscam uma mudança com novas oportunidades de refazer sua história e recomeçar nos muitos *Rosários* que as afagam, seja como um lugar de memórias ou de esperanças.

2.2 Os Mistérios “Dolorosos” das Irmandades.

O culto a Nossa Senhora do Rosário foi difundido pelos dominicanos em Portugal e nas conquistas Ultramarinas, tornando-se a mais tradicional das invocações entre as “irmandades de pretos”, nas quais a Senhora branca estava (quase sempre) ladeada por São Benedito, um descendente de escravos africanos que viveu na Sicília no século XVI, onde realizou milagres que lhe garantiram a popularidade.⁴⁰

As irmandades religiosas foram constatadas a partir do século XIII, trazendo consigo uma longa história de formação de grupos que buscavam promover a devoção aos santos e o processo de assistencialismo junto a seus congregados. Difundidas pela Europa e posteriormente levadas para as respectivas colônias, desempenhavam papel político e social na dinâmica de convivência. Formada, em maioria, por leigos que pregavam a propagação da doutrina e da filantropia, em auxílio aos doentes, particularmente, no momento da morte, ou seja, no momento de maior aflição e preocupação, em que ter um padroeiro poderia garantir apadrinhamento para se livrar do purgatório, lembrando que os sepultamentos até meados do século XIX eram realizados no interior das igrejas e/ou nos cemitérios pertencentes a ela, além de ser um problema de ordem pública, segundo Ribeiro (2010, p. 04). Portanto, pertencer a uma irmandade garantia sua última morada, já de grande ajuda.

No território brasileiro, as irmandades foram difundidas desde a colônia se estendendo para o império e sobrevivendo à república até os dias atuais, como é o caso de Vassouras com a Irmandade de Nossa Senhora da Conceição. Essas associações nos espaços urbanos se revestiam de conotação para inclusão social, onde, através da devoção aos santos representados por elas, podiam se inserir em eventos e decisões de cunho coletivo.

As irmandades de Nossa Senhora do Rosário se destacavam em vários países, sendo vista em Portugal, junto aos negros, a partir da segunda metade do século XVI no convento de São Domingos em Lisboa. Na África, enquanto colônia portuguesa, dentre as primeiras surgiu em Angola datada em 1628, tendo chegado ao Brasil logo depois. No Rio de Janeiro em 1639, instalada inicialmente na igreja de São Sebastião (no morro do Castelo) e transferida, após doação de terreno e unificada com a de São Benedito, para a atual Rua Uruguaiana, no Largo do Rosário, a partir dos setecentos (PACHECO, 2008, p. 10). O regimento interno dessas agremiações se fazia através de Compromisso firmado entre os membros/irmãos, comandados

⁴⁰ ARQUIVO ULTRAMARINO. Códice 1950.

por cargos (juiz, escrivão, escrevente, tesoureiro, mesário e procurador) exercidos, normalmente, por homens de destaque na comunidade local, os homens-de-bem.

A devoção aos santos foi confirmada pelo Concílio Tridentino sendo esses vistos como intercessores de Deus junto ao homem, aqueles que poderiam ser invocados de várias formas, fosse oral ou mental, representatividade intimamente ligada à memória, fazendo de suas vidas um exemplo a ser seguido. Nesse sentido, seus fiéis prestavam homenagens ao Santo padroeiro criando irmandades, erguendo igrejas e realizando festejos (RIBEIRO, 2010, p. 42).

O território vassourense, por maioria negra escravizada, uma irmandade que os representasse seria assim justificada, pois elas carregavam o simbolismo e representatividade da identificação racial, se tornando um espaço de sociabilidade para os seus, permitindo flexibilização nas tensões e conflitos das represálias escravistas. A santa escolhida, como em Portugal e Angola ligada aos negros, foi Nossa Senhora do Rosário. Os jornais locais, ao longo do século XIX e início do XX, traziam as notícias das quermesses, leilões, festividades entre outras atividades. Por outro lado, fator de interesse dos senhores, como explicitado em uma das determinações da Comissão de Fazendeiros (1854).

5º - promover por todos os meios o desenvolvimento das ideias religiosas entre os escravos, fazendo com estes se confessem, ouçam missa o maior número de vezes e celebrem mesmo certas festas religiosas. O fazendeiro que assim proceder, além de cumprir um dever de cristão, tira grandes vantagens. A religião é um freio e ensina a resignação; e a experiência tem demonstrado que, não se dando essa direção, as ideias dos africanos, eles por si mesmos, levados pela tendência mística de seu espírito, procuram organizar sociedades ocultas, aparentemente religiosas, mas sempre perigosas, pela facilidade com que podem ser aproveitadas por algum esperto para fins sinistros (BRAGA, 1978, p. 68).

Em Vassouras é possível localizar duas fortes irmandades, até recentemente, compostas por homens e mulheres brancas, livres, elitizadas. A mais antiga foi Irmandade de Nossa Senhora da Conceição instituída em 1828, responsável pelo patrimônio da matriz, inclusive sua construção, gerindo a fundação da Vila. Posteriormente, foi a Irmandade da Santa Casa de Misericórdia, essa sem caráter religioso, para administrar o hospital da cidade, inaugurado em 1853 (ROCHA, 2002, p. 4).

Nesse contexto, encontravam-se as Irmandades de N. S. da Conceição e a do Rosário em Vassouras, por solicitação, desde 1828, do Coronel Ambrósio de Souza Coutinho, como demonstrou em documento datado de maio 1834 (Centro de Memória Paroquial – Dr. Joaquim Jose Teixeira Leite, Vassouras), quando pedia a aprovação de sua administração frente a Irmandade de Nossa Senhora da Conceição, dizendo ter sido designado pelo povo de Sacra Família como Procurador Geral da nova igreja, a ser instituída no lugar denominado Vassouras. No corpo das informações da prestação de contas dos trabalhos executados, como

compra de livros, guizamentos e parâmentos, o Coronel descreveu sobre a criação das irmandades conforme se observa: “Instituído o Suplicante duas irmandades à de N.S. da Conceição, e do Rozário, obtendo aprovação de seus compromissos, tendo o Suplicante em tudo a glória de ser o fundador desta Matriz” (CENTRO DE MEMÓRIA PAROQUIAL – DR. JOAQUIM JOSE TEIXEIRA LEITE, 1834).

Mediante ao relatado, ambas foram instituídas ao mesmo tempo e instaladas na Matriz de N. S. da Conceição, um processo comum de divisão de classes, onde a primeira dos homens brancos, livres, social, econômica e politicamente bem estabelecidos, que possuíam o poder para construir o templo e zelar pelas necessidades de manutenção do culto. A segunda de negros, escravizados e pobres, levantando assim a possibilidade de Rosário ter se mantido em local da nave ou da capela inicial até a construção do templo próprio para o Rosário. Vale lembrar neste ponto que Iran de Souza Conceição (2015), ao estudar o Caxambu, identifica que a nova edificação recebeu materiais oriundos das intervenções de ampliação da antiga Capela para sua configuração como Matriz, iniciada depois de 1833, motivando a carta de reconhecimento exigido por Souza Coutinho de seus serviços antes da ampliação⁴¹.

No presente trabalho, são as representações coletivas que importam, em que os ritos e as escolhas de representatividade se fazem nascendo no seio de grupos (DURKHEIM, 1999), aqui no caso evidenciando suas distinções e diversificações pelas denominações honoríficas marianas, com suas intervenções aos irmãos/fiéis inclusos nessas irmandades. Representatividades que também englobam o quantitativo populacional local, levando Rosário para um patamar de destaque, se contar a maioria social computada no movimento da população da Província do Rio de Janeiro de 1850. Duas irmandades como as duas classes pertencentes ao território, onde os fenômenos que se passam no interior dessa sociedade deságuam nos fatos sociais, através dos códigos/compromissos dos brancos livres, dos negros escravizados e de uma gama de pessoas livres, aqui polarizados em Conceição/Rosário.

Para o *bantu* essas associações existiram para contrabalancear, em certos momentos, a supremacia onde indivíduos do mesmo sexo, geração e parentela formam as irmandades, com fins educativos, religiosos, sociais, políticos e, antes ainda, guerreiros (ALTUNA, 1985, p. 158-159). Portanto, para o africano que se encontrava no território de Vassouras, ter uma irmandade para si, significava poder se valer desse balanceamento da supremacia que vivia. Fazendo das regras listadas no Compromisso do Rosário, uma maneira de sobreviver ao sistema rígido de domínio imperial, com fugas oportunas utilizadas nas desculpas de livre

⁴¹ Fato comprovado pela instituição do título de Procurador Perpétuo da Irmandade de Nossa Senhora da Conceição concedido a Ambrósio de Souza Coutinho.

circulação no meio urbano e rural, para as arrecadações de esmolas e subvenções para a manutenção da irmandade e seu patrimônio/igreja.

A interação dessas irmandades frequentou os noticiários jornalísticos, após a materialização dos templos, onde as festas, quermesses, ladainhas e procissões⁴² ritualísticas cristã se encontravam, perfazendo a saída de uma para chegada na outra, colocando a religiosidade acima de qualquer dicotomia do sistema de convivência de seus participantes mostrando, como registrou Weber, que a prática da disciplina eclesiástica, ou seja, um viver religioso, ditava a direção da conduta de vida e mantinha o indivíduo ligado nela (WEBER, 2004, p. 89).

Essa ajuda mútua se fez nos momentos de necessidade financeira demonstrada através de doações, como aquela feita por Ana Jesuína⁴³ no ano de 1891 com a quantia de 620\$800 reis para o patrimônio da igreja, ou ainda o João Batista Delpeche oferecendo um enorme balão para a festa do ano de 1890⁴⁴, sem contar os estabelecimentos como o Teatro Provisório que sedia uma sessão especial, como o grande espetáculo de D. Máximo Rodrigues, em benefício da irmandade de N. S. do Rosário⁴⁵(Figura 14). As doações citadas impactavam numa sociedade escravagista onde a abolição já havia ocorrido e a república sinalizava com a suspensão da subvenção.

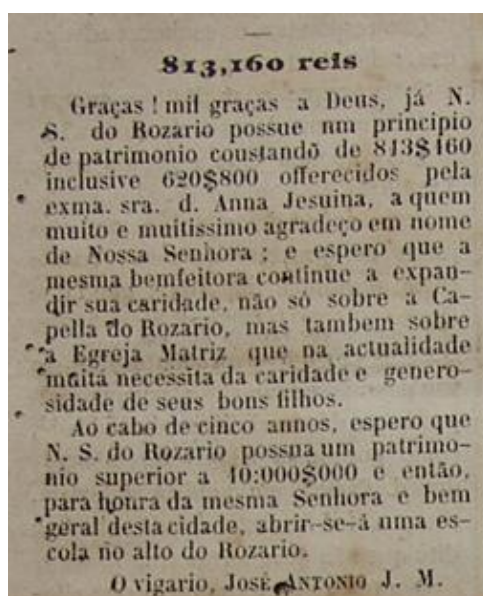


Figura 14 – Doações da elite pós república.

Fonte: O Vassourense, Ano X, nº 35, 29/08/1891, p. 4.

⁴² Vigília de Nossa Senhora das Dores, traslado da Matriz até a Igreja do Rosário, realizada na última Quaresma em Vassouras, sob a guarda do Pároco José Antônio da Silva.

⁴³ APMV – Vassourense, ano X, n. 35, 29 ago. 1891, p. 4.

⁴⁴ APMV – Vassourense, ano IX, n. 43, 26 out. 1890, p. 4.

⁴⁵ APMV – Vassourense, ano I, n. 9, 16 abr. 1882, p. 4; entre outras notícias até 1890.

A irmandade da maioria pobre da cidade, o próprio clero se faz presente trazendo para Rosário ícones do mundo religioso e literário.

Como está anunciado, hoje efectuar-se-á com toda solemnidade a festa de N. S. do Rosário e S. Benedito. Occupará a tribuna sagrada ao evangelho, e no *Te-Deum* um dos sacerdotes mais illustrados actualmente no Brazil: referimo-nos ao Sr. Padre Senna Freitas⁴⁶. O illustre sacerdote é um literato de primeira água, um escriptor de fina tempera, cujo nome laureado há muito respeitamos (O VASSOURENSE, ano XI, nº 41, 09 de out. 1882, p. 1).

O que se observa é que toda essa caridade/ajuda oferecida a Rosário não aparece para Conceição, irmandade de homens de posses, onde a política de identidade de classe dizia respeito em particular ao *status* social ou cultural (ODEN, 2023, p. 107). Enquanto uma mantém patrimônio significativo, carregando consigo grande parte das terras urbanas da cidade, a outra sobrevive de singelas arrecadações e apoios da comunidade que a cerca, ou socorrida por essa elite cujos objetivos não foram explicitados.

Contudo Altuna (1985, p. 139-143) vai nos alertar que, para o africano, o vínculo com o território demarcava o espaço de estrutura social, sendo um aspecto do grupo, tornando a terra sacralizada com a presença dos antepassados e espíritos, garantindo a consciência comunitária, como a Irmandade do Rosário, que instituiu sua igreja e fez desse território um lugar de participação coletiva entre o grupo e o seu prolongamento, fortificando a consciência comunitária. Portanto, quem passou por esse território deixou marcas, e contribuiu para torná-lo lugar de memória representativa.

Sua importância no contexto social poderia ser vista quando a igreja da referida Irmandade passou por um furto, denunciado pelo procurador da irmandade, Cristiano Alves Ferreira da Costa⁴⁷, denúncia levada a sério e averiguada pela polícia local, inclusive com abertura de devido inquérito. O furto da caixa de esmolas não passou despercebido e todos os detalhes - inclusive o reaparecimento dela em um terreno próximo - foi descrito, mesmo com a observação de que o delito não era de vulto, não se caracterizando um roubo, posto que não aconteceu nenhum arrombamento e a caixinha simplesmente foi afanada com as portas da igreja abertas. Não se fazendo necessária diligência, apenas uma perícia local.

Outro fator preponderante nas irmandades da comunidade negra no Brasil foi a presença dos grandes abolicionistas em atividade, no intuito de auxiliar nas lutas por direitos

⁴⁶ FREITAS, José Joaquim de Senna (1840-1913). Padre da ordem dos Lazaristas ou Vicentinos, escritor, jornalista e polemista. Com extensa literatura dedicada à evangelização dos pobres. Enciclopédia Açoriana. Disponível em: <https://www.culturacores.azores.gov.pt/ea/pesquisa/default.aspx?id=10002>. Acesso em: 10 jan. 2024.

⁴⁷ ARQUIVO TJRJ/IPHAN. Documento nº 104.664.511-006, Vassouras/RJ.

da maioria escravizada e marginalizada e deveres do Estado para com essas⁴⁸. O que não se mostrou diferente em Vassouras, informações do processo de Prestação de Contas da Irmandade do Rosário, em 1885⁴⁹, foi citado como promotor de capela o Dr. Sebastião de Lacerda. Por falta dos demonstrativos financeiros da administração, o juiz de capelas Raymundo da Motta de Azevedo Correia, solicitou o advogado Lacerda sua assistência como encarregado de avaliar os livros e orientar a dita irmandade até o ano de 1888. Ano este da publicação da lei de abolição da escravatura no Brasil, quando Sebastião de Lacerda proferiu discurso inflamado e publicado pelo jornal em defesa dos negros escravizados⁵⁰.

Os Compromissos dessas associações se mostravam bem análogos, por exemplo, na reformulação realizada na Irmandade de N. S. do Rosário e São Benedito dos Homens Pretos do Rio de Janeiro (1807), o capítulo dois exigia que juiz e tesoureiro fossem escolhidos dentre os homens pretos, tendo em vista que a mesma foi criada para esses, tão somente, acolhendo homens brancos. A exigência teve como justificativa que a Irmandade vinha experimentado muita desordem na sua administração, as escolhas de direção não estavam até ali satisfazendo a maioria dos seus membros (Arquivo Ultramarino, Códice 1950). Outra similaridade desses Compromissos fora a nomeação dos reis e rainhas que os representassem nos festejos, tinham, entre outras, a responsabilidade de doar esmolas. Em Vassouras no ano de 1891, foram nomeados Justiniano do Carmo e Silva como o rei e Theotonia Quintina de Vasconcellos de rainha da Irmandade do Rosário⁵¹, mantida ao longo dos anos.

Mediante esses relatos, a importância dessas associações para seus membros, estava no fato de agregar o direito-simbólico de fazer parte de um poder (rei e rainha) paralelo ao do Estado, mas que intervinha nos mecanismos de domínio dele, sendo respeitados de alguma maneira e por algum tempo. Cabe lembrar que os primeiros sistemas de representação que o ser humano fez para si do mundo e de si mesmo, foram de cunho religioso (DURKHEIM, 1999, p. 154), mesmo quando algumas dessas irmandades não o fossem (Santa Casa), o que não é o caso de Rosário.

As instituições mais importantes para os africanos *bantu* eram aquelas que serviam como decisórias sobre questões sociais, políticas, econômicas e organizacionais; a chamada casa pública, *Boko*, a casa sem quartos, lugar em que a privacidade não existe e todos participam dos acontecimentos (FU-KIAU, 2024, p. 80). Como deveria acontecer no Estado,

⁴⁸ BRAGA, Um dos temores dos brancos reunidos em 1854.

⁴⁹ ARQUIVO TJRJ/IPHAN. Documento nº 103.664.353-001, Vassouras/RJ.

⁵⁰ APMV – Vassourense, ano VII, n. 21, 20 mai. 1888, p. 2. Sebastião de Lacerda (1864-1925), ministro do Supremo Tribunal Federal (1912), magistrado e político, pai de Maurício de Lacerda (vide item 1.2).

⁵¹ APMV – Vassourense, ano X, n. 46, 15 nov. 1891, p. 3.

nas casas onde as decisões fossem participativas, a todos, o que não se via no século XIX, em que os negros escravizados não tinham o direito nem de entrar nesses espaços, quanto menos se defender dentro deles⁵². Um provérbio de *Boko*, numa instituição congolense rezava: *Vata dikôndo mbôngi diafwa* (Uma aldeia sem *Boko* está morta). “Uma sociedade sem instituições em que a liberdade pública é garantida caminha diretamente para a sua queda” (FU-KIAU, 2024, p. 80).

As irmandades negras no Brasil colonial e imperial funcionavam como uma *Boko*, um lugar onde a comunidade tinha voz, servindo de representação, como núcleos de organização, chegando em alguns casos a encampar as lutas coletivas de interesse daqueles que estavam inseridos nelas. Algumas com critérios rígidos de aprovação, étnica ou corporativa, mas todas com um papel importante na “consciência negra”, de valor incontestável diante da instrumentação usada como resistência (MATTOS, 2008).

Com a queda do império e o início da república, a sociedade começava a se reinventar nas administrações coletivas e as irmandades, nesse processo, foram esquecidas, sem contar suas novas obrigatoriedades impostas pelas dioceses, para aquelas vinculadas ao catolicismo. No jornal de 1892 foi publicada a correspondência expedida pelo Bispo Diocesano de São Sebastião do Rio de Janeiro, solicitando que as irmandades da localidade prestassem contas de seu patrimônio, *visto que o poder secular eximiu-se de tutellar a Religião Catholica*⁵³.

Como muitas outras associações religiosas de caráter público, a virada do poder nacional e do século enfraqueceu os irmãos de Rosário, surgindo no cenário da cidade vassourense os imigrantes, trabalhadores assalariados. A transição social dos escravizados, até então submissos ao sistema político, para as pessoas legalmente existentes nele fora reorganizada. Gerando novas classes trabalhadoras no seio da sociedade brasileira, em que esses dois indivíduos distintos irão se reconhecer como uma grande maioria excluída do processo, sem a garantia de direitos básicos e oportunidades junto ao sistema político, social e econômico. Assim, os imigrantes vão adentrar no território do Rosário e se instalar definitivamente, como um processo de pertencimento e reconhecimento individual, como nos cita Mattos:

O que se identificou aqui é que a partir do compartilhamento de experiências de trabalho e vida em algumas cidades brasileiras com forte presença da escravidão, ao longo do século XIX, trabalhadores escravizados e livres compartilharam formas de organização e de luta, gerando valores e expectativas comuns, que acabariam tendo uma importância central para momentos posteriores do processo de formação da classe (MATTOS, 2008, p. 8)

52

O autor se reportava aos salões de audiência das Câmaras.

53

APMV – Vassourense, ano XII, n. 10, 6 mar. 1892, p. 1.

Mesmo com a unificação por interesses desses grupos, a solicitação em chamadas públicas de ajuda e retorno dos irmãos junto à irmandade, se faz eminente para sua sobrevivência. O que não se concretiza apesar dos apelos enfáticos, e por volta de 1915, assim como as promessas de dias melhores para os negros libertos, e a posse de terras para os imigrantes, a Irmandade do Rosário desaparece. Como uma doce lembrança na memória, sua importância e representatividade junto à comunidade que a cercou, ficaram nos jornais os muitos registros escritos de dias de opulência, em festas, missas, procissões e arranjos sociais de vulto. Coordenados, talvez, pela única instituição legalizada dos negros escravizados de Vassouras, perante o rígido sistema de governo escravista que a dominou. Mas isso é outro terço.

2.3 Os Mistérios “Gloriosos” dos Festejos no Rosário

*Quando eu passei no roseiral me espinhei todo Mas eu não sai ferido, eu saí foi bem cheiroso*⁵⁴.

Muito mais que um patrimônio cultural, os lugares de memória são símbolos de resistência juntamente com as tradições que por eles passaram e suas representações coletivas, uma vez institucionalizadas, seriam capazes de exercer influência ao longo de um período excepcional, sobrevivendo a muitas mudanças sociais e culturais (SANTOS, 2013, p. 57). Consagrando dessa forma os elementos vivos que constituem os rastros deixados ao longo do tempo.

O ato de patrimonializar das instituições governamentais tem chancelado que a cultura de um povo deve ser resguardada e preservada para as próximas gerações, pois segundo a Constituição de 1988 são portadores de referências à identidade, à ação, e à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade (BRASIL, 1988, p. 145⁵⁵). Contudo, se faz necessário ressaltar que o patrimônio cultural é constituído pela produção dessa sociedade, trazendo à tona alguns lugares e saberes, que são reconhecidos por ela mesma. Só depois dessa maturação e produção que o poder público passa a ter autoridade para normatizar algo que a sociedade produziu e continua produzindo. Ou seja, há vácuos e vazios oficiais, posto que o poder público, em seus três níveis, não tem contemplado a diversidade cultural, sendo imprescindível repensar a construção das memórias e questionar a quem os patrimônios representam e legitimam, especialmente ao se enfrentar ideais e políticas conservadoras (SABA, 2022, p. 369).

No caso de Vassouras, Stein (1990) relatou o caxambu como uma prática comum na região das fazendas e nos dias santos, vinculado às celebrações cristãs, além dos relatos orais corroborados por Conceição (2015), que colocavam a igreja de N. S. do Rosário nesse cenário. Nas suas quermesses e após as missas, o caxambu/jongo encerrava a festividade em seu adro, trazendo a alegria de relembrar a terra natal dos que ali em grande maioria se encontravam.

Laico no tema, embora criado em torno de elementos religiosos africanos como o tambor, o solista, o coro responsório e os que dançavam, o caxambu ocupava uma posição intermediária entre cerimônia religiosa e diversão secular. As noites de sábado e invariavelmente os dias santos – os escravos denominavam-nos *dias de pagode* – eram ocasiões para o caxambu (STEIN, 1990, p. 243, grifo do autor).

⁵⁴ JONGO CAXAMBU RENASCER DE VASSOURAS. Grupo de jongo/caxambu de Vassouras. Disponível em: <https://www.instagram.com/jongorenascer/>. Acesso em: 9 nov. 2024.

⁵⁵ PLANO DE SALVAGUARDA DO JONGO DO SUDESTE, 2011, p. 11. Reunião de 11 nov. 2005, na 48.^a Reunião do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural, registrando a inscrição do Jongo do Sudeste no Livro de Registro de Formas e Expressões como Patrimônio Cultural do Brasil.

Para compreender o jongo/caxambu na porta da igreja Nossa Senhora do Rosário, em Vassouras, será preciso entrar na história das festas junto ao catolicismo e de como os negros africanos de origem *bantu* fizeram a junção com a parte cultural que detinham desde sua terra natal.

O ato de celebrar os santos na tradição cristã aparece ao longo dos tempos como uma consagração aos que fizeram de suas vidas um testemunho da possibilidade de viver como Cristo, praticando, seguindo, difundindo e defendendo seus ensinamentos. Na percepção social sobre a igreja, salvo melhor juízo, santos são intercessores e renovadores nos momentos mais difíceis de sua história, reconhecendo o poder do espírito de santidade que sustenta a esperança dos fiéis em alcançar a vida eterna, ou mesmo Deus. A mesma cosmovisão das religiões de gênese africana, onde os ancestrais eram aqueles que deixaram legados, entre outros, os de caráter religiosos, ou ainda como Rosário um *Nkisi*, *aquele que toma conta de você* (FU-KIAU, 2024, p. 197).

As comemorações católicas aconteciam de várias formas, entre missas, quermesses, cantos e ritos diversos o povo celebrava com alegria, conforme sua localidade e devoção do santo em questão. Nos primeiros séculos da era cristã, quando a igreja ainda estava em formação, foi instituída a comemoração do Dia de Todos os Santos⁵⁶ em 01 de novembro, solenidade que, independe da canonização, posto que insere nela todos aqueles que viveram com dedicação a Deus, ainda que anonimamente. A comunhão com os santos ocorria como uma forma de união entre os membros da igreja católica sejam vivos ou mortos ou, como se queira, um elo entre os mundos visíveis e invisíveis dentro da cosmovisão africana.

Neste contexto, os africanos tendem a ter uma visão de mundo intrinsecamente religiosa ou espiritual, que não se perde quando se tornam cristãos (MBURU, 2023, p. 25), fazendo com que sua cultura festiva, nesse caso o caxambu, se unisse no que consideraram celebrações de grande importância, como uma forma de honrar os seus ancestrais. Para o *bantu*, ancestrais são espíritos fundadores de linhagens, venerados por terem deixado uma herança espiritual favorável à evolução de sua comunidade (DAIBERT JR., 2015, p. 12), portanto Nossa Senhora do Rosário se encaixava perfeitamente nesta cosmogonia, sendo um ancestral útil e com uma herança espiritual deixada e professada ao longo dos tempos. Seu atributo, o rosário está relacionado às flores pela aparência, símbolo de beleza e propriedades curativas, que significa *rosarium* no latim medieval, assim como na Idade Média era costume

⁵⁶ DIA DE TODOS OS SANTOS. Disponível em: <https://www.vaticannews.va/pt/feriados-liturgicos/solenidade-de-todos-os-santos-.html>. Acesso em: 12 dez. 2024.

dar às rainhas coroa de rosas, a tradição cristã remete a cada ave-maria rezada uma rosa dada, formando ao final um buquê à Virgem Maria rainha e mãe de Jesus (PACHECO, 2008 p. 3).

Santos (2013) contextualizou a importância das tradições e suas institucionalizações como representações coletivas, em que lembra que estas teriam assim uma capacidade maior de influenciar por maiores períodos, pois sobrevivem mais tempo às mudanças sociais e culturais, observação que reverbera na memória dos que participaram do caxambu/jongo na porta da Igreja do Rosário em Vassouras, em passado recente. Apesar de ter sobrevivido na oralidade social dos que presenciaram ou escutaram de outras pessoas sobre a festividade, não perdeu seu cunho cultural do povo *bantu* africano, que a instituiu como símbolo de celebração aos ancestrais, fato marcado pelos seus versos enigmáticos cantados nos pontos, em que se roga por todos mantendo o sentido de proteção de ambos os mundos.

Ê, ê, ê, Salve o Rosário.

Ê, ê, ê Minhas Santas Almas, almas...

Ê, ê, ê, me Salve todos jongueiros!

Oh Deus nos Salve o Cruzeiro das Almas Meu povo Bantu⁵⁷.

Mas o caxambu/jongo em Vassouras não viveu somente da alegria da festa, também foi objeto do medo, chegando a sofrer serias restrições e punições. Visto como uma oportunidade de socialização entre os escravizados, apresentava consigo a possibilidade de troca dos fatos locais, levando e trazendo subterfúgios para se arquitetar revoltas. Essa marginalização já aparece no Código de Postura de Vassouras⁵⁸ de 1890, artigo 122, trazendo normas e regras duras de proibição da realização e, sem prévia autorização da polícia, era vedada nas ruas e locais do município, demonstrando que sua sobrevivência como os que o praticavam eram um símbolo de resistência e luta para manutenção da cultura africana.

Nesse sentido, a porta de uma igreja católica se tornaria um abrigo seguro no centro urbano para os que lá habitavam conseguirem celebrar suas origens ancestrais e, portanto, culturais. Com a supervisão do clero e a chancela da religião do branco como um manto protetor, o caxambu sobreviveu aí ultrapassando o século XIX.

Em 1950, o Mestre Jongueiro no Rosário era um negro de nome Waldemar Rodrigues, com codinome de Waldemar Grande, que fora acusado de crime por um Coronel, vizinho à

⁵⁷ CONCEIÇÃO. Versos de Ponto de jongo. Vida ao Jongo de Lazir Silva de Madureira. 2015.

⁵⁸ STEIN, Stanley Julian. Vassouras: um município brasileiro do café, 1850-1900. Tradução de Vera Bloch Wrobel. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990.

igreja, temendo a justiça local, dos brancos, temor que ainda dominava sobre suas origens, ele se esconde na Serra Grande (na Ponte Funda), tendo sido capturado e levado para prisão, vem a óbito horas depois.

No processo instaurado para apuração e consolidação dos fatos de sua morte, encontram-se inconsistências de relatos narrados junto às testemunhas que tiveram contato com Waldemar nas poucas horas que permaneceu sob o poder da polícia na cadeia⁵⁹. A despeito do destino da ação judicial, certo é que a morte do Grande Mestre que comandava o caxambu em frente à Igreja Nossa Senhora do Rosário levou o ecoar dos tambores que louvavam a ancestral protetora dos escravizados e seus descendentes na cidade. A tentativa de manutenção por alguns grupos e pessoas não prosperou, consolidando o silêncio das vozes da resistência em preservar sua cultura e contar as histórias junto à sociedade através dos pontos e seus versos enigmáticos, *quando passar na Ponte Funda, leve lembranças a Leonor, diga a ela que estou preso, ai meu Deus do céu, quando me soltar eu vou*⁶⁰.

A família de Waldemar Grande se afastou da tradição e do Rosário, e seu filho, Zé Bolero, buscou o “filho do jongo”, o samba, para substituir o caxambu tão discriminado e perseguido. Acreditava que este era mais bem aceito no contexto social, se tornando um dos pioneiros na criação das escolas de samba em Vassouras.

Mas o sangue ancestral falou mais alto na linhagem, e, sob a proteção adquirida na Constituição Cidadã (1988), os filhos de Zé Bolero, Cacálo e Claudia Mamede foram levados a descobrir o jongo/caxambu em buscas por suas origens. O pai, então, conta o que seria essa tradição e passa, junto a sua mãe dona Rosa, a ensinar dentro de casa como dançar, tocar e cantar os pontos, e assim começa o resgate⁶¹.

A CF88 incentivou outra organização social da comunidade negra, a Associação Afro Cultura Ieda Fátima⁶² em busca por esse passado, reunindo no do Clube XV de Novembro, para amplo debate com os moradores da região, para onde levou Isabel Rocha em 1999 para fazer uma palestra sobre abolição, reorganizando o movimento⁶³.

⁵⁹ PROCESSO CRIME – 1950. Arquivo TJRJ/IPHAN.

⁶⁰ PONTO DE JONGO. Grupo Jongo Caxambu Renascer de Vassouras.

⁶¹ MAMEDE, Claudia. Fala de Claudia Mamede. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=gHL5anvTPt8>. Acesso em: 8 nov. 2024.

⁶² IEDA DE FÁTIMA. Integrante da escola de samba dirigida por Zé Bolero.

⁶³ II ENCONTRO DA CULTURA NEGRA. Jornal Tribuna do Interior, 13 maio 1999, p. 10. Isabel Rocha, à época responsável pelo Escritório Técnico do Vale do Paraíba do IPHAN, colaborou com Ieda de Fátima na montagem de uma exposição sobre a Lei Áurea e seus reflexos na região.

Com o falecimento precoce de Ieda de Fátima, os jongueiros ampliam os horizontes junto à comunidade negra, lançando luzes sobre o jongo/caxambu em buscas por suas origens desde a década de 1990. Em 2005 instaura-se, ou melhor, renasce o grupo Jongo Caxambu Renascer de Vassouras, com a proposta de fortalecer a identidade afro-brasileira da cidade, liderado pelo Mestre Cacálo, carregando a tradição por onde passava, inclusive indo à Chácara da Hera (Figura 15), mas sem chegar à porta do Rosário.



Figura 15 – Jongo Renascer.

Fonte: Isabel Rocha, acervo pessoal, 2006.

O ano de 2015 se mostra novamente um desafio para a cultura jongueira, de forma repentina morre Mestre Cacálo, deixando dor e uma lacuna ao Renascer e sua família (Figura 16).

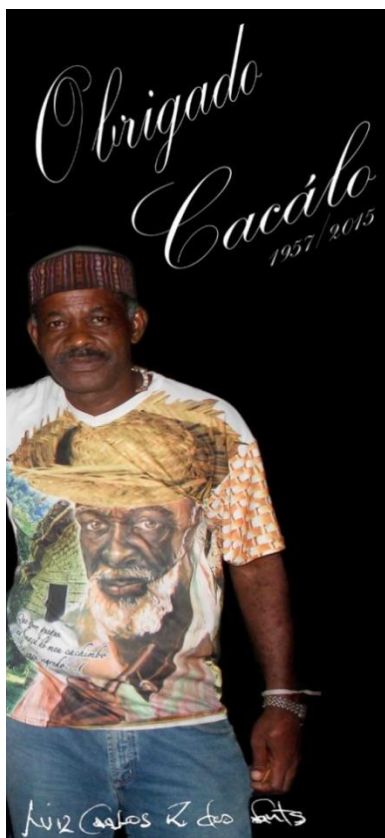


Figura 16 – Banner de Cacálo.

Fonte: Isabel Rocha, acervo pessoal doado ao Jongo Renascer.

Diante dos encontros e desencontros da memória africana e suas muitas reconstruções na cidade de Vassouras, Cláudia Mamede assumiu o grupo, mantendo o legado de seu irmão, se tornando a Mestre/Rainha do caxambu, afinal o jongo é festa, é bailado, é a vida mostrando que somos todos iguais e precisamos de bem pouco para viver em harmonia com o próximo (MAMEDE, 2023)⁶⁴. Stein (1990) relata que para supervisionar o caxambu existia a nomenclatura do “rei”, às vezes acompanhado de sua “rainha”, uma estrutura hierárquica comum na África, onde os grandes reinos eram comandados por eles, e não só na administração política de convivência, mas em decisões entre os mundos visíveis e invisíveis – vivos e mortos, já que ambos eram reconhecidos como elos da comunicação para soluções das venturas e desventura da vida em comunidade (DAIBERT JR., 2015). Portanto, na história do caxambu em Vassouras é possível perceber a presença das mulheres na perpetuação da “memória” e sua transmissão de experiências entre gerações, expandindo-se para fenômenos que são transmitidos por longos períodos a partir da cultura (SANTOS, 2013, p. 64).

Essas experiências, que perpassaram a memória de Cláudia Mamede, a levaram de volta à porta da igreja, para uma apresentação do jongo em 07 de outubro de 2024, na comemoração ao dia de Nossa Senhora do Rosário, a convite do Pároco de Vassouras e Vigário Geral da Diocese de Valença, Padre José Antônio da Silva, que ao tomar conhecimento da tradição perpassada desde o século XIX, no período de construção do tempo religioso e invisibilizada na atualidade, abriu as portas de Rosário à sua mais antiga tradição (Figura 17).



Figura 17 – Jongo na porta do Rosário.

Fonte: APMV Tribuna do Interior, Ano XLI, nº1279.

⁶⁴ MAMEDE, Cláudia. Fala de Cláudia Mamede. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=gHL5anvTPt8>. Acesso em: 8 nov. 2024.

A permissão de resgatar o jongo veio para Cacálo, mas a de voltar à porta do Rosário se concretizou com Cláudia, religando os mundos entre as Rainhas visíveis e invisíveis, louvando a ancestral útil e seus antepassados, *eu vou abrir roda de jongo ai, com Deus e Nossa Senhora, eu vou abrir roda de jongo ai, com Deus e Nossa Senhora*⁶⁵, canções que para o africano são um meio de recriar experiências para o ouvinte, e é como são expressas a esperança e a decepção, a tristeza e a alegria, a dor e o prazer (MBURU, 2023, p. 180).

A memória é viva, e mesmo estando arquivada pode ser resgatada através do processo das tradições perpassadas por gerações, como um legado em transformação, ela se permite reestruturar para sobreviver. A experiência do caxambu de Vassouras mostrou os caminhos percorridos pelos membros e descendentes jongueiros como comprovação consolidada da resistência da origem africana na cidade. Entre disputas e apagamentos, o caxambu, celebração da vida, se reinventou e conseguiu salvaguardar suas fontes pela oralidade, assim como seu significado. Seja pelos pontos, danças ou se apoiando na transmissão dos valores da comunidade, não se pode negar que a memória ancestral foi mantida. O jongo de hoje pode não ser o de ontem, mas carrega consigo a força de um povo que lutou bravamente para preservação de seu patrimônio cultural (Figura 18).



Figura 18 – Grupo de Jongo no Rosário.
Fonte: APMV Tribuna do Interior, Ano XLI, nº1279.

⁶⁵ PONTO DE JONGO. Ponto de jongo em louvação a Nossa Senhora. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=gHL5anvTPt8>. Acesso em: 8 nov. 2024.

CAPÍTULO 3: SILENCIAMENTO DE UM TOTEM

Tijolo por tijolo.

3.1. Um Credo de Cosmo visão religiosa afro/cristã.

Eu chamo de outra maneira –narrador de sua própria história, mostrando-se capaz de construir outros sentidos, significar sua experiência religiosa e sua identidade com base em seus próprios saberes, subvertendo a pretensão universal da verdade colonial cristã em suas estruturas simbólicas⁶⁶.

A descrição acima possibilita mostrar o processo de sobrevivência do africano no intuito de manter sua cultura religiosa, através de ressignificações do novo mundo que lhe foi imposto pelo cristianismo europeu. A dominação colonizadora da expansão europeia no mundo foi feita com a chancela da Igreja Católica Apostólica Romana junto ao Estado, instalando colônias de exploração comercial. Não foi diferente na África, contudo mais agressiva, não reconhecendo nem valor cultural nesses povos e tendo como objeto de comércio o próprio africano, chancelando a escravidão. Colocando esses como incivilizados e pagãos no que se referia ao pensamento hegemônico de quem veio usurpar não somente os valores desse território, mas também sua identidade (MELLO E SOUZA, 2002, p. 127).

Trazendo à tona o que Bourdieu classifica como *luta simbólica*, em que os envolvidos pela apropriação dos bens econômicos ou culturais são inseparavelmente reconhecidos por sinais distintos, como esses bens, ou práticas classificadoras de propriedades distintas (BOURDIEU, 2007, p. 233), a luta de poder, simbolicamente entre classes dominantes e dominadas que conjecturavam basicamente na destruição de uma para imposição de outra, aniquila toda uma narrativa de notoriedade histórica de um grupo.

Na região da África Central, local de origem da maioria dos escravizados vindos para as terras brasileiras, se observa que o catolicismo imperou a partir do século XV com força total. Principalmente no Reino do Congo, pela aceitação do Rei Manicongo⁶⁷, que serviu de ligação com um passado africano que era importante elemento na composição das novas

⁶⁶ DAIBERT, Robert. Eu chamo de outra maneira: a vingança das religiões ancestrais na África de Achille Mbembe. Revista da Religião, Juiz de Fora, v. 24, n. 1, jan./jun. 2021, p. 21.

⁶⁷ REI AFONSO. Ajudou a disseminar o cristianismo pelo reino do Congo. Disponível em: <https://www.pucsp.br/rever/resenha/baur01.htm>. Acesso em: 2 abr. 2025.

identidades das comunidades afrodescendentes no contexto da diáspora (MELLO E SOUZA, 2002, p. 127).

A travessia do Atlântico, do continente africano para as Américas, não se fez sem que esses sequestrados fossem transformados em escravizados, trazendo nas memórias os conhecimentos e suas origens culturais agora transculturadas também pelo cristianismo que já se fizera presente em sua terra natal. Trazidos para a colônia portuguesa em terras brasileiras, muitos africanos “convertidos” em cristãos e, os que ainda não o eram, se tornavam pelo jugo dos senhores. Portanto, independente da crença, ser cristão se tornou uma obrigatoriedade, até mesmo para sobrevivência da vida que lhes impunham. Contudo, como apagar suas origens ancestrais, base de toda uma existência, de um modo de ser e viver como africano?

A única alternativa que encontraram foi criar mecanismo de resistência identitária, portanto alguns passaram a enxergar nos símbolos, ritos, mitos uma analogia entre crenças, constituindo assim a possibilidade de uma suposta assimilação. Assim o que se via, não estava de fato ocorrendo, só que *eu chamo de outra maneira*. Começando pelo pensamento na tradição religiosa do povo *bantu*, de que a vida é sustentada por um Ser Supremo que reinava sobre o universo e os seres humanos, ou seja, todos partilhavam da visão de um Deus Único – *eu chamo de outra maneira* (DAIBERT JR. 2015, p. 11). Corroborando o pensamento cristão, possibilitando a primeira e primordial cosmogonia (estudo do cosmo) comum a ambas as doutrinas. Sendo esse um ponto de contato importante para o aceite, independente dos entraves, em que, sem abandonar seus saberes, suas redes de sentidos e nem modos de existir, garantiriam a sobrevivência simbólica ancestral (DAIBERT JR. 2021, p. 13).

O processo facilitador nesse caso, manutenção da tradição, se deu como na África por meio da oralidade, transmitido pela palavra, vista como uma primazia, sendo que nada se mantém nem vive sem ela, pois ela sustenta a vida social e política, dinamiza as expressões religiosas e sem ela nem os ritos nem as ações mágicas são eficazes (ALTUNA, 1985, p. 84-85). Todo e qualquer conhecimento africano teve, e ainda tem, seu difundir em maioria oral em forma de provérbios, cantos e contos. Usando desse sistema de preservação da memória, a cultura atravessou o passado, se mantendo em algumas linguagens tidas como especial, no caso dos provérbios, que podem servir de exemplo, podendo aparecer como secretos e sagrados, eram numerosos e diversos, englobando princípios, leis, reflexões, teorias e costumes de convivência da comunidade, traduzindo, a melhor maneira de guardar conceitos codificados (FU-KIAL, 2024, p. 122-125).

No cristianismo os provérbios também estiveram presentes e foram inseridos na bíblia, principalmente nos Salmos, texto sagrado para a doutrina filosófica e teológica de entendimento. Muito utilizado desde suas origens primárias e propagado pelos apóstolos, vistos como a sabedoria do conhecimento e difundidos até os dias atuais. A hermenêutica, a partir da visão religiosa africana, nos fala de um paralelismo com a sabedoria presente também nos provérbios bíblicos (MBURU, 2023, p. 170). Novamente os pontos de contatos entre os escravizados e a religião do colonizador se comunicavam aqui com a possibilidade de usar as histórias de vida como exemplos a serem ou não seguidos pelas pessoas.

Ainda na oralidade encontramos na Igreja de N. S. do Rosário de Vassouras, em sua representatividade, quando o caxambu/jongo e seus pontos cantados trazem às suas portas os versos enigmáticos/provérbios, tal como os salmos bíblicos, uma forma muito comum de linguagem na África, perfazendo fatos do cotidiano ou da memória para se referir à vida (MBURU, 2023, p. 197). Sem perder sua essência *bantu*, os pontos do jongo ali praticados simbolizavam a integração entre o catolicismo e a religião tradicional africana, se constituindo em um encontro respeitoso feito pelos que adoravam Nossa Senhora do Rosário.

Bem dito louvado seja é o rosário de Maria

Louvado seja é o rosário de Maria

Jongueiro bem dito louvado seja é o rosário de Maria

Louvado seja é o rosário de Maria

Bem dito pra Santo Antônio

Bem dito pra São João

Sarava meu zirimão

Sarava ongoma quita

Sarava meu candongueiro

Abre caminho Caxambu

Sarava Jongueiro⁶⁸

⁶⁸ PONTO ROSÁRIO DE MARIA – Jongo da Serrinha. Disponível em: <https://www.lettras.mus.br/jongo-da-serrinha/1316186/>. Acesso em: 5 mar. 2025.

Respeito esse construído por ambos os lados, onde a porta da igreja serviu de abrigo para a comunidade negra escravizada, sendo retribuída mesmo pelos que não eram cristãos e cantavam o caxambu. Mello e Souza afirmou que essas danças ditas profanas eram o padrão da maioria das festas religiosas populares brasileiras – reisados, congadas – um encontro de povos, culturas, religiões, ou seja, as muitas formas de lidar com as coisas desse e do outro mundo, devido à diversidade de combinações que ocorreram (MELLO E SOUZA, 2002, p. 133).

A devoção aos santos na Igreja Católica foi outra maneira de interação para com a Religião Tradicional Africana no Brasil, possibilitando a identificação dessas santidades como ancestrais e antepassados úteis à comunidade. Segundo Altuna (1985) e Daiberd Jr (2015), o *bantu* se estruturava através de uma pirâmide vital, se sentindo irmãos de toda a criação cósmica dividida em dois mundos: o invisível e o visível. O primeiro grupo trazendo a divindade suprema, os arquipatriarcas, os espíritos da natureza, os ancestrais e os antepassados. Os ancestrais eram os “grandes mortos”, recebendo do Deus criador a energia vital, atuavam como elo entre seres humanos e essa divindade suprema. Quanto aos antepassados, esses eram seres humanos personalizados, trazendo entre seus muitos atributos as marcas de uma boa conduta moral. Ambos eram cultuados e exerciam a função de intermediários entre o Ser Supremo e determinada comunidade de vivos. Mantendo a pirâmide vital, estava o conceito de que o mundo invisível governava o visível e que se comunicavam por meio de rituais baseados em acontecimentos na cultura de ventura/desventura.

Portanto, cultuar um santo católico, aquele cuja vida fora útil e moralmente ilibada, era algo do entendimento das comunidades na África *bantu*, pois já o praticavam, não havia nenhum estranhamento na oratória proferida para essas pessoas que se tornaram santos/ancestrais/antepassados. Mesmo a igreja *chamando de outra maneira* o significado desses homens ou mulheres, não soava com conotação diferente, que também assume como a cosmovisão bíblica, a existência de um Ser Supremo e não vê a necessidade de provar sua existência (MBURU, 2023, p. 44). Nesse caso, a memória foi usada para fazer uma ligação com o sagrado, colocando em pé de igualdade o processo cultural de manifestação, em respeito ao tempo e espaço percorrido por essas memórias religiosas, conforme nos descreve Le Goff, entre as muitas formas de mutação do que elas poderiam e passariam a significar.

Se a memória cristã se manifesta essencialmente na comemoração de Jesus – anualmente na liturgia que o comemora do Advento ao Pentecoste, através dos momentos essenciais do Natal, da Quaresma, da Páscoa e da Ascensão, cotidianamente na celebração eucarística –, em um nível mais “popular”, cristalizou-se sobretudo nos santos e nos mortos (LE GOFF, 2003, p. 441).

A interligação com a África negra e os santos faz parte do altar do Rosário, em Vassouras, na presença de um São Bendito, o negro africano escravizado ou filho de pais escravizados da Etiópia, nas duas formas históricas que o apresentam. Único santo em destaque, com a possibilidade de ser essa imagem de fatura baiana, dentre as do século XIX catalogadas pelo INEPAC (2013). Há possibilidade dessa devoção ter sido trazida por um devoto exclusivo de São Benedito ou migrada com os escravizados oriundos do nordeste no período do tráfico interno no Brasil. Esse para suprir o mercado do sudeste brasileiro e em particular a cultura do café em Vassouras, após a proibição do tráfico de 1850, pela Lei Eusébio de Queiroz.

Dentre os muitos mitos e ritos que faziam parte do processo religioso, um símbolo se destacava: o sino, instalado nas igrejas para comunicação. Essa tradição também se encontrava na cultura ligada ao mundo africano, especialmente na capoeira. Galante⁶⁹ narra que a capoeira do século XIX, diferente da atualidade, possuía vínculos religiosos e um dos muitos lugares de iniciação se dava nas torres sineiras, trazendo o negro como o responsável por executar a função dos badalos, espaço quase sempre comandado por um mestre, na maioria capoeirista das maltas⁷⁰. A descrição da indumentária dos componentes dessa malta se introjetou no imaginário popular e aparece sendo louvados nas macumbas⁷¹ como um ancestral, o que nos remete aos pontos cantados de louvação.

⁶⁹ GALANTE, Rafael. Professor Dr. Das igrejas aos ritmos musicais, documentário resgata influência africana nos sinos do Brasil. Baseado em pesquisa de doutorado, produção do Jornal da USP, disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=TKOaAjd7bts>. Acesso em: 21 ago. 2025.

⁷⁰ MALTAS DE CAPOEIRA. Famosas no Rio de Janeiro, se espalhavam por diversos bairros e freguesias da cidade; cada malta comandava uma região e não admitia a invasão de seu território. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=TKOaAjd7bts>. Acesso em: 10 mar. 2025.

⁷¹ DICIONÁRIO PRIBERAM DA LÍNGUA PORTUGUESA. Cerimônia de origem negra com influência cristã, acompanhada de danças e cantos, ao som de tambor. 2008-2025. Disponível em: <https://dicionario.priberam.org/macumbas>. Acesso em: 10 mar. 2025.

O sino da igreja faz Belém blem blom,
deu meio noite o galo já cantou,
seu Tranca-Rua que é dono da gira,
oi corre gira que Ogum mandou.

O termo tranca-rua, muito usado em Portugal desde o século XVI, remetia ao fechamento de ruas por brigas, sendo muito estreitas e nos momentos de confusão pelos arruaceiros se tornava impossível passar por elas, posto que literalmente eles as trancassem durante as arrelias. A descrição de ancestrais com essas características estava para os negros vinculada à figura de Exu, divindade que é um mensageiro e domina os caminhos e o tempo. Como os capoeiras sineiros, cujo toque dos sinos serviam no meio urbano de comunicação, entre os caminhos e o tempo a ser percorrido pela comunidade no processo de convivência social, passaram a ser tratados como tranca-rua. Eles repassavam a mensagem de resistência contra o sistema e a elite, em uma época que falar poderia significar punições severas e sentença de morte (GALANTE, 2024).

Dentre as sanções aplicáveis aos negros, uma se destacava de maneira silenciosa: a catequização proferida pela igreja/*ekklesia*, reafirmando ao mesmo tempo a hierarquia do clero, o conjunto dos cristãos e o edifício, somando a característica “globalizadora, obrigatória e hierárquica da *ekklesia* que era considerada única” (GUERREAU, 2006, p. 447). Assim, os sacramentos, como batismos e casamentos, ditavam as regras de sociabilidade e convivência mútua e junto a esses encontramos a troca do nome africano para o cristão, o que, por si só, se constituía em agressão com cicatriz para o africano, visto ser sua língua a base de tudo, o começo das coisas, e tirar deles o direito de falar a própria língua – pelo menos – através de seu nome, foi uma grande violência (FU-KIAU, 2024, p. 196).

Mas a *ekklesia* também passou pelo processo de dominante a ter que se adaptar aos novos tempos quando a República foi instalada no Brasil, o Estado também a moldou através do jugo econômico, segundo o Bispo Diocesano de São Sebastião do Rio de Janeiro em 1892⁷², se fazendo unilateral nas suas decisões.

O novo poder republicano instituído manteve as punições vinculadas ao africano e suas tradições, corroborando no pensamento hegemônico colonial cristão que atravessou o mar e se enraizou no Brasil. Esse processo discriminatório afro religioso foi tratado por Oliveira (2018, p. 19) ao descrever sobre a primeira coleção tombada pelo IPHAN, em 1938, denominada “Museu da Magia Negra”. O acervo dessas peças foi formado pela polícia em repressão aos cultos dos africanos e seus descendentes e era arquivado como provas de crimes no governo de Getúlio Vargas, constituindo o que se chamou de Museu da Polícia. Entre assentamentos, roupas, imagens e artefatos de uso pessoal e coletivo estava a memória perpassada pela ancestralidade vinda do outro lado do mundo nos navios negreiros, suas raízes e crenças, que apesar da violência sobreviveu como um símbolo de resistência e fé.

A perseguição enfrentada por essas casas religiosas, que desembocou na apreensão dos objetos na transição do império à república, foi reconhecida como uma memória do autoritarismo para demonstração hierárquica junto às maiorias populares marginalizadas, hoje ressignificada. Uma ação popular do Ministério Público Federal⁷³ junto com esses grupos possibilitou o resgate do acervo, não só de dentro dos portões da polícia em estado de abandono, mas sua transposição para o Museu da República. Movimento de reparação através do reconhecimento da intolerância em aceitar outra cultura, simbolicamente uma repatriação, possibilitando aos que ficaram dizer o verdadeiro nome da coleção que os representa, não mais pejorativa e sim afetiva e reparadora, o “Acervo Nosso Sagrado”⁷⁴.

Essa cessão é fundamental. É um capítulo relevante na reparação em relação à realidade das religiões de matrizes africanas no Brasil. É inadmissível que, em pleno o século 21, a gente ainda convivesse com essa situação de ter os objetos na polícia, ainda que em seu museu. É necessário que a gente, efetivamente, pratique o Estado laico e valorize e respeite todas as formas de manifestação”, afirmou Júlio Araújo, procurador do MPF-RJ (CNN, 2020)⁷⁵

⁷³ MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL. Inquérito Civil n.º 1.30.001.003468/2017-16, levando em conta as obrigações do Estado de evitar novas violações a direitos e garantias fundamentais, e de proteger e promover a diversidade cultural e a pluralidade religiosa. Disponível em: <https://odia.ig.com.br/rio-de-janeiro/2023/03/6598843-iphan-muda-nome-discriminatorio-de-acervo-de-pecas-religiosas.html>. Acesso em: 10 mar. 2025.

⁷⁴ INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL – IPHAN. Renomeia “Coleção de Magia Negra” para “Acervo Nosso Sagrado”. Disponível em: <https://www.gov.br/iphan/pt-br/assuntos/noticias/iphan-renomeia-201ccolecao-de-magia-negra201d-para-201cacervo-nosso-sagrado201d>. Acesso em: 15 mar. 2025.

⁷⁵ RODRIGUES, Cleber. Acervo religioso apreendido há 130 anos é transferido para museu no Rio. CNN Brasil, 21 set. 2020. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/acervo-religioso-apreendido-ha-130-anos-e-transferido-para-museu-no-rio/>. Acesso em: 10 mar. 2025.

Como um exemplo a ser seguido, a Igreja Católica também se remodelou, muito antes começou sua reconstrução de valores, reconhecendo nas massas populares os verdadeiros fiéis, sem interesses valorativos de poder político, social e econômico perante ela, em que é possível ver que:

Atos divinos de salvação situados no passado formam o conteúdo da fé e o objeto do culto, mas também porque o livro sagrado, por um lado, a tradição histórica, por outro, insistem, em alguns aspectos essenciais, na necessidade da lembrança como uma tarefa religiosa fundamental (LE GOFF, 2003, p. 441).

Sem se esquivar dos seus erros, ao contrário, reconhecendo o que foi ao longo de sua existência como instituição religiosa, a igreja inova fazendo a escolha de um líder que representava todo um povo excluído. No ano 2013 o Conclave⁷⁶ delibera e declara o primeiro Papa sul-americano, o jesuíta argentino Jorge Mario Bergoglio de 76 anos, que adotou o nome de Papa Francisco (1936/2025), apesar de ser de outra Ordem, o primeiro com essa denominação. O relato de como adota o novo nome, este intimamente ligado ao brasileiro Claudio Hummes (1934-2022), arcebispo de São Paulo que o acompanhou ao longo do processo, esclarece que lembrou ao recém-eleito: *Não se esqueça dos pobres*⁷⁷. Ao falar da escolha feita por ele, diz *"Eu queria uma Igreja pobre e para os pobres"*. Foi o Papa que simbolizou as maiorias marginalizadas em atos e palavras, como o reconhecimento dos casais homoafetivos, por exemplo, cobrou aos membros do clero que tivessem uma vida simples e humilde, assim como foi a sua própria.

A ideia de sacerdotes do povo e para o povo, instalada em prol dos pobres, base da formação da nação brasileira, vinda na sua grande maioria dos africanos escravizados, soava como uma representação de uma visão tendo uma sociedade ideal, ou idealizada nos moldes de utopias possíveis, onde o indivíduo era representado como importante e valorizado em sua essência cultural social. Durkheim (1999, p. 170) alertou para essa sociedade ideal ao dizer que ela é real ao pensar na sua construção, onde esses dois polos se tocam levando os indivíduos, o território e os movimentos que executam, antes de tudo, para a ideia de que ela faz de si mesma.

Altuna (1985, p. 504-506) classificou a influência dos sacerdotes para os africanos como de extrema importância no mundo cultural desses povos. Esses traziam a missão de enlace e

⁷⁶ CONCLAVE. Do latim cum clavis, significa “fechado à chave”. Utilizado pela Igreja Católica para eleição de novos pontífices, inclusive em 2025.

⁷⁷ G1. Entrevista: Como é escolhido o nome do papa. Disponível em: <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2025/04/21/como-e-escolhido-o-nome-do-papa.ghtml>. Acesso em: 21 abr. 2025.

representação da comunidade, em que as responsabilidades eram as de intermediários, pois não passavam por eleições ou consagração alguma junto ao povo. Reconhecidos como um representante das leis de participação vital, no sentido de ser o mais antigo descendente do antepassado e mediador natural entre vivos e mortos, teve a obrigatoriedade de interceder não somente por si, mas por toda a comunidade. Toda essa tradição cultural vem de sua história ainda no período de caçadores como podemos observar abaixo.

As chefias destes povos, que ultrapassaram o estágio puro da recollecção e caça para se fazerem agricultores e pastores, juntam à função social e política o sacerdócio, uma vez que se encontraram no vértice da pirâmide vital do mundo visível. Ao “senhor do bosque”, sacerdócio típico dos povos caçadores, sucedeu nos povos agricultores o “senhor da terra”. Com o andar do tempo, acrescentou-se-lhe a responsabilidade do culto aos antepassados, é constituído chefe político, juiz e responsável da vida comunitária, com a função sacerdotal mais elevada e de maior responsabilidade, porque **tem que conseguir a harmonia do seu grupo com o universo em que está incluído e com o qual participa** da corrente vital (ALTUNA, 1985, p. 506, grifos nossos).

Visão similar da visão católica sacerdotal, ao se colocar as responsabilidades junto à comunidade, onde esteja consagrada a harmonia do grupo. Em Vassouras, a influência do novo pensamento e posicionamento da igreja se fez presente na figura do pároco que traz para dentro da Matriz o encontro de Folias de Reis e na cerimônia do Lava Pés⁷⁸ uma rezadeira⁷⁹ local. Na intercessão junto aos jongueiros da cidade para o retorno à igreja de Nossa Senhora do Rosário⁸⁰, com sua tradição *bantu* e as novas releituras dessa, feitas por descendentes que lutam na defesa e preservação de uma memória afetiva a ser salvaguardada. Seguindo os caminhos traçados pelo Papa Francisco, o Pároco de Vassouras e Vigário Geral da Diocese de Valença, Padre José Antônio da Silva, trouxe de volta para esse cenário os excluídos e pobres, *o responsável da vida comunitária, com a função sacerdotal mais elevada e de maior responsabilidade* de seu território.

A igreja retoma sua posição, não mais como um lugar da elite, mas de um povo que luta para sobreviver ao sistema de dominação dessas populações –econômica, política e socialmente existentes até hoje. Uma casa para todos e de todos – a *Boco* africana –, onde a

⁷⁸ EXPOSIÇÃO Memórias em Festejos – II Semana do Patrimônio de Vassouras, 2024.

⁷⁹ CONTE, Ana Carolina de Albuquerque. Objeto de pesquisa em andamento para elaboração de dissertação de mestrado no Programa de Pós-Graduação em Patrimônio, Cultura e Sociedade (PPGPCS), UFRRJ.

⁸⁰ Jongu Caxambu Renascer de Vassouras na Igreja Nossa Senhora do Rosário. Jornal Tribuna do Interior Ano XLI, nº 1279 – Arquivo PMV.

verdadeira comunidade religiosa estivesse relacionada à lei de harmonia, que fomentasse viver em paz com o mundo físico e espiritual (MBURU, 2023, p. 51).

A religião está intrinsecamente ligada aos seus ritos, mitos e símbolos permitindo sua identificação cultural, suas vertentes de criação e conhecimento, a história que a permeia e suas diversas memórias codificadas. Sendo possível, aos que por ela passam, transitar no imagético mundo dos invisíveis e misteriosos sentidos. Por outra forma que não a palpável, suprimindo uma necessidade humana em responder questionamentos sem repostas, contrárias à realidade de fatos reais. Segundo Le Goff (2003) , resgata-se a possibilidade utópica de sermos muito mais que matéria física que vai findar um dia, em que a escatologia refere-se, por um lado, ao destino último do indivíduo e, por outro, ao da coletividade. Pensamento corroborado por Oden (2023) no que diz respeito ao africano.

As religiões africanas tradicionais antes do cristianismo já tinham desenvolvido um forte senso de presença dos ancestrais e elevadas expectativas escatológicas. Essas características marcaram o cristianismo africano desde os tempos antigos (ODEN, 2023, p. 115).

A busca incessante por perpetuar a existência como ser humano, nos levou a fazer da religião o aceite pelo diverso, o mítico cultural social, permissivo com múltiplas colocações, nomes, doutrinas e arquétipos. Assim como o povo brasileiro, com sua diversidade na formação de um país inteiramente variado, vimos a religiosidade tomar essas características. Consagrando os santos/ancestrais/antepassados dentre as confluências de sua comunidade, sem perder a característica de cada um, no contexto religioso único vivido.

No Brasil, as manifestações de fé católica se rendem ao povo formado de africanos, indígenas nativos, europeus e a grande massa de pessoas que aqui se estabeleceram criando uma mistura de elementos que divergem do catolicismo europeu. As festas, procissões, novenas, romarias entre outras práticas, envolvendo muitas vezes elementos da natureza, para fins religiosos. Aculturado do mesmo modo que foi necessário ao negro para sua sobrevivência, se tornando um afro-cristão, sem perder sua essência, mantendo vestígios de uma cosmovisão tradicional africana, captados inconscientemente ao longo dos anos (MBURU, 2023, p. 25). Levando a reestruturação das expressões religiosas católicas no

Brasil para uma união diversa, onde todos permeiam o mesmo espaço e fazem parte integrante de um catolicismo que denominamos de “tradicional” ou “popular”⁸¹, ou melhor:

Eu chamo de outra maneira.

⁸¹ LAMEGO, Alberto Ribeiro (Lamego Filho). O homem e a serra. Rio de Janeiro: Divisão Cultural, Biblioteca Geográfica Brasileira – IBGE, 1963. (Publicação nº 8). 454 p. Descrição utilizada para caracterizar as múltiplas formas de catolicismo adotadas nas Irmandades de negros no período da escravidão, existentes em várias províncias da colônia portuguesa, onde os devotos faziam das festas e manifestações religiosas uma forma típica de reunião popular.

3.2 Uma Ave-Maria para Nossa Senhora do Rosário e o Rosário

Sentado numa estrada solitária

Aonde a Virgem passeava

Todo mundo ali passava e nem olhava para mim

Mas a Virgem me ajudou

Segurei no seu rosário e ela me abençoou

Os versos transcritos acima pertencem a um ponto de preto velho, cujas canções históricas mantêm a memória nos relatos das condições de vida e costumes a que eram submetidos os negros no período da escravidão. Hoje fazem parte das cerimônias religiosas deixadas pelos africanos, com suas múltiplas transformações temporais, servindo a rima e o jogo de palavras para comunicação junto ao mundo espiritual (BALDIOTTI & RICHARTZ, 2024, p. 149).

A estrofe possibilita observar a importância da Virgem na trajetória do povo escravizado, aqui como na pirâmide vital *bantu*, o preto velho se manifesta como um antepassado por meio de possessão em um vivo, enviando mensagens aos seus familiares com os quais passa a desenvolver uma relação de muita proximidade (DAIBERT JR., 2015, p. 12).

A designação de família para quem atravessou o mar nos navios negreiros foi ressignificada, tendo em vista que a grande maioria dessas pessoas sofreu um sequestro em sua terra natal. Portanto, já na travessia surgem os *malungos*⁸², irmãos de viagem que se apoiavam mutuamente para sobreviver ao trajeto. Chegando ao Brasil, constituem vínculos de convivência com os indígenas que sobreviveram ao extermínio da dominação colonial. Na cidade de Vassouras, esses vínculos se estabeleceram também junto aos imigrantes, que perfizeram os trabalhadores braçais e de roça, conforme já descrito. Uma nova formação familiar onde o africano se identificava na comunidade igualitária de classes, já não mais pela tribo, raça ou etnia, mas sim na identidade com aqueles que enfrentavam o sistema repressor.

⁸² MALUNGO – companheiro ou irmão. Nome que se davam mutuamente os negros escravos vindos da África. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/malungos/>. Acesso em: 03 fev. 2025.

No primeiro verso do ponto acima se pode verificar o sentimento do narrador ao dizer em primeira pessoa que se encontra: *Sentado numa estrada solitária*; comunicando dessa forma o seu estado, a estrada solitária representaria um caminho, que atravessa uma distância interligando pontos de encontro, um trajeto aqui abandonado, refletindo a condição do narrador. Ao se colocar sentado, passa a impressão de aguardar sem pressa os acontecimentos que a estrada vai trazer. Como todos os escravizados ao cruzarem a distância entre África e Brasil, o sentimento de solidão no percurso, na esperança de um dia interligar novamente o caminho de sua terra natal, retornando ao ponto de encontro iniciado nesse trajeto (MELLO, 2002, p. 128). Fato que para a grande maioria nunca aconteceu, ficaram sentados aguardando na estrada solitária de suas vidas. Largados à margem dos direitos como cidadãos pela sociedade colonial/imperial, em que o medo era uma condição constante para esse povo, os levando a procurar a religiosidade.

O medo garante igualmente a crença num mundo invisível, activo e operante sobre o visível, embora actue, por vezes, de forma maléfica. Estes dois motivos conferem-lhe certo valor humano. O medo significa limitação humana perante os outros e perante as realidades transcendentais (ALTUNA, 1985, p. 534).

Por isso o narrador logo em seguida trouxe para si alguém do mundo invisível ao dizer *aonde a Virgem passeava*, que naquele momento ela tomava conotação de ser vivo, por estar passeando e ocupando a posição de proteção transcendente, a Virgem. Denominação adotada nos Evangelhos extra canônicos, inspirando os padres da igreja cristã ao se referirem a Maria de Nazaré. Essas primeiras fontes históricas a apresentavam como uma mulher judaica noiva de José, virgem chamada pelo anjo para se tornar a mãe de Jesus, filho do Altíssimo (BEZERRA, 2019, p. 46).

A discussão do nome e sua veracidade nos fatos contidos nos textos bíblicos usados para estabelecer a doutrina e culto da Virgem, geraram polêmicas desde os primeiros séculos de institucionalização do cristianismo, culminando no concílio de Éfeso (431 d.C). A consolidação pelo concílio da definição efésia de *Theotókos*/Portadora de Deus, a torna santa, senhora e rainha, Mãe de Deus, esta que já era retratada em imagens nas catacumbas romanas nos primeiros tempos cristãos.

A tradição perpassada na igreja Bizantina⁸³, coloca Lucas Evangelista como autor do retrato de Maria depois de Pentecostes, momento ainda em vida e no Cenáculo junto aos

⁸³ PERÍODO BIZANTINO, 330 a 1453 d.C.

apóstolos, depois da ascensão do filho. O advento de pentecoste para o cristianismo consagra a descida do Espírito Santo, em que a Virgem foi narrada em três momentos distintos nos textos bíblicos: Anunciação, Visitação e Cenáculo (At.1,8). Os dois primeiros serviram para criar a oração da Ave-Maria rezada no rosário. Na passagem da anunciação, Maria recebe a notícia de que seria mãe, quando o anjo Gabriel diz: “Ave-Maria cheia de graça o Senhor é convosco!”. E na visitação, sua prima Isabel, ao vê-la, fala: “Bendita sois vós entre as mulheres e bendito é o fruto do vosso ventre”.

É na narrativa dos Evangelhos de São Lucas e São Mateus que os expressivos episódios do Ciclo da Natividade – Anunciação, Nascimento e Visitação – são descritos com preciosos detalhes. O evangelho segundo São Lucas inicia-se com o capítulo “Nascimento e vida oculta de João Batista e de Jesus”. Neste evangelho, a narrativa da anunciação e do nascimento de Jesus é construída junto à narrativa da anunciação e nascimento de João Batista. Ao longo da leitura do primeiro capítulo de seu Evangelho fica evidente a estreita relação entre os dois nascimentos (PEREIRA, 2003, p. 1).

Hoormarte (2024, p. 6) colocou Pentecoste como uma experiência de vida nova, a vitória sobre o medo, quando Pedro abriu as portas do cenáculo em Jerusalém, onde estava refugiado com os companheiros e falou abertamente à multidão. Multidão essa chamada de igreja, que crescia dia a dia enfrentando, assim como os africanos escravizados no Brasil, o medo, essa sombra densa que alteraria a limpidez do calor humano nas bem-fundamentadas relações sociais (ALTUNA, 1985, p. 532). Portanto, a Virgem estaria no exato momento de formação da igreja, em seu sentido como assembleia, ou seja, no nascimento do cristianismo.

Outro exemplo da importância da Virgem deixada pelo Império Bizantino, desde a antiguidade, encontra-se no mosaico (Figura 19) no templo de *Hagia Sophia*, construído no século VI pelo imperador Justiniano na antiga cidade de Constantinopla, hoje Istambul, na Turquia. A arte retratou a Virgem Maria segurando o Menino Jesus no colo, cercada pelo Imperador Justiniano, à sua direita, segurando uma maquete da *Hagia Sophia*, e pelo Imperador Constantino I, à sua esquerda, segurando uma maquete da cidade de Constantinopla.



Figura 19 - Santa Sofia, Turquia.

Fonte: <https://hagiasophiatrkey.com/the-vestibule-mosaic/> (acesso: 04 abril.2025)

O templo, em sua nomenclatura, significava Santa Sabedoria, nome que se reflete em várias crenças mística de um poder Supremo, entre lendas e histórias repassadas por diversas origens. Dentre essas, pode-se citar os gnósticos que reconhecem o nome pela Deusa Sofia ou a Mãe da Criação e para os cristãos a narrativa aparece com Santa Sofia e suas três filhas (em grego *Pistis*, *Elpis* e *Ágape* ou latim *Fides*, *Spes* e *Caritas*), mártires por ordem do Imperador Adriano (117-138 d.C), para negar a crença no cristianismo. Não à toa que, ao longo dos séculos, as três jovens foram associadas às três virtudes que constituíram o ditado de que a Sabedoria é a mãe da Fé, Esperança e Caridade na tradução de seus nomes⁸⁴.

A santa cristã teve sua imagem incorporada na Igreja de Nossa Senhora do Rosário em Vassouras (Catálogo do INEPAC, 2013), junto às demais reconhecidas como feitas ainda no século XIX e o destaque para o fato de não ter encontrado lugar de exposição pública no templo religioso. Enquanto N. S. do Rosário, São José e São Benedito se apresentam no altar, Santa Sofia (Figura 20) está na sacristia aos fundos da igreja atrás do mesmo, invisibilizada aos olhos do público, como fala nosso escravizado, o preto velho citado no início, ao dizer que: *todo mundo ali passava e nem olhava para mim*.

⁸⁴ ECCLESIA. Santa Sofia e suas três filhas: Fé, Esperança e Caridade. Disponível em: https://www.ecclesia.com.br/biblioteca/hagiografia/s_sophia.html. Acesso em: 26 abr. 2025.



Figura 20 - Santa Sofia, Vassouras.
Fonte: INEPAC, 2013

Oliveira (2018, p. 22) destacou que essa invisibilidade repercute nos patrimônios culturais deixados pelos negros e seu reconhecimento, questão que na contemporaneidade vem sendo modificada com a participação social de grupos representantes, sobretudo os ligados diretamente à religiosidade de tradição africana: o *religari*, a religião na sua essência primitiva, religando as pessoas, permitindo a inclusão das referências culturais afro-brasileiras no contexto nacional como patrimônios.

Ao encontrar Santa Sofia no templo em Vassouras, um retorno no tempo levaria o espectador ao nascimento do cristianismo, seu primitivismo como crença e posteriormente religião. Oden (2023) descreveu a presença dos africanos ao longo de todo o processo de consolidação da nascente doutrina colocando a África como um dos berços de sua difusão através da geografia, o rio Nilo e o rio Medjerda, que teriam servido de ponte no comércio e comunicação dos povos da época, lembrando como exemplo o bispado de Alexandria e a cúpula estabelecida pelo apostolado de Marcos (ODEN, 2023, p. 27). O mesmo autor trazia ainda esses vínculos ao citar os nomes de Agostinho de Hipona, Cirilo de Alexandria, Tertuliano o advogado convertido que escreveu a Apologia e o Papa Vitor, todos africanos. Na literatura cristã de proveniência egípcia do II século, destacavam-se o Evangelho dos

Hebreus, dos Egípcios, de Marcos, o Apocalipse de Pedro, Escritos de Atenágoras entre outros, e ainda os acontecimentos do Êxodo e o calendário *copta* dando início ao primeiro dia de cristianismo egípcio em 29 de agosto de 284 d. C.

Sabemos também que a literatura sapiencial de Israel fazia parte de um conjunto maior de literatura sapiencial no Antigo Oriente Próximo e tem muito em comum com ela. Por exemplo, o antigo texto egípcio conhecido como *A Instrução de Amem-em-opet*, escrito em 1200^a. C., contém trinta capítulos de instrução que são muito semelhantes a Provérbios 22:17 – 24:22. Muitos estudiosos acreditam que ela influenciou o livro de Provérbios, e que esta influência pode ter chegado a Israel através de Salomão, que tinha uma esposa egípcia (MBURU, 2023 p. 165).

A influência do africano nesse cristianismo primitivo levantou questionamentos de pesquisadores a exemplo de Oden, que explorou seu processo de temporalidade e difusão, trazendo um comparativo entre o povo *bantu* e o povo egípcio declarando, assim, ser necessária uma redefinição sobre o que seria “a religião africana tradicional” incluindo nesse contexto tanto o *bantu* quanto os cristãos egípcios (ODEN, 2023, p. 29).

Se o observador voltar nos primeiros séculos da era cristã, duzentos anos antes da construção do templo de *Hagia Sophia*, reencontraria a Virgem junto à cidade de Constantinopla ou Nova Roma, como era conhecida em 324 d.C., fundada pelo próprio Constantino que teria sido convertido por sua mãe, dedicando o local à Santíssima Trindade e à Mãe de Deus. O Imperador fez uma busca por objetos dos ícones cristãos, tendo localizado o *Maphóron*⁸⁵ e transportando-o para a nova cidade, atribuído a Maria, a peça passou a ter destaque, disseminando a devoção à Virgem, observada na quantidade de templos dedicados e erguidos a ela (BEZERRA, 2021, p. 7-9).

A tradição mariana perpassou séculos e tomou vulto, sofrendo ampliações, o que se observa pelos vários títulos honoríficos ligados às doutrinas, aparições, sacramentos ou milagres. Independente deles, o que importa aqui foi a repetição da narrativa: *Mas a Virgem me ajudou*.

No caso de Nossa Senhora do Rosário, seu atributo teve origem na necessidade de substituir o costume da leitura do Saltério (salmos bíblicos), praticado pelos monges anacoretas desde o primitivo cristão. Muitos deles analfabetos tinham dificuldade com o latim. No século VII-VIII, foi introduzida a contagem das ave-marias através de nós feitos em

seus cordões, simbolicamente ofertando a Virgem Maria uma coroa de rosas, costume medieval praticado pelos súditos às suas rainhas⁸⁶.

Mais adiante, no s. XIII a igreja enfrentava grandes heresias e São Domingos de Gusmão, citando uma aparição de Nossa Senhora na Igreja de *Notre Dame de La Dreche*, foi orientado a usar o rosário como um antídoto junto ao povo. Entre muitas das vitórias cristãs atribuídas à prática do rosário, encontravam-se as cruzadas de Simão de Monfort, amigo de São Domingos e também a histórica batalha de Lepanto em 1571, onde vários escravizados cristãos foram libertos dos turcos otomanos. Essa última serviu para consagrar o nome atribuído a Nossa Senhora do Rosário, instituído pelo Papa Pio V, que estruturou a oração, intensamente divulgada pelos frades dominicanos (PACHECO, 2008).

O ato de contar as orações em pedrinhas, ossinhos ou contas foi adotado pela humanidade ao longo de sua história, tornando o rosário um facilitador na catequização dos colonizados e, em especial, dos escravizados africanos que fizeram uma transculturação com seus objetos mágicos de proteção e as contas muito comuns na África. Essas representavam *status* e poder, interligando o ser humano ao divino, já que mortos e vivos formavam uma só comunidade, em uma relação marcada por obrigações recíprocas (DAIBERT JR., 2015, p. 15).

Os africanos escravizados substituíram as contas caras, do branco cristão e do colonizador, por uma semente originária do Sudeste Asiático, a *coix lacryma-jobi*, ou popularmente conhecida como lágrimas de Nossa Senhora, para confeccionar seus rosários e terços (Figuras 21 e 22). Com poderes medicinais, alimentícios e em abundância no território brasileiro, a semente passou a representar o símbolo dos devotos da Virgem, e Senhora do Rosário.

⁸⁶ FRANCISCANOS. Nossa Senhora do Rosário. Disponível em: <https://franciscanos.org.br/carisma/calendario/nossa-senhora-do-rosario#gsc.tab=0>. Acesso em: 21 abr. 2025.



Figura 21 - Conta de lagrimas de N. Senhora
Fonte: A própria autora, 2025



Figura 22 - Terço de conta de lagrimas de N. Senhora
Fonte: <https://br.pinterest.com/pin/639722322056572438/> (acesso: 08 abril, 2025)

A prática religiosa do rosário era iniciada pelo credo e seguida por cento e cinquenta ave-marias, intercaladas a cada dez por um pai-nosso, subdividida em três partes iguais, perfazendo o que se denomina *terço*. Os terços eram divididos em Mistérios Gozosos/vida, Dolorosos/morte e Gloriosos/glória de Jesus, só sendo alterado em 2002 com a carta apostólica *Rosarium Virginis Mariae*, do Papa João Paulo II, sugerindo os Mistérios Luminosos/batismo até a última ceia, levando o rosário para duzentas ave-marias⁸⁷.

Os mistérios do rosário eram na verdade uma narrativa histórica contada para quem perfaz sua prática religiosa, descrevendo os atributos de Deus, o criador de tudo e de todos na visão *bantu*. “Ele é também o Ordenador do universo, porque lhe proporcionou uma ordem, o conserva e alimenta com Seu Poder e Força total. Neste sentido, alguns grupos chamam a Deus *Antepassado dos homens*” (ALTUNA, 1985, p. 399).

Portanto, se a Virgem era a Mãe de Deus, seu lugar de antepassado estava assegurado dentro da cosmovisão desse africano, que fala: *segurei no seu rosário e ela me abençoou*, fazendo uso dos objetos representativos e sua reza como um sinônimo de proteção no mundo material. Levando o pensamento e as ações desses indivíduos para a verdadeira função da religião, a de fazer agir e de ajudar a humanidade a viver, afinal o fiel em comunhão com seu

⁸⁷ JOÃO PAULO II. *Rosarium Virginis Mariae*. Carta apostólica sobre o Rosário. Vaticano, 16 out. 2002. Disponível em: https://www.vatican.va/content/john-paul-ii/pt/apost_letters/2002/documents/hf_jp-ii_apl_20021016_rosarium-virginis-mariae.html. Acesso em: 21 abr. 2025.

deus não é apenas uma pessoa que vê as verdades novas que o incrédulo ignora, sendo uma pessoa que *pode* mais (DURKHEIM, 1999, p. 166).

Imbuído do pensamento de um poder maior, essa pessoa construiu seus locais de adoração, monumentos como *Hagia Sophia* reconhecido hoje mundialmente pela UNESCO, e a Igreja de Nossa Senhora do Rosário de Vassouras, que aguarda seu processo de representatividade da memória do africano escravizado e seus descendentes. Ambos os templos são símbolos do patrimônio cultural religioso do povo que os edificou em prol da fé.

3.3 Um Pai Nosso de Cultura e Memória Arquivada

A oração do pai nosso, parte da base cristã e inserida na maioria das cerimônias realizadas pela igreja, difundida como a oração que Jesus ensinou, foi amplamente utilizada na catequização das pessoas escravizadas. O processo de integrar os negros ao cristianismo trazia consigo algumas obrigações e dentre elas estava o aprendizado do pai nosso, da ave-maria, do glória ao pai e do credo, todas pertencentes ao rosário, base de sua tradição que acabou se popularizando (PACHECO, 2008, p. 4-5).

Ao recitar o pai nosso, o africano encontrava pontos de contatos culturais, pois esse acreditava que as rezas e orações possuíam poder de fortificar sua ligação com o mundo invisível e o ser supremo que o coordenava, uma forma genuína de comunicação sem atravessamentos. A proposta colocada pelo cristianismo mesmo que de maneira forçada, consagrou-se, sendo que, para esses povos, o indivíduo e a comunidade rezavam sempre que precisam atender à vida (ALTUNA, 1985, p. 423).

O nome “pai” encontrava analogia nas religiosidades remanescentes africanas que se firmaram no Brasil, onde era possível verificar a figura do Tatá/pai, que toma conta dos filhos/iniciados. Nomenclatura que na cidade de Vassouras aparecia ligada a líderes de uma insurreição, ancestrais ainda presentes nessas culturas. Slenes descreveu alguns fatos que ocorreram na revolta que não chegou a eclodir no ano de 1848, dentre as suspeitas levantadas encontrava o cunho religioso. Ela foi marcada para o dia de São João Batista, chancelando os *tates* e os *tates-corongo* como líderes, e auxiliares os *cambone* (com o mesmo sentido de *cambondo*) que fazia parte do vocabulário *Cabula*, os sacerdotes/adivinhos (SLENES, 2006, p. 303).

O adivinho é, pois, um colaborador de Deus na harmonização da criação. É, pois, um dom de Deus a capacidade efectiva que ele consegue captar e utilizar. Os africanos sabem que existe um poder supra-natural no seio do universo. Este poder, em última instancia, vem de Deus, mas na pratica, é inseparável dos seres e manifesta-se através de objetos físicos e de seres espirituais (ALTUNA, 1985, p. 586)

Portanto ter um “pai-nosso” na vida do escravizado não seria algo difícil de ser assimilado no contexto cultural que já possuía. Mesmo que esse representasse o ser divino do mundo invisível atuando a todo o momento no mundo visível, possibilitando fazer uso desse novo conhecimento, visto que entendiam que o conhecimento estava fora de nós e a única

coisa que teríamos é a capacidade de arquivar as informações ou dados em nós e os reproduzir à vontade (FU KIAU, 2024, p. 96).

Usando desse pensamento, os escravizados de Vassouras assimilaram o que podiam e reestruturaram suas vidas, apropriando-se dos novos saberes ergueram a Igreja Nossa Senhora do Rosário, rezando seus pais-nossos na terra que se faziam presentes. Voltando desta maneira ao sentido inicial de *ecclesia/asmbléia de pessoas*, destacando que o templo físico – a arquitetura – compunha apenas a materialidade, para os que formavam a verdadeira reunião de pessoas, ou seja, a comunidade. Grupo que por afinidades culturais, históricas ou, no caso, religiosas se unificavam em prol do bem comum. Aqui se fez, na constituição do templo, este grupo com sua trajetória e os que a integraram deixando marcas visíveis, algumas contextualizadas, outras nem tanto, rastros de memórias aguardando apenas seu despertar.

Rastros que Rocha (2012) nos apresentou como visíveis nos tijolos da igreja, que como outros tantos materiais oriundos das construções do Vale do Paraíba no período do café, tiveram sua historicidade silenciada ao longo dos anos. Assim como Rosário, em que cada tijolo que a compõe, e as mãos que os modelaram, foram emparedadas e arquivadas na memória.

O café produziu para si, consumiu quieto e legou alvenarias e estruturas escondidas nas cortinas argamassadas – hoje esgarçadas –, testemunhos surdos de que um dia chaminés lançaram nuvens cinzas que rolam rumo ao azul límpido do céu tendo ao fundo áreas plantadas com o ouro verde comuns, que acabariam tendo uma importância central para momentos posteriores do processo de formação da classe (ROCHA, 2012, p. 293).

Ao contrário das atuais técnicas para fabricação de tijolos, no século XIX, quando Rosário nascia no território vassourense, o material era um trabalho artesanal, utilizando da terra, mãos e pés das pessoas locais. Marcando sua conexão ancestral com os elementos que atravessariam as várias nuances de gerações, desde sua edificação até dias atuais, sem que essa conexão se perdesse, visto a igreja ainda estar viva, tanto na materialidade quanto na sua essência humana.

Os tijolos traziam sua identidade própria, as digitais impressas de quem os fabricou, junto ao suor regando a terra para formar a liga, posteriormente o barro exposto ao sol em pequenos tabletes individuais. Ao serem empilhados criaram as paredes de Rosário que serviu de abrigo aos escravizados, imigrantes colonos e tantos marginalizados do sistema das classes dominante. Pessoas que, assim como os tijolos, acrescentaram suas impressões digitais

identitárias, o tempo de dedicação de suas vidas e uma pilha de memórias guardadas. Em cada rosto é possível vislumbrar um novo Rosário que foi erguido, alguns conhecidos e outros anônimos, mas todos assim como nossa *ecclesia* em prol de um único ideal. O que é possível verificar na Figura 23 onde o campanário da igreja na década de 1950 estava sendo construído, evidenciando que nada se edifica sozinho, que era preciso um conjunto de elementos visíveis e invisíveis impostos no processo.

Quem são os homens, mulheres e crianças que aparecem na imagem? É uma das muitas perguntas ainda sem respostas das pesquisas até o presente momento. Moradores? Fiéis? Construtores contratados?



Figura 23 – Construção do Campanário

Fonte: Sacristia da Igreja, Década de 1950

Mesmo que busquemos nas memórias as perguntas acima, ainda necessitaremos de auxílio para sua concretização junto aos fatos, ou seja, a memória ao mesmo tempo em que nos modela, é também por nós modelada, em que sua dialética e sua identidade se conjugam, se nutrem e apoiam mutuamente, produzindo uma trajetória de vida, uma história, um mito,

uma narrativa (CANDAU, 2019, p. 16). Assim como na memória, na materialidade do espaço encontramos sua geografia, que se situa no habitar gerado pelas construções, onde a arquitetura fundamenta o espaço corpóreo de se existir, estabelecendo uma narrativa operante que consiste em um sistema de sítios para as interações da vida. Edifícios que se confrontam em épocas diferentes, estáticos no tempo, mas não inoperante nele, atuam sedimentando o processo cultural que o atravessa (RICOEUR, 2018, p. 158-159).

Bourdieu alertava que essas narrativas irão determinar quem se destacará e quem será invisibilizado no núcleo da sociedade. Casos que se repetiam ao reconhecer os patrimônios culturais, dando destaque a representatividades e feitos de alguns grupos, enquanto excluía-se sistematicamente outros, mostrando que o senso social se identificava nas referências, no sistema de sinais, e se encontrava nas origens das antipatias e simpatias, nas afinidades eletivas (BOURDIEU, 2007, p. 225).

Portanto, quem executa a patrimonialização usa esse conceito de escolhas e determina o que deve ou não se manter como um legado a ser preservado para as futuras gerações, se criando também desse modo, através das simpatias, os ícones simbólicos de um território, enquanto apagam os que geram suas antipatias. Máximo (2021) destacava a importância de inclusão dos vários grupos, quando falamos de voltar ao passado e buscamos as representatividades integradoras desses:

Ao buscarmos uma conexão com o passado, lançamos mão de instrumentos que nos auxiliem na compreensão de diferentes realidades. Materializar acontecimentos e torná-los palpáveis se mostra fundamental para a assimilação e a construção de uma memória coletiva e para despertar no indivíduo sentimentos como pertencimento ou patriotismo, mas principalmente para auxiliar na criação de uma identidade cultural (MAXIMO, 2021, p. 14).

Dentre os monumentos patrimonializados na cidade de Vassouras, nenhum se destaca como pertencente à comunidade negra escravizada, que percorreu as ruas, fazendas, casas, igrejas e demais locais do século XIX. O que gera certo espanto, se levarmos em consideração que todos foram construídos e tiveram a manutenção executada por eles. E mais, sem os mesmos talvez não estivessem servido de símbolos patrimoniais de representatividade dos que os reivindicaram na atualidade.

Esse sentimento nostálgico de solidão e busca por dias de opulência será exteriorizado pela comunidade da igreja na contemporaneidade, que rememorou os momentos de glórias passadas. Dentre as festas e coroações de Nossa Senhora do Rosário encontravam-se

promessas feitas, que aguardavam, assim como a Virgem por sua coroa de rainha, a oportunidade de concretizar o agradecimento da graça alcançada. A imagem das crianças preenchendo o altar de Nossa Senhora (Figura 24) ainda comove nas fotos guardadas junto aos fiéis, visto que todos esses signos memoriais servem para veicular informação ou ativar a lembrança sobre acontecimentos (CANDAU, 2019, p. 117).



Figura 24 – Coroação de Nossa Senhora do Rosário
Fonte: Dona Conceição Comunidade do Rosário, S/D.

Na procissão esquecida no tempo de São Benedito, o glorioso humilde, rogando para que, assim como a prosperidade reine nos lares, ele também possa voltar a reinar nas ruas que abraçam a igreja que o abriga.

Os bancos de pedra, um dia retirados da porta do templo à força por mãos insensatas, deixa a dor nos corações de quem neles sentou e a esperança de que utopicamente possam voltar; as muitas Celestes, que carregavam consigo a alegria de abrigar as crianças e distribuir os afazeres de manutenção do lugar – tocar o sino, carregar os vasos de flor, despejar a água e o vinho, recolher as oferendas – para com os de coração puro, acarinhavam e traziam para si, como uma mãe amorosa e as missas, saudosas missas semanais hoje resumidas a uma mensal, algumas corridas para o cumprimento de outra celebração que se faz necessário ao longe pelo

pároco, esse que gentilmente vem em socorro para que as portas da igreja não se fechem por mais de trinta dias sem a sua ritualística principal.

Tanto quanto as informações contidas na oralidade de uma comunidade podem ser descritas em simples testemunho, para quem os deixa falar e quem os queira ouvir. Nas vozes de Inêses, Geraldos, Cláudias e tantos outros nomes da comunidade, há testemunhos também presentes nos arquivos da cidade. Ao alcance de quem solicita, será possível verificar uma gama de fatos e acontecimentos envolvendo a igreja e todas as pessoas que um dia se deixaram levar pelo carisma de N. S. do Rosário, esse monumento que tem como característica o ligar-se ao poder de perpetuação, voluntária ou involuntária, da sociedade e é um legado à memória coletiva (LE GOFF, 2003, p. 526).

Será preciso, contudo, não esquecer que tudo tem início não nos arquivos, mas com o testemunho e que, apesar da carência principal de confiabilidade do testemunho, não temos nada melhor que o testemunho, em última análise, para assegurar-nos de que algo aconteceu, a que alguém atesta ter assistido pessoalmente, e que o principal, se não às vezes o único recurso além de outros tipos de documentação, continua a ser o confronto entre testemunhos (RICOEUR, 2018, p. 156).

O testemunho que traz a memória dos fatos e para Ricoeur (2018) se apresenta como algo que requer manutenção, ou seja, o processo de relembrar, rememorar constantemente criando ações que não a enterre no tempo e espaço em que se encontra. Os arquivos abarcam consigo histórias nunca antes vistas, que aguardam ansiosas por um despertar, talvez por esconderem, nos empoeirados documentos de suas estantes, os resquícios das pessoas invisibilizadas. Documentos aguardando uma mão gentil que os desempilhe do montante que se encontram, e com olhos atentos, enxerguem seu conteúdo esquecido, na perspectiva de abraçar de novo o passado perdido.

Farge (2022) relatou que o arquivo tem o dom de petrificar, paralisado diante dos fatos. Quem sabe reconhecer e se valer de tudo o que tem a oferecer, consagra tanto o leitor primário dessas informações quanto ao que recebe o repasse delas. Para Ricoeur (2018), a memória será feita de lembranças constantes que podemos buscar a qualquer momento. Ou, conforme os relatos de Pollak (1989), essas podem ser herdadas fazendo parte de um coletivo, ressurgindo, mesmo marginalizadas, sendo o que faz do grupo um diferencial também neste momento de segregação de classes. Portanto, passar e repassar por elas, nos possibilitaria não cair na ameaça do esquecimento permanente.

Assim como na tradição do rosário, a reza é passada e repassada pelas contas constantemente, conforme na Figura 25, um ato simbólico de se fazer lembrar quem foram seus ícones contidos nesta narrativa.



Figura 25 – Coroação de Nossa Senhora
Fonte: Claudia Telles, Comunidade do Rosário, S/D.

A tradição do rosário, que atravessou o tempo sendo compartilhado por pessoas de diversos locais, como um processo cultural entre fronteiras, chega com o propósito de integrar os menos favorecidos em Vassouras. Popularizada como uma oração das pessoas simples, se consagrou na periferia da cidade, mantendo-se viva e ativa na contemporaneidade, realizada não só na N. S. do Rosário, mas também nas igrejas dos bairros do Grecco, Itakamosi e no Madrugá. Especialmente no Rosário, é revivida após promessa de uma devota, mobilizando a comunidade para o retorno da tradição, que é realizada toda semana às segundas-feiras. Ao utilizar o templo e rememorar sua importância nos vínculos sociais tradicionais, a comunidade consegue chancelar seu espaço territorial como uma memória de coletividade, por meio dos atos praticados e compartilhados, consagrando o discurso de Ricoeur: “Da memória compartilhada passa-se gradativamente à memória coletiva e a suas comemorações ligadas a

lugares consagrados pela tradição: foi por ocasião dessas experiências vividas que fora introduzida a noção de lugar de memória” (RICOEUR, 2018, p. 157).

O termo lugar de memória se encaixa perfeitamente ao templo consagrado à Nossa Senhora do Rosário, que ultrapassou séculos se apoiando na coletividade para se manter viva, o que não aconteceu com alguns templos da mesma época na cidade. Um processo real de memória arquivada, em que os elementos que a compõem falam, seja no espaço habitado, no seu tempo histórico, nos testemunhos proferidos, no arquivo escondido e na prova documental que a sustenta⁸⁸. Evidenciando que a igreja Nossa Senhora do Rosário não é uma memória esquecida ou silenciada.

Ela é um símbolo de resistência. Como os negros escravizados que a materializaram se moldou para sobreviver como os imigrantes às intempéries da vida, contando sua história como um grande mosaico, tijolo por tijolo, conta por conta, mão por mão. Mãos que ainda se juntam para proferir sua tradição cultural arquivada na memória (Figura 26).



Figura 26 - A reza do terço na igreja do Rosário
Fonte: Acervo Pessoal, 2025

⁸⁸ Capítulo Fase Documental a Memória Arquivada de Paul Ricoeur (2018), onde o autor descreve todos os passos para reconhecer uma memória que foi arquivada pela sociedade, classificando-os em Seção I – O espaço habitado, II – O tempo histórico, III - O testemunho, IV - O arquivo e V – A prova documental.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A memória é um fator importante para nossa identidade, nos permite saber quem somos, de onde viemos e para onde vamos. Sem ela, nossa razão de ser fica incompleta. Uma pessoa desmemoriada não consegue articular o que lhe é caro e o que a despreza no mundo em que se encontra inserida. Ao acessar as lembranças, parte inerente à memória, as escolhas aparecem embasadas nas afinidades que carregamos guardadas nas experiências de vida.

Assim, no trato do patrimônio cultural, no que se refere ao reconhecimento das memórias em âmbito das questões sociais, ficam evidentes os campos de disputas, seja por visibilidade, poder econômico ou político. Disputas cheias de conflitos, dando destaque a alguns grupos, enquanto mantêm outros à margem de sua representatividade.

Situação encontrada nas disputas junto à Igreja Nossa Senhora do Rosário, edificada na Vassouras do século XIX, em pleno apogeu da cidade e com intuito de suprir uma demanda da sociedade na época, estática na contemporaneidade. Fator que gerou certo incomodo, trazendo interrogações do porquê entre as duas igrejas no centro urbano que vislumbraram o apogeu de cidade, somente uma tomou destaque, enquanto a memória da outra é anulada das narrativas sociais. De início, as hipóteses apontavam para um possível esquecimento ou silenciamento.

Partindo desse pressuposto alguns conceitos sobre memória foram abordados na perspectiva de obter respostas satisfatórias. O conceito do processo do esquecimento se embasa na necessidade do fazer lembrar-se de algo ou alguém, argumento que não se encaixou na igreja, visto que ela foi constantemente rememorada junto e pela comunidade, inclusive na narrativa histórica de construção realizada pelos escravizados. O esquecimento aí foi imposto, muitas vezes, pela necessidade de não se querer lembrar, para anular um sentimento de dor ou sofrimento que aquele fato ou lugar nos remete. O que não aconteceu ao Rosário, carregando ainda hoje a afetividade nostálgica dos que por ela passaram.

Não cabendo o esquecimento, partimos para o silenciamento, ato que reverbera uma omissão ou repulsa, para minimizar sua importância no contexto social. Levando ao não reconhecimento cultural, invisibilizando alguns grupos pertencentes à formação da sociedade. O que poderia estar acontecendo com nossa igreja? Visto que essa é uma memória da presença dos escravizados, tema que por si só gera certo desconforto, pois o país foi um dos

últimos no mundo a aboli-la e ainda não conseguiu reparar seus efeitos. Mas o silenciamento não consegue se encaixar nesse contexto, porque a comunidade local sabe sua história e a mantém viva na oralidade, passando de geração em geração. Portanto, o templo não está silenciado, a comunidade e os fiéis não permitiram que o esquecimento e o silenciamento se instalassem na igreja, com forte sentimento de pertencimento presente. Sentimento ligado à lembrança, pois para pertencer, é preciso saber a que ou a quem pertence, mecanismo atuante na manutenção dessa memória.

Então, como responder os porquês alavancados na pesquisa junto à Igreja Nossa Senhora do Rosário, que permeavam sua memória cultural? Para entender um objeto é necessário muito mais que olhar para ele, é fundamental e preciso vivenciar. Assim como quem a construiu, foi necessário entrar na sua essência para poder achar as respostas, um ato de confiança e entrega, permitindo se enxergar escravizado, imigrante, pobre e marginalizado, excluído do contexto social e de seus direitos. Tendo em vista que somente é possível testemunhar o que vivemos, consegue-se ser muito mais que um expectador, localizando nesse outro o eu, trazendo as informações não do que fizeram, mas de como eu mesma teria feito para manter minha cultura e memória ao longo dos tempos. A resistência de uma ancestralidade que não morre, pois certo é que enquanto uma pessoa reverberar o legado construído, essa ancestralidade estará viva.

Para um grupo que sofreu o massacre cultural de sua identidade e aprendeu que nem todos podem ter acesso às informações, a melhor forma de guardar a memória é guardando no peito e arquivando. Portanto, uma proteção, pois só quem realmente se interessar poderá ir procurá-la. Rosário assim o fez, sem perder suas origens, se apresenta como essa memória guardada/arquivada, usando do fator monumento/documento, em que o monumento aparece na sua representatividade evocando o passado e o documento provando a existência da classe trabalhadora da cidade.

Esse conceito de memória arquivada se sustenta embasado em cinco pilares:

1. **o espaço habitado**, estando o templo erguido ainda presente na sua edificação e atuante no uso proposto;
2. **o tempo histórico**, atravessando os séculos levando consigo a historicidade de todo uma sociedade;

4. **o testemunho**, relatado a todo momento pelos que por ela estiveram ou ainda estão e seus arquivos pessoais que guardam as memórias de cada um, de cada família;
5. **o arquivo**, que guarda informações desde sua fundação como Irmandade até os dias atuais; e
6. **a prova documental**, que aparece nos fundos executivos, judiciários, legislativos, eclesiásticos e na imprensa escrita.

Considera-se, portanto, que a igreja não está esquecida ou silenciada, ela é uma memória arquivada – tijolo por tijolo, conta por conta – para quem tenha olhos de ver e Rosário de mostrar.

Ou simplesmente, eu chamo de outra maneira!!!

REFERÊNCIAS

Fontes Primárias

LACERDA, Maurício de. Carta a Olganira Carvalheira. Vassouras, 01 jun. 1933. [Manuscrito]. Acervo pessoal de Ana Paula Delgado Vieira.

COMPROMISSO da Irmandade Nossa Senhora do Rosário e São Benedito dos Homens Pretos. Rio de Janeiro: Imprensa do Exército, 1968.

BÍBLIA. Bíblia Sagrada. Tradução de Ivo Storniolo e Eicludes Martins Balancin. 1. ed. São Paulo: Paulinas, 1990. (Edição Pastoral).

Centro de Memória Paroquial – Dr. Joaquim Jose Teixeira Leite

LIVRO de Registro de Casamento n. 4, fls. 44v. Centro de Memória Paroquial – Dr. Joaquim José Teixeira Leite.

LIVRO de atas da Irmandade Nossa Senhora da Conceição, 1928. Centro de Memória Paroquial – Dr. Joaquim José Teixeira Leite.

REGISTRO referente ao Coronel Ambrósio de Souza Coutinho, 1834. Centro de Memória Paroquial – Dr. Joaquim José Teixeira Leite.

APMV – Arquivo Público da Prefeitura Municipal de Vassouras

Livro de Atos dos Prefeitos:

VASSOURAS. Decreto n. 49, de 1932. Livro de Atos dos Prefeitos. APMV – Arquivo Público da Prefeitura Municipal de Vassouras.

Livro de Atas da Câmara:

VASSOURAS. Ata de 20 de março de 1968. p. 118. Requerimentos n. 74, 75, 76, 77 e 79/68 – Obras da Rodoviária. Livro de Atas da Câmara Municipal. APMV – Arquivo Público da Prefeitura Municipal de Vassouras.

VASSOURAS. Ata de 2 de outubro de 1968. p. 193. Decreto Executivo n. 374/68 – Regras de uso da Rodoviária. Livro de Atas

Processos:

PROCESSO de demarcação de terras, 1786. APMV – Arquivo Público da Prefeitura Municipal de Vassouras.

FICHA n. 707/1934. APMV – Arquivo Público da Prefeitura Municipal de Vassouras.

FICHA n. 179/1936. APMV – Arquivo Público da Prefeitura Municipal de Vassouras.

FICHA n. 1782/1968. APMV – Arquivo Público da Prefeitura Municipal de Vassouras.

PROCESSOS n. 523-525/1979. APMV – Arquivo Público da Prefeitura Municipal de Vassouras.

Jornais:

- Tribuna do Interior:

TRIBUNA DO INTERIOR (Vassouras). Ano XVI, n. 539, 13 maio 1999, p. 10.

TRIBUNA DO INTERIOR (Vassouras). Ano XXXII, n. 1067, 30 nov. 2015, p. 02.

TRIBUNA DO INTERIOR (Vassouras). Ano XLI, n. 1279, 15 out. 2024, p. 09.

- Vassourense:

VASSOURENSE (Vassouras). Ano I, n. 9, 16 abr. 1882, p. 04.

VASSOURENSE (Vassouras). Ano II, n. 29, 22 jul. 1883, p. 01.

VASSOURENSE (Vassouras). Ano II, n. 48, 2 dez. 1883, p. 03.

VASSOURENSE (Vassouras). Ano III, n. 2, 13 jan. 1884, p. 01.

VASSOURENSE (Vassouras). Ano III, n. 29, 20 jul. 1884, p. 02.

VASSOURENSE (Vassouras). Ano III, n. 40, 5 out. 1884, p. 03.

VASSOURENSE (Vassouras). Ano III, n. 45, 9 nov. 1884, p. 02.

VASSOURENSE (Vassouras). Ano VII, n. 21, 20 maio 1888, p. 02.

VASSOURENSE (Vassouras). Ano IX, n. 39, 29 set. 1890, p. 01.

VASSOURENSE (Vassouras). Ano IX, n. 43, 26 out. 1890, p. 04.

VASSOURENSE (Vassouras). Ano X, n. 35, 29 ago. 1891, p. 04.

VASSOURENSE (Vassouras). Ano X, n. 46, 15 nov. 1891, p. 03.

VASSOURENSE (Vassouras). Ano XI, n. 41, 9 out. 1892, p. 01.

VASSOURENSE (Vassouras). Ano XII, n. 10, 6 mar. 1892, p. 01.

- O Município:

O MUNICÍPIO (Vassouras). Ano XVI, n. 44, 4 mar. 1915, p. 01.

- Correio de Vassouras:

CORREIO DE VASSOURAS. Ano XV, n. 1249, 3 fev. 1963, p. 01.

CORREIO DE VASSOURAS. Ano XVII, n. 810, 22 jun. 1952, p. 06.

CORREIO DE VASSOURAS. Ano XVII, n. 827-828, 26 out. 1952, p. 04.

CORREIO DE VASSOURAS. Ano XXVI, n. 1233, 13 maio 1962, p. 08.

Arquivo do TJRJ – ETMVP / IPHAN

ARQUIVO DO TJRJ – ETMVP/IPHAN. Processo n. 104.664.521-011.

ARQUIVO DO TJRJ – ETMVP/IPHAN. Processo n. 102.663.936-011.

ARQUIVO DO TJRJ – ETMVP/IPHAN. Processo n. 104.664.553-012.

ARQUIVO DO TJRJ – ETMVP/IPHAN. Processo n. 101.663.451-016.

ARQUIVO DO TJRJ – ETMVP/IPHAN. Processo n. 102.663.936-007.

ARQUIVO DO TJRJ – ETMVP/IPHAN. Processo n. 103.664.045-008.

ARQUIVO DO TJRJ – ETMVP/IPHAN. Processo n. 102.663.844-018.

ARQUIVO DO TJRJ – ETMVP/IPHAN. Processo n. 104.664.511-006.

ARQUIVO DO TJRJ – ETMVP/IPHAN. Processo n. 103.664.353-001.

ARQUIVO DO TJRJ – ETMVP/IPHAN. Processo n. 104.664.656-005.

ARQUIVO DO TJRJ – ETMVP/IPHAN. Processo crime – Waldemar Rodrigues, 1950.

ARQUIVO DO TJRJ – ETMVP/IPHAN. Habilitação de casamento, Juiz de Paz do 1.º Distrito de Vassouras, 10 abr. 1912.

Acervo disponível na rede internacional de dados

BRASIL. Lei n. 378, de 1937. Disponível em: <https://legislacao.presidencia.gov.br/atos/?tipo=LEI&numero=378&ano=1937&ato=fc90TSU1EjpXT530>. Acesso em: 22 jan. 2024.

CNN BRASIL. Acervo religioso apreendido há 130 anos é transferido para museu no Rio. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/acervo-religioso-apreendido-ha-130-anos-e-transferido-para-museu-no-rio/>. Acesso em: mar. 2025.

CRUZ TERRA SANTA. Histórias de santos. Disponível em: <https://cruzterrasanta.com.br/historias-de-santos/>. Acesso em: 23 jan. 2024.

DICIONÁRIO ONLINE DE PORTUGUÊS. Bíblia. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/biblia/>. Acesso em: 24 jan. 2024.

ECCLESIA. História de Santa Sophia. Disponível em: https://www.ecclesia.com.br/biblioteca/hagiografia/s_sophia.html. Acesso em: 26 abr. 2025.

ENCICLOPÉDIA AÇORIANA. José Joaquim de Senna Freitas. Disponível em: <https://www.culturacores.azores.gov.pt/ea/pesquisa/default.aspx?id=10002>. Acesso em: 10 jan. 2024.

G1. Como é escolhido o nome do Papa. Disponível em: <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2025/04/21/como-e-escolhido-o-nome-do-papa.ghtml>. Acesso em: 21 abr. 2025.

GALANTE, Rafael. Das igrejas aos ritmos musicais. Jornal da USP. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=TKOaAjd7bts>. Acesso em: [inserir data completa].

IPHAN. Acervo Nosso Sagrado. Disponível em: <https://www.gov.br/iphan/pt-br/assuntos/noticias/iphan-renomeia-201ccolecao-de-magia-negra201d-para-201cacervo-nosso-sagrado201d>. Acesso em: 15 mar. 2025.

INSTITUTO ESTADUAL DO PATRIMÔNIO CULTURAL (INEPAC). Centro Histórico de Vassouras. Disponível em: <http://www.inepac.rj.gov.br/index.php/acervo/detalhar/34/0>. Acesso em: 21 maio 2025.

JONGO DA SERRINHA. Ponto Rosário de Maria. Disponível em: <https://www.letras.mus.br/jongo-da-serrinha/1316186/>. Acesso em: 5 mar. 2025.

JONGO RENASCER. Lei Aldir Blanc. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=fW7XeljUmts>. Acesso em: 8 nov. 2024.

MAMEDE/Jongo Renascer. SececRJ. Cultura presente. Povos tradicionais presentes RJ. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=gHL5anvTPt8>. Acesso em: 8 nov. 2024.

MUNDO EDUCAÇÃO. Raimundo da Mota de Azevedo Correia. Disponível em: <https://mundoeducacao.uol.com.br/literatura/raimundo-correia.htm>. Acesso em: 25 abr. 2024.

MUNDO EDUCAÇÃO. Umbanda. Disponível em: <https://mundoeducacao.uol.com.br/sociologia/umbanda.htm>. Acesso em: 29 jan. 2024.

PRIBERAM. Macumbas. Dicionário Priberam da Língua Portuguesa. Disponível em: <https://dicionario.priberam.org/macumbas>. Acesso em: 10 mar. 2025.

PUC-SP. Rei Afonso e o cristianismo no reino do Congo. Disponível em: <https://www.pucsp.br/rever/resenha/baur01.htm>. Acesso em: 2 abr. 2025.

TITANE. Ponto de Pretos Velhos. Disponível em: <https://www.letras.mus.br/titane/9573292/>. Acesso em: 20 jan. 2024.

USP. Ladrilho hidráulico, uma arte a ser defendida, um patrimônio a ser preservado. Disponível em: <https://revistas.usp.br/wp/noticias/ladrilho-hidraulico-uma-arte-a-ser-defendida-um-patrimonio-a-ser-preservado/>. Acesso em: 5 fev. 2025.

VATICAN NEWS. Solenidade de Todos os Santos. Disponível em: <https://www.vaticannews.va/pt/feriados-liturgicos/solenidade-de-todos-os-santos-.html>. Acesso em: 12 dez. 2024.

Referências Bibliográficas:

ABREU, Regina. Patrimonialização das diferenças e os novos sujeitos de direito coletivo no Brasil. *Coleção Brésil / France | Brasil / França*, 2015. Disponível em: <http://books.openedition.org/oep/417>. Acesso em: 06 fev. 2025.

AGOSTINI, Camilla. Entre senzalas e quilombos: “comunidades do mato” em Vassouras dos oitocentos. In: ZARANKIN, A.; SENATORE, M. X. (org.). *Arqueologia da sociedade moderna na América do Sul*. Buenos Aires: Ed. Del Tridente, 2002.

ALTUNA, Raul Ruiz de Asúa. *Cultura tradicional banto*. Luanda: Secretariado Arquidiocesano de Pastoral, 1985. 369 p.

AQUINO, Felipe. A origem do Rosário. *Revista Ave-Maria*, ano 121, out. 2019, p. 68. São Paulo: Editora Ave Maria.

BALDIOTTI, G. R. C.; RICHARTZ, T. Entidades e sentidos das letras apresentadas nos pontos cantados de umbanda. *Revista África e Africanidades*, ano XVI, n. 49, jul. 2024. ISSN 1983-2354. Disponível em: <http://www.africaeaficanidades.com.br>. Acesso em: 06 fev. 2025.

BEZERRA, Vanessa das Neves. A memória mariana na construção da identidade de Constantinopla. *To Ελληνικό βλέμμα*, Rio de Janeiro, n. 8, 2021. DOI: 10.12957/ellinikovlemma.2020.61115. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/ellinikovlemma/article/view/611>. Acesso em: 06 fev. 2025.

BEZERRA, Vanessa das Neves. O simbolismo da *Theotokos* e seu culto na Antiguidade Tardia Bizantina. *Humanidades em Revista*, v. 1, n. 1, p. 46, 2019. Disponível em: <https://seer.unirio.br/hr/article/view/8956>. Acesso em: 03 abr. 2025.

BLUTEAU, Rafael. *Diccionario da Lingua Portugueza*. Lisboa: Impressa de Simão Tadeu Ferreira, 1789.

BÍBLIA. Bíblia TEB: Tradução Ecumênica da Bíblia. Nova edição. Tradução brasileira da *Traduction Oecuménique de la Bible* (TOB), 12. ed. francesa, 2010. São Paulo: Loyola, [s.d.].

BORJA, Bruno Nogueira Ferreira. A formação da teoria do subdesenvolvimento de Celso Furtado. 2013. Dissertação (Doutorado em Economia) – Instituto de Economia, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013. Disponível em: <https://www.ie.ufrj.br/images/IE/PEPI/teses/2013/Bruno%20Nogueira%20Ferreira%20Borja.pdf>. Acesso em: 06 fev. 2025.

BORJA, Bruno Nogueira Ferreira. A história econômica do Brasil em controvérsia: Roberto Simonsen, Caio Prado Jr. e Celso Furtado. In: MALTA, Maria [et al.]. (Org.). *Controvérsias do pensamento econômico brasileiro: história, desenvolvimento e revolução* [recurso eletrônico]. 1. ed. Rio de Janeiro: Mórula, 2022. Recurso digital, 2,4 MB. Formato: ePDF. Requisitos do sistema: Adobe Acrobat Reader. Modo de acesso: World Wide Web.

BORJA, Bruno Nogueira Ferreira; VILLARES, Luise Gonçalves. Celso Furtado e a política de patrimônio cultural. *Política & Cultura: Revista de Estudos Brasileiros*, Salvador, v. 13, n. 2, p. 318–337, jul./dez. 2020.

BOURDIEU, Pierre. *A distinção: crítica social do julgamento*. Tradução de Daniela Kern e Guilherme J. F. Teixeira. São Paulo: Edusp; Porto Alegre, RS: Zouk, 2007. 560 p.

BRAGA, Greenhalgh Faria (Comp.). *De Vassouras: história, fatos, gente*. Rio de Janeiro: Ultra-Set, 1978. p. 59.

BRANDI, Cesare. *Teoria da restauração*. Tradução Beatriz Mugayar Kuhl; apresentação Giovanni Carbonara; revisão Renata Maria Parreira Cordeiro. Cotia, SP: Ateliê Editorial, 2004.

BRASIL. *Constituição (1988)*. Constituição da República Federativa do Brasil. Organização Cláudio Brandão de Oliveira. 8. ed. Rio de Janeiro: Roma Victor, 2005.

BRASIL. *Constituição política do Império do Brasil de 25 de março de 1824*. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao24.htm. Acesso em: 7 jun. 2025.

BRASIL. *Decreto-Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937*. Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional. *Diário Oficial da União*, Rio de Janeiro, 6 dez. 1937. Art. 46.

CANDAU, Joël. *Memória e identidade*. Tradução Maria Letícia Ferreira. 1. ed., 5. reimpr. São Paulo: Contexto, 2019.

CASTELL, Manuel. *O poder da identidade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1. ed., 12 mar. 2018. Formato digital, 4264 Kb. p. 911.

CONCEIÇÃO, Iran de Souza. *Vassouras entra na Roda: a trajetória do Caxambu entre 1847 e 1888*. 2015. Dissertação (Mestrado) — Programa de Pós-Graduação em Preservação do Patrimônio Cultural, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Rio de Janeiro, 2015. Orientadora: Maria Tarcila Ferreira Guedes. Coorientador: Isabel Rocha. Disponível em: <http://memoriasocial.pro.br/proposta-area.php>. Acesso em: 9 set. 2021.

CURY, Isabelle (org.); INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (Brasil). *Cartas patrimoniais*. 3. ed. rev. aum. Rio de Janeiro: IPHAN, 2004. 408 p.

DAIBERT, Robert. A religião dos bantus: novas leituras sobre o calundu no Brasil colonial. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 28, n. 55, p. 7–25, jan./jun. 2015.

DAIBERT, Robert. Eu chamo de outra maneira: a vingança das religiões ancestrais na África de Achille Mbembe. *Revista da Religião*, Juiz de Fora, v. 24, n. 1, jan./jun. 2021.

DURKHEIM, Émile. *Sociologia*. 9. ed. São Paulo: Ática, 1999.

FABRINO, Raphael João Hallack. *Guia de identificação de arte sacra*. Rio de Janeiro: IPHAN, 2012. 147 f.

FARGE, Arlette. *O sabor do arquivo*. 1. reimp. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2017.

FERRAZ, José Ildefonso de Souza Ramos. *Recenseamento da população da Província do Rio de Janeiro em 1853*. Rio de Janeiro: Arquivo Estatístico da Província, 1853.

FU-FIAU, Kimbwandênde Kia Bunseki. *O livro africano sem título: cosmologia dos Bantu-Kongo*. Tradução e nota à edição brasileira: Tiganá Santana. 1. ed. Rio de Janeiro: Editora Cobogó, 2024. 208 p. (Encruzilhada).

GEBARA, Ivone; BINGEMER, Maria Clara. *Maria mãe de Deus e mãe dos pobres: um ensaio a partir da mulher e da América Latina*. 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1988. 208 p.

GOMES, Nilma Lino. Alguns termos e conceitos presentes no debate sobre relações raciais no Brasil: uma breve discussão. In: *Ação Educativa*. São Paulo: Ação Educativa, 2012. Disponível em: <https://www.acaoeducativa.org.br>. Acesso em: [inserir data de acesso].

GUERREAU, Alain. Feudalismo. In: LE GOFF, Jacques; SCHMITT, Jean-Claude (coords.). *Dicionário temático do Ocidente Medieval*. Bauru, SP: Edusc, 2006. v. 1, p. 437–454.

HOORNAERT, Eduardo. Páscoa ou Pentecoste? O nascimento do cristianismo. Instituto □ HOORNAERT, Eduardo. Páscoa ou Pentecostes? O nascimento do cristianismo. *Humanitas Unisinos*, 2024. Disponível em: <https://www.ihu.unisinos.br/637908-pascoa-ou-pentecostes-o-nascimento-do-cristianismo-artigo-de-eduardo-hoornaert>. Acesso em: 10 maio 2025.

LAMEGO, Alberto Ribeiro (Lamego Filho). *O homem e a serra*. Rio de Janeiro: Divisão Cultural, Biblioteca Geográfica Brasileira – IBGE, 1963. (Publicação nº 8). 454 p.

LE GOFF, Jacques. *História e memória*. 5. ed. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2003.

LIMA CARLOS, Cláudio Antônio Santos. *Áreas de Proteção do Ambiente Cultural (APAC): da idealização à banalização do patrimônio cultural – RJ*. 2008. 298 f. Tese (Doutorado em Urbanismo) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.

MAIA FORTE, José Mattoso. *Memória da fundação de Vassouras (do início do povoado à criação da Villa)*. Rio de Janeiro: Off. Graps, O Globo – Pr. João Pessoa, 13, 1933. 93 p.

MARTINS, Roselene de Cássia Coelho. Vassouras e Valença: discutindo a questão da terra no final do século XIX. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 25., 2009, Fortaleza. *Anais do XXV Simpósio Nacional de História – História e Ética*. Fortaleza: ANPUH, 2009. CD-ROM.

MATTOS, Marcelo Badaró. *Escravidados e livres: experiências comuns da classe trabalhadora carioca*. Rio de Janeiro: Bom Texto, 2008. 240 p.

MÁXIMO, Gabriela Germana Almeida. *As aventuras do Acervo Municipal e Cartorário de Vassouras 1972-2003*. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em História, Seropédica, RJ, 2021.

MBURU, Elisabeth. *Hermenêutica africana*. Tradução de Antônio Oliveira Dju. São Paulo: Hagnos; Quitanda, 2023.

MELLO E SOUZA, Marina. Catolicismo negro no Brasil: santos e minkisi, uma reflexão

sobre miscigenação cultural. *Afro-Ásia*, Salvador, UFBA, v. 28, p. 125-146, 2002.

MIRANDA, Ana Carolina Neves. *História e intervenção em sítios urbanos tombados: a experiência de Vassouras (RJ), 1958-2009*. Dissertação (Mestrado) – PPE/IPHAN, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Rio de Janeiro, 2012. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pep/pagina/detalhes/308>. Acesso em: 20 set. 2021.

MUNANGA, Kabengele. Aportes e contribuições bantu na resistência contra a escravidão e a cultura brasileira. In: SILVA, Vagner Gonçalves da. *Através das águas: os bantu na formação do Brasil*. São Paulo: FEUSP, 2023. Disponível em PDF, 6.806 Kb.

ODEN, Thomas Clark. *Quão africano é o cristianismo?* Tradução de Samuel Lima. São Paulo: Hagnos; Quitanda, 2023.

OLIVEIRA, Otair Fernandes de. Cultura Afro-brasileira e Patrimônio Cultural: considerações preliminares. In: FELIPE, Delton Aparecido; OLIVEIRA, Otair Fernandes; ESCOBAR, Giane Vargas (Orgs.). *Patrimônio e cultura afro-brasileira: memória, identidade e reconhecimento*. Ribeirão Preto: Gráfica e Editora, 2018. p. [sem página].

PACHECO, Paulo Henrique Silva. A origem branca da devoção negra do rosário. *Revista Tempo de conquista*, 2008. Disponível em: http://www.revistatempodeconquista.com.br/attachments/File/Paulo_Henrique_Pacheco.pdf. Acesso em: 08 dez. 2024.

PENA, Eduardo Spiller. A Syá ancestral: cosmologia e revolta na comunidade de Capão Alto, Paraná (século XIX). In: REIS, João José; GOMES, Flávio (orgs.). *Revoltas escravas no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2016. p. 364-412.

PEREIRA, Raquel Alvitos. As narrativas bíblicas da natividade no teatro medieval ibérico. In: *Simpósio Nacional de História – ANPUH*, 22., 2003, João Pessoa. Anais eletrônicos. João Pessoa: ANPUH, 2003.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo (org.). *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais – perspectivas latino-americanas*. Buenos Aires: CLACSO – Conselho Latino-Americano de Ciências Sociais, 2005. Disponível em: http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/clacso/sur-sur/20100624103322112_quijano.pdf. Acesso em: 4 maio 2025.

RIBEIRO, Fabia Barbosa. Irmandades de pretos e pardos no Vale do Paraíba paulista (XVIII e XIX). Dissertação (Doutorado) — Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-16112010-103406/pt-br.php>. Acesso em: 09 maio 2025.

RICOEUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Tradução: Alain François et al. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2018. 7ª reimpressão. p. 535.

ROCHA, Isabel. Benjamin Benatar: um pouco da vida social em Vassouras. Caderno de Estudo. Rio de Janeiro: Graficarte Editora, 2002.

ROCHA, Isabel. Experiência na gestão de um centro histórico de pequeno porte: Vassouras (RJ). In: TEIXEIRA COELHO, Carla M.; RODRIGUES CARVALHO, Claudia S.; EL-JAICK ANDRADE, Inês; GAMA-ROSA COSTA, Renato (orgs.). *Anais do I Simpósio Fluminense de Patrimônio Cultural-Científico: Planos integrados de preservação*. Rio de Janeiro: FIOCRUZ; FCRB; FAPERJ, 2011. p. 35-49.

ROCHA, Isabel. *Tijolo por tijolo: construindo alvenarias no Vale do Paraíba fluminense – 1820/1890*. Rio de Janeiro: UFRJ/FAU/PROARQ, 2012. 310 p.; il.; 21 x 28 cm. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-graduação em Arquitetura, UFRJ/FAU/PROARQ, 2012. Orientadora: Profa. Dra. Rosina Trevisan M. Ribeiro.

ROCHA, Isabel. Vassouras, RJ. In: PESSOA, José; PICCINATO, Giorgio (orgs.). *Atlas dos Centros Históricos Brasileiros*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2007.

SABA, Ana Gabriela. Mapas afetivos no caminho decolonial da educação patrimonial no Rolé da Penha. *Revista Sillogés*, v. 5, n. 1, jan./jul. 2022.

SANTOS, Denis Moura dos. *Pardos: a visão das pessoas pardas pelo Estado Brasileiro*. Curitiba: Appris, 2021. 105 p.

SANTOS, Myrian Sepúlveda. Memória coletiva, trauma e cultura: um debate. *Revista USP*, São Paulo, n. 98, p. 51-68, jun./jul./ago. 2013.

SILVÉRIO, Valter Roberto. *Síntese da coleção História Geral da África: pré-história ao século XVI*. Brasília: UNESCO; MEC; UFSCar, 2013.

SIQUEIRA, J. J.; SANTOS, L. C. R. O jongo Renascer de Vassouras: história, identidade, poesia. *Revista Mosaico*, v. 6, n. 1, p. 5-15, jan./jun. 2015.

SILVÉRIO, Valter Roberto. *Síntese da coleção História Geral da África: pré-história ao século XVI*. Brasília: UNESCO; MEC; UFSCar, 2013.

SLENES, Robert W. A árvore de Nsanda transplantada: cultos Kongo de aflição e identidade escrava no Sudeste Brasileiro (século XIX). In: FURTADO, Júnia F.; LIBBY, Douglas Cole (orgs.). *Trabalho livre, trabalho escravo: Brasil e Europa (séculos VIII e XIX)*. São Paulo: Annablume, 2006. p. 273-314.

SLENES, Robert W. *Na senzala, uma flor – esperanças e recordações na formação da família escrava: Brasil Sudeste, século XIX*. 2. ed. corrigida. Campinas: Editora da Unicamp, 2011. 302 p.

SOUZA, Joaquim Alvarenga de. *Arrolamentos de periódico sobre a imprensa da cidade de Vassouras*. In: *IV Simpósio de História do Vale do Paraíba*, 1978, Vassouras. Vassouras: Instituto de Estudos Vale paraibanos; Fundação Educacional Severino Sombra, 1978.

STEIN, Stanley Julian. *Vassouras: um município brasileiro do café, 1850-1900*. Tradução de Vera Bloch Wrobel. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990.

TAUNAY, Affonso de E. *História do café no Brasil: no Brasil Imperial 1822-1872*. Rio de Janeiro: 1939. v. 5, t. 3.

TELLES, Augusto Carlos da Silva. Vassouras (Estudo da Construção Residencial Urbana). *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, Ministério da Educação e Cultura, n. 16, Rio de Janeiro, 1968, p. 6-152.

THOMPSON, A. (org.). *Memórias do Patrimônio: entrevista com Augusto da Silva Telles*. Rio de Janeiro: IPHAN/DAF/Copedoc, 2010. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000227007>. Acesso em: 20 set. 2021.

VIANNA, Iamara da Silva. Doenças de escravos em Vassouras, 1840-1880: principais causas mortis e suas diferentes implicações. In: *ANPUH – XXV Simpósio Nacional de História*, Fortaleza, 2009. p. 10.

WEBER, Max. *A ética protestante e o “espírito” do capitalismo*. Tradução José Marcos Mariani de Macedo. São Paulo: Companhia das Letras, 2004. 335 p.

ANEXO A – REGISTRO PANORÂMICO 360° DA IGREJA NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO

- Foto de Dentro da igreja Nossa Senhora do Rosário 1:

https://www.skypixel.com/photo360s/my-product-f590a001-13d5-4f83-8052-5778956a4131?utm_source=copied&utm_medium=PCWeb&utm_campaign=share&sp=0

- Foto de Dentro da igreja Nossa Senhora do Rosário 2:

https://www.skypixel.com/photo360s/my-product-70a9671e-8d0b-4c96-a758-3163ce2636a1?utm_source=copied&utm_medium=PCWeb&utm_campaign=share&sp=0

- Foto da Porta da igreja Nossa Senhora do Rosário:

https://www.skypixel.com/photo360s/my-product-bc50f5cb-e4a6-4382-9efa-1832ee0c561c?utm_source=copied&utm_medium=PCWeb&utm_campaign=share&sp=0

ANEXO B – TERMO DE AUTORIZAÇÃO DA PARÓQUIA NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO



PARÓQUIA NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO
Mitra Diocesana de Valença
A serviço do Reino de Deus.

TERMO DE AUTORIZAÇÃO

AUTORIZAMOS que **ANA PAULA DELGADO VIEIRA**, historiadora, portadora do **CPF Nº 072.869.587-12**, faça filmagem, fotos e pesquisas da Igreja Nossa Senhora do Rosário, localizada no alto do Rio Bonito, **PARÓQUIA NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO – VASSOURAS/RJ**, para inclusão em sua pesquisa/dissertação a defendida junto ao **Programa de Pós Graduação em Patrimônio, Cultura e Sociedade, na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – UFRRJ**.

Por ser verdade firmo a presente declaração.

Vassouras, em 28 de maio de 2025.



Pe. José Antônio da Silva
CNC 07658



Pe. José Antonio da Silva
Pároco



32.356.438/0006-08
MITRA DIOCESANA DE VALENÇA

Prça Educação de Lenda, nº 03
Centro - CEP - 27700-000
Vassouras - RJ

www.igrejanasc.org

Prça Sebastião de Lacerda, 03 - Centro - Caixa Postal 85.651 - Vassouras - RJ - CEP 27700-000
Telefax: (24) 2471-1618

ANEXO C – CERTIDÃO DE CASAMENTO JOÃO MACHADO TOSTES E THEREZA MARIA


PARÓQUIA NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO
Mitra Diocesana de Valença
A serviço do Reino de Deus.

CERTIDÃO DE CASAMENTO

Certifico que, de acordo com o **Laudo Técnico** emitido pela Dra. Isabel Rocha, segue abaixo a Transcrição *ipsis litteris* do registro do Matrimônio de **JOÃO MACHADO TOSTES E THEREZA MARIA**, registrado no **Livro de Registro de Casamentos número 04 (quatro) às folhas 44v (quarenta e quatro verso)** do Arquivo da Paróquia de Nossa Senhora da Conceição de Vassouras. Na margem à esquerda: *João Machado Tostes com Thereza Maria*. No corpo de texto: *Aos dezesseis dias do mez de Julho de mil oito centos oitenta e três na Capella de Nossa Senhora do Rosario depois de compridos as despozições do Concílio Tridentino e as que de sujeito as Leis do Império, precedida a minha licença na presença do Reverendissimo Padre Joaquim José Diniz Lage e das testemunhas José Esteves de Castro Júnior e Francisco Machado de Menezes, se receberam em Matrimonio por palavras do presente João Machado Tostes Júnior, digo Tostas filho legítimo de João Machado Tostes Júnior e Rita Mariana falecida natural e baptizado na Freguesia de Santo Antônio do Porto Juda, Ilha Terceira, Reino de Portugal, com Thereza Maria, liberta filha natural de Marcolina, falecida, natural e baptizada nesta Freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Vassouras, onde ambos contraentes são residentes. E para constas mandei fazer este assento que assigno. Por Autorização Pe José Antônio Jill. E nada mais continha o referido registro. O Referido é verdade e dou fé.* *****

Paróquia N. Sra. da Conceição, Vassouras, aos 05 de agosto de 2025.


Pe. José Antônio da Silva
CNC 07638 **Pároco**



CARTÓRIO 1º OFÍCIO DA COMARCA DE VASSOURAS
R. Barão de Vassouras, 71 - Centro, Vassouras - RJ, 27700-000 - Tel.: (24) 99280-9912

Reconheço as firmas por Semelhança de
JOSE ANTONIO DA SILVA *****

Emolumentos: 8,32 Feti: 1,66 Fundperj: 0,41 Funperj: 0,41
Funarpen: 0,49 Pmcmv: 0,16 Iss: 0,42 Selo: 2,87 Total: 14,74

VASSOURAS/RJ, 08/08/2025

LUIZ FILIPE CASTILHO. Em test. da verdade Conf.
EEZD 84324 BDP Consulte www4.tj.rj.br/Portal-Extrajudicial/consultas 039985

AA166551

www.igrejansc.org
Praça Sebastião de Lacerda, 03 - Centro - Caixa Postal 85.651 - Vassouras - RJ - CEP 27700-000
Telefax: (24) 2471-1618